

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

HELEN CRISTINE ALMEIDA ANACLETO

LUTA EM 140 CARACTERES: O TWITTER COMO ARENA DE
RECONHECIMENTO PARA OS ATLETAS PARALÍMPICOS

CURITIBA
2018

HELEN CRISTINE ALMEIDA ANACLETO

LUTA EM 140 CARACTERES: O TWITTER COMO ARENA DE
RECONHECIMENTO PARA OS ATLETAS PARALÍMPICOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Setor de Artes, Comunicação e Design, linha de pesquisa em Comunicação e Política da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Comunicação.

Orientadora: Prof. Dra. Kelly Cristina Prudencio.

CURITIBA
2018

Catálogo na publicação
Sistema de Bibliotecas UFPR
Biblioteca de Artes, Comunicação e Design/Cabral
(Elaborado por: Karolayne Costa Rodrigues de Lima CRB 9-1638)

Anacleto, Helen

Luta em 140 caracteres: o Twitter como arena de reconhecimento para atletas paralímpicos / Helen Anacleto. – Curitiba, 2018.
175f. : il. color.

Orientadora: Profa. Dra. Kelly Cristina Prudêncio.

Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Setor de Artes, Comunicação e Design, Universidade Federal do Paraná.

1. Teoria do reconhecimento (Filosofia social). 2. Atletas paralímpicos - Identidade. 3. Jogos Paralímpicos - Rio de Janeiro (RJ) - 2016 4. Twitter (Rede social on-line). I. Título.

CDD 302




MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO COMUNICAÇÃO


TERMO DE APROVAÇÃO

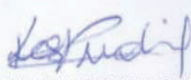
Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em COMUNICAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **HELEN CRISTINE ALMEIDA ANACLETO** intitulada: **LUTA EM 140 CARACTERES: O TWITTER COMO ARENA DE RECONHECIMENTO PARA ATLETAS PARALÍMPICOS**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua aprovação no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 20 de Abril de 2018.


KELLY CRISTINA DE SOUZA PRUDENCIO
Presidente da Banca Examinadora (UFPR)


CARLA CANDIDA RIZZOTTO
Avaliador Interno (UFPR)


DANILA GENTIL RODRIGUEZ CAL LAGE
Avaliador Externo (UFPA)

por Skype

Ao maior José que já existiu. Meu pai e inspiração de todas as minhas vidas.

AGRADECIMENTOS

Durante muito tempo, acreditei que essa seria a parte mais fácil desta caminhada. Chegar ao fim, com o alívio de ter pela frente apenas a missão de agradecer, enumerar um sem fim de nomes amigos e terminar com votos de que o conhecimento é o que de mais importante podemos ter. No entanto, a doce missão de nomear aqueles que tornaram tudo isso possível é muito mais difícil do que aparenta ser e é quase impossível fugir do roteiro clássico. Ainda bem.

Meu pai era um sujeito diferente. Da roça, trouxe o jeito turrão que nos alertava e encantava a todos. De lá, também, trouxe a máxima que o acompanharia até seu último dia: “tua cabeça é teu guia”, dizia sempre que estávamos prestes a fazer algo de que, por certo, nos arrependeríamos depois. Mal sabia eu que minha consciência viraria mesmo meu conselheiro principal depois que meu pai se foi. A mesma cabeça que, antes, vacilava em dúvidas sem fim diante das pequenas grandes decisões, passou a acreditar em uma vida além dos limites. E de tanto acreditar nisso, não parei quando me diziam que eu jamais estudaria em uma universidade pública, gratuita e de qualidade. Não desisti quando me diziam que a Comunicação não carrega, em essência, a capacidade de mudar o mundo. Não ouvi a voz que me dava o veredito de que o mundo era grande demais pra gente como eu. Mal sabiam eles que gente como nós não se entrega. Segui.

Cada uma das páginas desta pesquisa foi escrita com toda a força que vem da insistência e da perseverança de quem nunca se conformou com o não. E se eu tenho algum mérito nisso, o maior deles foi ter ouvido a única voz possível: a voz daquele que sempre há de ser o meu guia. A voz do meu pai que dizia que o conhecimento é o que, de fato, pode nos tornar seres úteis, produtivos, melhores. Obrigada, pai, por, de onde está, seguir sendo essa presença de luz e amor infinito que não me deixa desacreditar, que me renova a fé na vida mesmo em tempos tão sombrios e que me faz seguir, seguir e seguir, mesmo quando os caminhos se apresentam em meio aos mais duros obstáculos.

Aos meus irmãos de sangue e de alma, Rodrigo, Fabio, Juliano e Junior, parceiros incomparáveis de jornada. Aos meus avós, João e Lola, semente do que sou e serei, para sempre. Vocês são a materialização de todo o amor que eu acumulo no peito. Vocês me abastecem de esperança quando a saudade vem e me encham de coragem quando falta fé. Se

mil vidas eu tiver, em todas elas quero que caminhemos juntos. Aos meus sobrinhos, Carolina, João Felipe, Estela e Estêvão, que, entre muitas outras coisas, me fazem sentir como se meu coração pudesse se dividir em vários pedacinhos gordinhos a andar, dar sorrisinhos e fazer estripulias por aí. Que amo como nunca pensei ser possível amar alguém que não nasceu de mim. Que me fazem querer ser melhor como gente e me encorajam a lutar por um mundo em que não haja diferenças de nenhuma natureza. Um mundo justo é o que cada um de vocês merece. E é por ele que vamos lutar, juntos, até a última gota da minha alma.

Ao meu companheiro de vida, Marco, que, com todo o amor, me mostrou que o mestrado era o princípio e não o fim. Obrigada por sempre confiar que daria certo e por me fazer confiar, também. Pelo acolhimento, pela compreensão nos momentos derradeiros em que noites viraram dias e os dias eram engolidos pelos prazos que batiam à porta, obrigada. Por ser meu parceiro na boa e na ruim, por me fazer sentir a mulher mais especial e amada do mundo e por sempre me impulsionar a ser melhor, dia após dia, obrigada. Te amo infinito, sempre muito mais que ontem.

Aos amigos-irmãos Dalane, Rafael, Letícia, Patrícia, Juliana, Ana, Carol, Bruna e Vivian pelos ouvidos sempre dispostos a ouvir lamentos mais numerosos que as já conhecidas piadas ruins, pelos ombros largos que ajudam a carregar o peso de tempos nem sempre fáceis e, principalmente, pelos abraços fortes que, há mais de uma década, revigoram o espírito e tornam a jornada mais florida.

À Ivete, chefe e mentora, que me impulsiona tanto que me faz sentir que o céu não tem limites. Obrigada por entender o que o mestrado significa pra mim e me ajudar a manejar a dura e penosa rotina de levar o trabalho e a academia, juntos. Respeito máximo pelo ser humano que você é e pelo quanto nos consegue fazer acreditar.

Aos companheiros de mestrado Leila e Luiz, pela companhia vibrante, pela força, pelo otimismo e pela ajuda de sempre – nos perrengues da academia e da vida. Que as boas energias que vocês emanam se revertam em alegrias sem fim.

Às professoras Danila e Carla pelo carinho com que se debruçaram sobre a presente pesquisa. Obrigada pelos conselhos valiosos que, desde o exame de qualificação, abriram caminhos e elevaram o nível de discussão que nos comprometemos a empreender aqui.

Ao professor Arthur Ituassu, que salvou esta pesquisa em um momento crítico e nos permitiu coletar os dados que analisamos nesta dissertação. Seguidos dias de agradecimento seriam pouco para retribuir a essa valiosíssima ajuda.

Ao meu grupo de pesquisa COMPA, que me ensinou a caminhar como pesquisadora e me deu confiança para desenvolver a metodologia de trabalho que me permitiu executar da melhor forma possível este trabalho.

À incansável orientadora Kelly, que abraça o mundo com tanto afinho que me faz sentir que dias de 72 horas não são impossíveis. Pelos cafés-de-dia-todo, pelo entusiasmo em abraçar a pesquisa dos meus sonhos, por me apresentar uma teoria tão rica em essência e pela compreensão nos momentos em que não pude mergulhar totalmente nessa missão grandiosa de produzir ciência: obrigada, Kelly. Sua luta me inspira.

Aos atletas paralímpicos do Brasil, por elevarem o esporte de alto rendimento a um nível nunca antes visto e, junto com ele, mostrarem que o reconhecimento é a chave para o mundo mais igualitário e justo que todos merecemos.

O esporte pode reavivar a esperança onde antes só havia desespero.

Nelson Mandela

RESUMO

Desde que decidem pela carreira no esporte paralímpico, os atletas com deficiência travam uma luta por reconhecimento e redistribuição. As demandas vão desde a conquista de uma estrutura adequada para a prática e o treinamento esportivos, passam pelo anseio por investimentos e políticas públicas efetivas e chega até a necessidade de reconhecimento como atletas de elite com capacidades individuais. Com o desinteresse dos meios de comunicação tradicionais pela cobertura dos Jogos Paralímpicos se comparada à realizada durante os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, em 2016, as redes sociais – em especial o Twitter – configuraram-se como um importante espaço de divulgação de ações dos atletas paralímpicos. Com um discurso mais direto, o Twitter destacou-se, também, como uma das principais arenas de reconhecimento e visibilidade desses atores. Considerando isso, nosso problema de pesquisa parte da seguinte pergunta: “que tipos de reconhecimento aos atletas paralímpicos são expressos por meio do Twitter durante os Jogos Paralímpicos Rio 2016?”. Para responder a questão, esta pesquisa faz um estudo comparativo por meio da análise de conteúdo de postagens tanto do Comitê Paralímpico Brasileiro – entidade que representa os atletas paralímpicos –, quanto dos usuários da rede social que se utilizaram da *hashtag* #JogosParalímpicos. Para isso, analisamos e categorizamos o conteúdo de 1.238 ($n=1.238$) postagens feitas pela conta do Comitê Paralímpico Brasileiro (@cpboficial) e, concomitantemente, 9.132 ($n=9.132$) *tweets* postados pelos usuários da rede social com a *hashtag* #JogosParalímpicos, criada para acompanhar as postagens sobre o tema. Todas as postagens analisadas foram publicadas entre 07 a 18 de setembro de 2016, tempo de duração dos Jogos Paralímpicos do Rio de Janeiro. A categorização nos permitiu encontrar três tipos de reconhecimento principais publicados no Twitter: o Institucional, o Esportivo e o Afetivo/Ideológico. Os resultados encontrados foram analisados à luz da discussão sobre teoria do reconhecimento feita entre Nancy Fraser e Axel Honneth. A hipótese principal que norteia essa pesquisa é a de que, no Twitter, o Comitê Paralímpico Brasileiro trabalha para construir um Reconhecimento Esportivo, baseado na estima social sem, no entanto, valer-se das histórias particulares dos atletas paralímpicos. Por outro lado, os usuários do Twitter utilizam a *hashtag* para expressar Reconhecimento Institucional aos atletas paralímpicos, a despeito de sua performance como esportista de elite. Também empreendemos uma discussão a respeito do terceiro tipo de reconhecimento identificado. O Reconhecimento Afetivo/Ideológico, que se utiliza de características pessoais dos atletas paralímpicos, pode, ao mesmo tempo em que oferece abrigo às carências de natureza afetiva, também reforçar a visão estigmatizada que é obstáculo à luta por paridade de participação desses atores.

Palavras-chave: Twitter; Atletas paralímpicos; Teoria do reconhecimento.

ABSTRACT

From the moment they choose to pursue a career at the Paralympic sports, disabled athletes fight for recognition and redistribution. The demands start at an adequate structure for practicing sports, go past the wish for investments and public policies, and reach the need for recognition as elite athletes with individual skills. As traditional media displays lack of interest in covering the Paralympic games when compared to the covering of the Rio Olympic Games in 2016, the social media – especially Twitter – appear as an important space for showcasing disabled athletes' achievements. With a forward speech, Twitter is highlighted as one of the main areas for recognition and visibility to these actors. Taking this into consideration, our research problem starts from the following question: "what kind of recognition to Paralympic athletes are expressed through Twitter during the 2016 Rio Paralympic Games?". To answer this question, this research does a comparative study with content analysis of the Brazilian Paralympic Committee – entity that represents the Paralympic athletes – as well as of the social media users that used the hashtag #JogosParalímpicos. To do so, we have analyzed and categorized the content of 1,238 (n=1,238) posts made by the Brazilian Paralympic Committee (@cpboficial) and also of 9,132 (n=9,132) tweets made by the users of the social media with the hashtag #JogosParalímpicos, created to follow the posts about the subject. Every analyzed post was published between September 7th and September 18th, 2016, the duration of the Rio Paralympic Games. The categorization allowed us to find three main kinds of recognition published on Twitter: Institutional, Sportive and Affective/Ideological. The results were analyzed under Nancy Fraser and Axel Honneth's recognition theory. The main hypothesis is that the Brazilian Paralympic Committee works to build a Sportive Recognition on Twitter, based on social esteem without, however, using the private stories of the Paralympic athletes. On the other hand, Twitter users use the hashtag to express Institutional recognition to the Paralympic athletes, regardless of their performance as an elite athlete. We also engage on a discussion about the third type of recognition identified. Affective/Ideological recognition, which makes use of Paralympic athlete's personal traits, can, at the same time that offers shelter to the needs of the affection kind, also fortifies the stigmatized vision that is an obstacle to these actors to fight for participation equality.

Keywords: Twitter; Paralympic athletes; Theory of recognition.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - ESTRUTURAS DAS RELAÇÕES SOCIAIS DE RECONHECIMENTO	28
QUADRO 2 - DISTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA BOLSA ATLETA	74
QUADRO 3 – DESENHO METODOLÓGICO DE PESQUISA	98
QUADRO 4 – ESTRUTURA DAS RELAÇÕES DE RECONHECIMENTO AOS ATLETAS PARALÍMPICOS	154

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – PESSOAS COM DEFICIÊNCIA POR REGIÃO DO PAÍS	32
TABELA 2 – FREQUÊNCIA DE TWEETS DO CPB POR CATEGORIA DE ANÁLISE	100
TABELA 3 – FREQUÊNCIA DE TWEETS COM A HASHTAG POR CATEGORIA DE ANÁLISE.....	106
TABELA 4 – FREQUÊNCIA DE PALAVRAS DA CATEGORIA RECONHECIMENTO INSTITUCIONAL NOS POSTS DO CPB.....	120
TABELA 5 – FREQUÊNCIA DE PALAVRAS DA CATEGORIA RECONHECIMENTO INSTITUCIONAL NOS POSTS COM A HASHTAG.....	124
TABELA 6 – FREQUÊNCIA DE PALAVRAS DA CATEGORIA RECONHECIMENTO ESPORTIVO NOS POSTS DO CPB	131
TABELA 7 – FREQUÊNCIA DE PALAVRAS DA CATEGORIA RECONHECIMENTO ESPORTIVO NOS POSTS COM A HASHTAG	135
TABELA 8 – FREQUÊNCIA DE PALAVRAS DA CATEGORIA RECONHECIMENTO AFETIVO/IDEOLÓGICO NOS POSTS DO CPB	144
TABELA 9 – FREQUÊNCIA DE PALAVRAS DA CATEGORIA RECONHECIMENTO AFETIVO/IDEOLÓGICO NOS POSTS COM A HASHTAG	149

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – TWEET DO CPB ENQUADRADO NA CATEGORIA DESEMPENHO DOS ATLETAS PARALÍMPICOS	102
FIGURA 2 - TWEET DO CPB ENQUADRADO NA CATEGORIA DIVULGAÇÃO DOS JOGOS PARALÍMPICOS	103
FIGURA 3 - DO CPB ENQUADRADO NA CATEGORIA CONVOCAÇÃO DE TORCIDA	103
FIGURA 4 - TWEET DO CPB ENQUADRADO NA CATEGORIA DEMONSTRAÇÕES DE EMOÇÃO OU AFETO.....	104
FIGURA 5 - TWEET DO CPB ENQUADRADO NA CATEGORIA BASTIDORES.....	105
FIGURA 6 – TWEET DO CPB ENQUADRADO NA CATEGORIA INFORMAÇÕES GERAIS	105
FIGURA 7 - TWEET COM A HASHTAG NA CATEGORIA DIVULGAÇÃO DOS JOGOS PARALÍMPICOS	108
FIGURA 8 – TWEETS COM A HASHTAG NA CATEGORIA DESEMPENHO DOS ATLETAS PARALÍMPICOS	111
FIGURA 9 - TWEETS COM A HASHTAG NA CATEGORIA DEMONSTRAÇÕES DE EMOÇÃO OU AFETO.....	112
FIGURA 10 – TWEET COM A HASHTAG NA CATEGORIA MANIFESTAÇÃO DE TORCIDA	112
FIGURA 11 – TWEET COM A HASHTAG NA CATEGORIA BASTIDORES	113
FIGURA 12 – TWEET COM A HASHTAG NA CATEGORIA PUBLICIDADE	113
FIGURA 13 – TWEETS COM A HASHTAG NA CATEGORIA INFORMAÇÕES GERAIS	114
FIGURA 14 – TWEET COM A HASHTAG NA CATEGORIA JORNALISMO.....	115
FIGURA 15 – TWEET COM A HASHTAG NA CATEGORIA REDES SOCIAIS EXTERIORES.....	115
FIGURA 16 – TWEET COM A HASHTAG NA CATEGORIA OUTROS.....	116
FIGURA 17 - ESTRUTURA INTERATIVA DE PALAVRAS DA CATEGORIA RECONHECIMENTO INSTITUCIONAL NOS POSTS DO CPB	123

FIGURA 18 - ESTRUTURA INTERATIVA DE PALAVRAS DA CATEGORIA RECONHECIMENTO INSTITUCIONAL NOS POSTS COM A HASHTAG	128
FIGURA 19 - ESTRUTURA INTERATIVA DE PALAVRAS DA CATEGORIA RECONHECIMENTO ESPORTIVO NOS POSTS DO CPB.....	134
FIGURA 20 - ESTRUTURA INTERATIVA DE PALAVRAS DA CATEGORIA RECONHECIMENTO ESPORTIVO NOS POSTS COM A HASHTAG.....	138
FIGURA 21 - ESTRUTURA INTERATIVA DE PALAVRAS DA CATEGORIA RECONHECIMENTO AFETIVO/IDEOLÓGICO NOS POSTS DO CPB.....	148
FIGURA 22 - ESTRUTURA INTERATIVA DE PALAVRAS DA CATEGORIA RECONHECIMENTO AFETIVO/IDEOLÓGICO NOS POSTS COM A HASHTAG.....	152

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 RELAÇÃO DE POSTS DO COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO AGRUPADOS POR CATEGORIAS DE ANÁLISE.....	100
GRÁFICO 2 – RELAÇÃO DE POSTS COM A HASHTAG #JOGOSPARALÍMPICOS AGRUPADOS POR ORGANIZADORES DE CONTEÚDO.....	106

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	19
1.1 DESENHO METODOLÓGICO.....	21
2 RECONHECIMENTO E IDENTIDADE	25
2.1 RECONHECIMENTO NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOS ATLETAS PARALÍMPICOS	28
2.2 O ESTIGMA COMO BARREIRA NA LUTA POR RECONHECIMENTO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	31
2.2.1 Do coitadismo ao heroísmo: a narrativa de estigma sobre os atletas paralímpicos	37
2.3 INCLUSÃO X INTEGRAÇÃO: FERRAMENTAS SOCIAIS DE RECONHECIMENTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....	42
3 RECONHECIMENTO E REDISTRIBUIÇÃO: UM IDEAL DE JUSTIÇA DE NANCY FRASER	49
3.1 A CRIAÇÃO DOS JOGOS PARALÍMPICOS COMO PRIMEIRO PASSO RUMO À PARIDADE DE PARTICIPAÇÃO	57
3.1.1 O desenvolvimento do esporte paralímpico no Brasil	61
3.1.2 O Comitê Paralímpico Brasileiro e a profissionalização do atleta paralímpico no país	63
3.2 A FALTA DE REDISTRIBUIÇÃO COMO OBSTÁCULO PARA OS ATLETAS PARALÍMPICOS	66
3.2.1 A legislação como remédio afirmativo à injustiça contra os atletas paralímpicos	71
3.2.2 Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência.....	72
3.2.3 Bolsa Atleta.....	73
3.2.4 Lei de incentivo ao esporte.....	77
4 REDES SOCIAIS E REPRESENTAÇÃO	79
4.1 O TWITTER COMO ARENA DE VISIBILIDADE.....	81
5 METODOLOGIA	91
6 APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS	99
6.1 ANÁLISE DOS TWEETS DO COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO	100
6.2 ANÁLISE DOS TWEETS COM A HASHTAG #JOGOSPARALÍMPICOS	105
6.3 O TWITTER COMO ARENA DE RECONHECIMENTO PARA OS ATLETAS PARALÍMPICOS	116
6.3.1 Reconhecimento Institucional.....	117

6.3.1.1 Reconhecimento Institucional nos tweets do CPB.....	119
6.3.1.2 Reconhecimento institucional nos tweets com a hashtag #JogosParalímpicos	124
6.3.2 Reconhecimento Esportivo	129
6.3.2.1 Reconhecimento Esportivo nos tweets do CPB.....	131
6.3.2.2 Reconhecimento Esportivo nos tweets com a hashtag #JogosParalímpicos	135
6.3.3 Reconhecimento Afetivo/Ideológico.....	141
6.3.3.1 Reconhecimento Afetivo/Ideológico nos tweets do CPB.....	144
6.3.3.2 Reconhecimento Afetivo/Ideológico nos tweets com a hashtag #JogosParalímpicos	149
7 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	154
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	160
REFERÊNCIAS.....	164

1 INTRODUÇÃO

Desde que fez sua primeira participação em uma edição dos Jogos Paralímpicos em Heidelberg, na Alemanha, em 1972, o Brasil tem revelado atletas de alto nível nas mais diversas modalidades paralímpicas. Na época, apenas 20 esportistas representaram o país em quatro modalidades diferentes. Quase 50 anos depois, os Jogos Paralímpicos do Rio de Janeiro de 2016 mostraram ao mundo um país de delegação bem mais imponente. Pela primeira vez na história do esporte nacional, o Brasil teve representantes em todas as 22 categorias da competição. Dos 4,3 mil atletas que vieram ao país em busca de uma medalha, 278 eram brasileiros (CPB, 2016). Em terras cariocas, a quantidade significativa de atletas foi proporcional às conquistas. Ainda que não tenha alcançado o melhor desempenho da história no quadro de medalhas – feito conquistado em 2012, na edição de Londres, quando o Brasil terminou em 7º lugar no quadro geral¹ –, a delegação brasileira acumulou números nunca antes registrados. Foram 72 medalhas no total, sendo 14 de ouro, 29 de prata e 29 de bronze. O feito garantiu o 8º lugar no quadro geral de medalhas da competição.

A evolução no desempenho dos atletas paralímpicos brasileiros foi um objetivo do Ministério do Esporte desde muito antes da realização dos jogos no Brasil. Assim como os atletas olímpicos, os esportistas paralímpicos também fizeram parte de projetos do Governo Federal que visaram o estímulo à atividade esportiva paralímpica. Entre os projetos, estava o Bolsa Atleta – que financiou 90,6% de todos os atletas que disputaram os Jogos Paralímpicos do Rio de Janeiro (CPB, 2016). De acordo com dados do Comitê Paralímpico Brasileiro (2016), entre 2005 e 2015, foram investidos mais de R\$ 164,8 milhões em quase 12 mil bolsas concedidas a paratletas de todo o país. A materialização desse investimento pode ser vista, ainda, no Centro de Treinamento Paralímpico de São Paulo. O espaço, oficializado em 2013, mas inaugurado apenas às vésperas dos Jogos do Rio, foi apontado, à época, como marco para tornar o esporte paralímpico brasileiro uma superpotência mundial após a realização das Paralimpiadas no país. O investimento total em obras e equipamentos foi de quase R\$ 260 milhões de reais – financiados em parceria do governo do estado de São Paulo e governo federal².

¹Em Londres, os atletas paralímpicos do Brasil conquistaram 43 medalhas, sendo 21 de ouro, 14 de prata e 8 de bronze. Vale lembrar que o critério que determina a colocação geral no quadro de medalhas é o número de conquistas de ouro. (CPB, 2016).

² Para mais informações, ver o site do Comitê Organizador Rio-2016: <http://www.brasil2016.gov.br>, Acesso em 10 de janeiro de 2017.

Mesmo com os investimentos existentes, ainda há disparidade na distribuição de recursos entre atletas olímpicos e paralímpicos. Nesse e em outros sentidos, como veremos, os atletas com deficiência travam uma luta por reconhecimento e redistribuição (FRASER, 2003; HONNETH, 2003) que se arrasta por anos. O primeiro passo em direção ao objetivo de reconhecimento, foi dado há mais de um século, em 1888, quando os registros mostram que dois clubes já contavam com a participação de surdos em Berlim, na Alemanha, evidenciando que a criação de uma competição específica para pessoas com deficiência é parte de um processo mais amplo de reconhecimento e redistribuição. No entanto, só depois da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) é que as competições entre pessoas com deficiência ganharam notoriedade a ponto de se tornarem, depois, uma modalidade estruturada mundialmente.

Não só no Brasil, mas – e principalmente – fora dele, a história recente tem reservado recordes e resultados que, a despeito da deficiência, revelam atletas de alto nível técnico e físico. No entanto, nem sempre as conquistas e investimentos são suficientes para que esses profissionais recebam reconhecimento da mesma forma que esportistas que não têm nenhuma deficiência (FIGUEIREDO E NOVAIS, 2010; MARQUES, 2010; BRAZUNA E CASTRO, 2001). Parte dessa postura social é explicada por Nancy Fraser (2003) e Axel Honneth (1999; 2003) por meio dos conceitos que permeiam a luta por reconhecimento. De um lado, Honneth defende o reconhecimento como um objetivo inerente ao sujeito em sua busca por autorrealização. Ou seja, por meio das relações intersubjetivas é que o reconhecimento garante a cada um de nós a plena realização de nossas capacidades. E é só a partir dessa plena realização e do reconhecimento social mútuo que a identidade se forma de maneira integral (MENDONÇA, 2007). Por outro, Fraser – crítica de Honneth - entende que o reconhecimento pensado apenas como meio de valorização das identidades não resolve os problemas de justiça. Assim, ela parte para uma teoria de justiça que se realiza na superação do que ela chama de subordinação. Essa teoria prega a existência de duas dimensões – a cultural e a econômica – que não se reduzem uma à outra, mas que se combinam no objetivo de construção de um ideal normativo de justiça (FRASER, 2003).

Para explicar esse ideal normativo de justiça, Fraser tem como chave principal o conceito de paridade de participação, que será explicado oportunamente, e que norteia grande parte da presente pesquisa. Ao contrário da noção de autorrealização, que representa o fim da luta por reconhecimento em Honneth e Taylor, a paridade de participação é o que justifica a

luta por reconhecimento de indivíduos ou grupos em Fraser. Para ela, o processo de realização da justiça passa pela possibilidade de que todos os membros adultos possam interagir como pares no processo dialógico social. Para que a paridade de participação seja possível, Fraser lista pelo menos duas condições principais, uma objetiva e outra intersubjetiva: 1) a distribuição de recursos materiais deve ser o suficiente para garantir aos sujeitos independência e voz; 2) os padrões institucionalizados de valor cultural devem expressar igual respeito por todos os participantes e garantir a eles iguais oportunidades de conquistas estima social. (FRASER, 2003, p. 36). São os ideais de redistribuição e reconhecimento, respectivamente.

É inegável que os Jogos Paralímpicos representam um passo importante na direção da paridade de participação na medida em que reservam aos atletas com deficiência um espaço institucionalizado para que eles possam exercer seu trabalho e buscar sua estima social como esportistas de elite. No entanto, é inegável, também, que esses atores ainda enfrentam problemas de ordem econômica, ligados à redistribuição, e de ordem cultural, ligados às representações estigmatizadas e carregadas de preconceito que ainda prejudicam seu completo desenvolvimento social. Considerando essa breve explanação, esta pesquisa tem como objetivo entender que tipos de reconhecimento foram dedicados aos atletas paralímpicos no Twitter durante a realização dos Jogos Paralímpicos Rio 2016. Partindo do pressuposto de que a cobertura midiática tradicional do evento foi consideravelmente menor que a dedicada à edição dos Jogos Olímpicos, escolhemos o Twitter como objeto de análise por entendermos que ele se configurou como uma arena de visibilidade para os atletas paralímpicos.

1.1 DESENHO METODOLÓGICO

Esta pesquisa tem como objetivo fazer um estudo qualitativo-comparativo dividido em duas partes:

Na *primeira etapa*, vamos analisar o conteúdo de 1.238 ($n=1.238$) postagens feitas pela página do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) no Twitter³ e 9.708 ($n=9.708$) postagens com a *hashtag* #JogosParalímpicos publicadas entre 07 e 18 de setembro de 2016 – período de realização dos Jogos Paralímpicos do Rio de Janeiro. A partir dos padrões definidos por

³ Disponível em: <https://twitter.com/cpboficial>.

meio da análise de conteúdo (BARDIN, 1979; CAPPELLE, MELO e GONÇALVES, 2003), todas as postagens coletadas do CPB vão passar por uma categorização dividida da seguinte forma: 1) Divulgação dos Jogos Paralímpicos; 2) Desempenho do atleta paralímpico; 3) Demonstração de emoção ou afeto; 4) Convocação de torcida; 5) Bastidores dos Jogos Paralímpicos; 6) Informações gerais. Já os *tweets* com a *hashtag* #JogosParalímpicos serão enquadrados sob as categorias a seguir: 1) Divulgação dos Jogos Paralímpicos; 2) Desempenho do atleta paralímpico; 3) Demonstração de emoção ou afeto; 4) Manifestações da torcida; 5) Bastidores dos Jogos Paralímpicos; 6) Publicidade; 7) Informações gerais; 8) Jornalismo; 9) Redes sociais exteriores; 10) Outros.

A partir da categorização dos *tweets* encontrados nas categorias 1, 2 e 3, passamos para a *segunda etapa* deste estudo que é o de avaliar que tipos de reconhecimento derivam dos *tweets* enquadrados em cada categoria prévia. Em nossa análise, encontramos três modalidades de reconhecimento que tanto o CPB quanto os usuários da *hashtag* #JogosParalímpicos dedicam aos atletas paralímpicos nos limites do Twitter: 1) Reconhecimento Institucional, dedicado a exaltar a realização dos Jogos Paralímpicos como evento; 2) Reconhecimento Esportivo, referente à performance e desempenho dos atletas paralímpicos e 3) Reconhecimento Afetivo/Ideológico, que expressa emoção e atribui aos atletas e aos Jogos Paralímpicos exemplos de superação que, como veremos, também podem servir como meio de perpetuar uma visão estigmatizada sobre os esportistas paralímpicos.

Cada uma dessas categorias de reconhecimento serão, então, analisadas pelo *software* Maxqda⁴, que faz uma contagem das palavras mais recorrentes nas postagens e organiza uma árvore interativa na qual é possível ver quais são as correlações textuais mais utilizadas em cada uma das categorias de reconhecimento identificadas na fase preliminar da

⁴ O *software* Maxqda foi lançado em 1989 e permite não só organizar, como avaliar e interpretar um grande volume de dados. O pacote também dá ao pesquisador a oportunidade de criar relatórios que podem ser incorporados à pesquisa ou compartilhados com a comunidade acadêmica. O *software* comporta a análise e codificação de entrevistas, questionários e textos de postagens feitas no Twitter, no Facebook, entre outras redes. O sistema também faz a transcrição de arquivos de áudio e os transforma em texto pronto para a codificação (MAXQDA, 2013). A interface do sistema é dividida em quatro janelas que, simultaneamente, apresentam os seguintes recursos: lista de documentos a serem codificados; estrutura de categorias e códigos; leitura, edição e codificação de arquivos selecionados; recuperação e verificação de segmentos textuais já codificados. Todo o processo de codificação é feito pelo próprio pesquisador (NODARI, et al., 2014).

pesquisa. As categorias foram elaboradas com base na teoria do reconhecimento de Axel Honneth e Nancy Fraser. Tal teoria também norteia a análise dos resultados.

Como se trata de um volume grande de dados, entendemos que o *software* pode ajudar a ampliar a forma de exploração dos resultados e permitir uma análise qualitativa mais rica a partir dos resultados obtidos por ele. Ainda que o uso de ferramentas de análise de conteúdo não seja uma unanimidade entre os pesquisadores, Nodari et al. (2014) defendem que a utilização de sistemas possibilita ao pesquisador a aplicação de diferentes estratégias em sua abordagem metodológica. Para os autores, os *softwares* “podem ajudar consideravelmente no gerenciamento de dados grandes e complexos, tornando a análise qualitativa muito mais fácil, precisa, confiável e transparente (GIBBS, 2009)⁵”. Todos os *tweets* analisados nesta pesquisa foram coletados por meio do Twitter Crawler⁶, uma ferramenta de mineração de dados do Twitter desenvolvida pelo Laboratório de Opinião Pública, Comunicação Política e Mídias Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio (PUC-Rio) em parceria com o Departamento de Informática da instituição.

Antes de analisar as postagens e categorizá-las de acordo com os organizadores de conteúdo já expostos, porém, vamos discutir o universo do atleta paralímpico tendo como fundamento a teoria do reconhecimento e sua importância na construção da identidade desses atores. Em um primeiro momento, discutiremos a importância da teoria de Axel Honneth (2003a) para o entendimento do esporte paralímpico como elemento importante na constituição da identidade do atleta com deficiência e sua busca por autorrealização. No mesmo sentido, discutiremos aspectos que permeiam a carreira do atleta paralímpico como o convívio com o preconceito e o estigma (GOFFMAN, 1999) e como esses desafios também fazem parte da composição da identidade e da luta por reconhecimento desses atores.

Depois, passaremos a discutir o pensamento de Nancy Fraser (2001; 2002; 2003; 2007) para trazer ao debate os conceitos de reconhecimento e redistribuição que compõem os objetivos sociais na luta por justiça do atleta paralímpico. Nosso objetivo é entender de que forma essas duas metas se combinam na carreira do ator em questão. Falaremos da

⁵ Gibbs, G. Análise de dados qualitativos. Porto Alegre: Bookman, 2009.

⁶ LIFSCHITZ, S.; ITUASSU, A.; SAVA, P.; VAZ, MB. PUC-Rio Twitter Crawler: software de mineração de dados no Twitter, 2016 (2015).

importância do reconhecimento e da redistribuição como elementos que são buscados a partir da paridade de participação (FRASER, 2003) ao atleta paralímpico no exercício de sua função de esportista de elite.

Em seguida, discutimos as redes sociais e o Twitter como objeto pertinente aos estudos em comunicação e a importância desta rede social como arena de visibilidade em determinados eventos – principalmente os de grande porte como os Jogos Olímpicos e Paralímpicos. Discutiremos, na sequência, o método, a coleta dos dados e a análise dos resultados obtidos, tendo como base os conceitos trabalhados na teoria do reconhecimento por Axel Honneth (1999; 2003a; 2003) e Nancy Fraser (2001; 2002; 2003; 2007).

2 RECONHECIMENTO E IDENTIDADE

Com base na Teoria Crítica, os estudos de Axel Honneth sobre a luta por reconhecimento remontam à tradição sociológica das dinâmicas de interação social. É no conceito inicialmente desenvolvido por Hegel no período de Jena (BRESSIANI, 2011) que Honneth desenha o que denomina a gramática moral dos conflitos sociais: para além da noção sociológica de que o reconhecimento teria como objetivo principal a autoconservação ou o aumento do poder, ideias arraigadas na filosofia moderna de Hobbes e Maquiavel, Honneth passa a privilegiar em sua teoria o pensamento de que as lutas por reconhecimento podem ser motivadas pelo desrespeito e que essas situações são fundamentais para o desenvolvimento moral dos indivíduos e da sociedade. A sua concepção formal de boa vida, que abarca os pressupostos que necessariamente precisam ser preenchidos para que haja proteção dos ideais de autorrealização, faz parte da formação não só da intersubjetividade como também dos próprios indivíduos (MENDONÇA, 2007). Sendo assim, o autor acredita que os embates servem como meio para que cada sujeito possa ter uma autoimagem coerente e, ao mesmo tempo, possa construir relações pautadas na ética e livres de particularismos.

Para Honneth, o ideal normativo de justiça passa, portanto, pela interação social. Quando se reconhece e é reconhecido como parte do sistema social, o indivíduo consegue desenvolver plenamente sua identidade intersubjetiva e, a partir desse desenvolvimento, consegue pavimentar o caminho de sua autorrealização:

Nesse sentido, a liberdade da autorrealização depende de pressupostos que não estão à disposição do próprio sujeito humano, visto que ele só pode adquiri-la com a ajuda de seu parceiro de interação. Os diversos padrões de reconhecimento representam condições intersubjetivas que temos de pensar necessariamente quando queremos descrever as estruturas universais de uma vida bem-sucedida. (HONNETH, 2003a, p. 273).

A conquista do ideal normativo de autorrealização, como vimos, é um processo complexo e permeado por sentimentos que variam. Por isso, Honneth busca não só em Hegel, como também na psicologia social de George H. Mead e na psicanálise de Donald W. Winnicott elementos que possam justificar as diferentes formas de reconhecimento perseguidas pelo ideal de justiça social. Para Mead, a evolução moral da sociedade se dá no cerne da luta por reconhecimento. Como Hegel, o psicólogo aprofunda a importância das normas morais dentro das relações sociais e argumenta que é nas interações que o sujeito faz,

incluindo aí o diálogo interno de cada um com seus impulsos individuais e sua cultura internalizada, que tanto os indivíduos quanto a sociedade se desenvolvem moralmente. A partir disso, Mead enumera a existência do reconhecimento em três níveis de relação: as primárias – ligadas ao amor; as jurídicas – ligadas às leis; e as do trabalho – esfera em que seria possível ao sujeito buscar estima por meio de sua produção para a coletividade (MENDONÇA, 2007). Já em Winnicott, Honneth busca na psicanálise uma explicação para a necessidade de reconhecimento na esfera do amor. Ele afirma que, em seus primeiros meses de vida, a criança desenvolve uma dependência tal da mãe que essa assistência se funde a todo o restante da existência do bebê. Assim, em um processo denominado de simbiose (HONNETH, 2003, p. 164-165), mãe e filho precisam passar de um estado de fusão completa ao estágio de dependência relativa (MENDONÇA, 2007, p. 172).

A partir dessas noções, é que Honneth formula uma teoria de justiça que se ampara sob a luz de três diferentes esferas normativas de reconhecimento: a do amor, a do direito e a da estima social. O amor, na concepção honnethiana à luz do pensamento de Hegel, Mead e Winnicott, é o primeiro de todos os reconhecimentos vivenciados por um sujeito. Como vimos, a partir da psicanálise, Honneth argumenta que o primeiro amor vivenciado por um ser humano com sua mãe permite que o indivíduo realize seu objetivo de ser dependente na mesma medida em que aprende a sobreviver sozinho. É a partir dessas relações primárias que, segundo Honneth (2003a), passa a ser possível a concepção de uma perspectiva normativa de relações baseada na interação. E é na dinâmica de conflito que nasce a possibilidade de conquista da autoconfiança:

Para Hegel, o amor representa a primeira etapa de reconhecimento recíproco, porque em sua efetivação os sujeitos se confirmam mutuamente na natureza concreta de suas carências, reconhecendo-se assim como seres carentes: na experiência recíproca da dedicação amorosa, dois sujeitos se sabem unidos no fato de serem dependentes, em seu estado carencial, do respectivo outro. (HONNETH, 2003a, pp. 159-160).

Já na esfera do direito, Honneth (2003, p. 181) indica que o reconhecimento se realiza de uma forma universalizável que não permite “exceções e privilégios”. São os princípios morais universalistas, portanto, que permitem que os indivíduos se vejam como iguais, de forma recíproca, e como sujeitos que compartilham condições de participar do processo dialógico social. Para Mead e Hegel, o direito garante uma consciência universal de que o sujeito possui garantias na mesma medida em que precisa se observar tendo o outro em

perspectiva, em uma relação que leva ao reconhecimento de um “outro generalizado”. Importante considerar, também aqui, a importância das proposições de Thomas H. Marshall ao pensamento honnethiano. Para o sociólogo britânico, é só a partir do “desacoplamento entre as pretensões jurídicas individuais e as atribuições sociais ligadas ao *status* que se origina o princípio de igualdade universal” (HONNETH, 2003a, p. 191). Assim sendo, em nome da igualdade, os direitos individuais ficariam submetidos a uma exigência de igualdade obtida por meio da luta social em nome da construção dos direitos civis, políticos e sociais em uma sociedade de cidadãos com igual valor (MENDONÇA, 2007). A partir da conquista do reconhecimento nessa esfera, o sujeito pode experimentar o autorespeito:

(...) migra para a relação de reconhecimento do direito uma nova forma de reciprocidade, altamente exigente: obedecendo a mesma lei, os sujeitos de direito se reconhecem reciprocamente como pessoas capazes de decidir com autonomia individual sobre normas morais. Diferentemente das definições de Mead, as de Hegel só valem para a ordem social do direito na medida em que esta pode se desligar da autoridade natural de tradições éticas, adaptando-se ao princípio de fundamentação universalista. (HONNETH, 2003a, p. 182)

A teoria do reconhecimento de Honneth busca novamente em Mead e Hegel os argumentos para a construção de uma última esfera de reconhecimento necessária para a autorrealização do sujeito: a esfera da estima social. Para além da justiça, a estima social se baseia não no respeito à coletividade, mas sim na correção do desrespeito às diferenças em uma perspectiva universal e, ao mesmo tempo, intersubjetiva. Para Honneth (2003, p.198) “para poderem chegar a uma autorrelação infrangível, os sujeitos humanos precisam ainda, além da experiência da dedicação afetiva e do reconhecimento jurídico, de uma estima social que lhes permita referir-se positivamente a suas propriedades e capacidades concretas”. O que advém da conquista do reconhecimento nessa esfera é a autoestima:

No momento, é importante saber aqui apenas quais conclusões se podem tirar preliminarmente da comparação entre o reconhecimento jurídico e a estima social: em ambos os casos como já sabemos, um homem é respeitado em virtude de determinadas propriedades, mas no primeiro caso se trata daquela propriedade universal que faz dele uma pessoa; no segundo caso, pelo contrário, trata-se das propriedades particulares que o caracterizam, diferentemente de outras pessoas. Daí ser central para o reconhecimento jurídico a questão de como se determina aquela propriedade constitutiva das pessoas como tais, enquanto para a estima social se coloca a questão de como se constitui o sistema referencial valorativo no interior do qual se pode medir o “valor” das propriedades características. (HONNETH, 2003a, p. 187)

Dentro dessa construção interdisciplinar da teoria do reconhecimento, Honneth fala sobre os prejuízos causados pelo desrespeito em cada uma das esferas de reconhecimento existentes. Os danos vão desde os maus tratos até a violência, ligados ao desrespeito na esfera do amor, passam pela privação de direitos e à exclusão na esfera jurídica e chegam à degradação e à ofensa na esfera da estima social (HONNETH, 2003a), conforme detalhamos no quadro a seguir (quadro 1):

QUADRO 1 - ESTRUTURAS DAS RELAÇÕES SOCIAIS DE RECONHECIMENTO

Modos de reconhecimento	Dedicação emotiva	Respeito cognitivo	Estima social
Dimensões da personalidade	Natureza carencial e afetiva	Imputabilidade moral	Capacidades e propriedades
Formas de reconhecimento	Relações primárias (amor, amizade)	Relações jurídicas (direitos)	Comunidade de valores (solidariedade)
Potencial evolutivo	-	Generalização, materialização	Individualização, igualização
Auto-relação prática	Autoconfiança	Auto-respeito	Auto-estima
Formas de desrespeito	Maus-tratos e violação	Privação de direitos e exclusão	Degradação e ofensa
Componentes ameaçados da personalidade	Integridade física	Integridade social	“Honra” e dignidade

FONTE: HONNETH (2003a)

2.1 RECONHECIMENTO NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOS ATLETAS PARALÍMPICOS

Trazendo todos esses conceitos para a realidade dos atletas paralímpicos, é possível interpretar que o fenômeno social de injustiça também é experimentado pelos atores em

questão, em diferentes estágios da carreira esportiva. Wheeler et al (1999) dividem a carreira de um atleta paralímpico em três fases: pré-transição, transição e pós-transição. A primeira diz respeito à iniciação no esporte, seja formal ou informalmente. É nesse momento que, segundo os autores, mesmo com barreiras, o atleta começa a desenvolver sentimentos de identificação com o esporte, além de autoestima e consciência corporal. Considerando os conceitos de Honneth, essa é uma fase em que é possível perceber aspectos da luta por reconhecimento dentro dos limites da estima social. O atleta paralímpico busca, com a iniciação no esporte, ampliar seu círculo social, individualizar-se para além da deficiência que o universaliza socialmente, desenvolver suas capacidades específicas como esportista de elite ou amador, e ter, de forma geral, valorizada sua demanda por reconhecimento das diferenças.

Na segunda fase, chamada transição, o ambiente competitivo obriga o atleta em questão a lidar com os resultados negativos e as derrotas – muitas delas causadas por lesões ou dificuldades técnicas que geram sentimento de insegurança. Essa luta por reconhecimento carrega características de uma demanda que se realiza dentro da esfera do amor. É nessa fase que o atleta paralímpico tem sua autoconfiança abalada e busca nas relações primárias com familiares, amigos, técnicos e médicos, por exemplo, o regate da segurança que tinha como profissional do esporte.

Na terceira e última fase, chamada pós-transição, o atleta experimenta a preocupação com o futuro que deseja traçar para além do ambiente esportivo (WHEELER et al., 1999). Quando se aposenta do esporte, muitos profissionais passam a empreender uma luta por reconhecimento na esfera do direito. Vários atletas passam a ser porta-vozes das causas universais das pessoas com deficiência e buscam a correção de injustiças como a privação de direitos e a exclusão. Essa luta por autorespeito passa a ser uma forma de manter-se ligado ao ambiente esportivo e às demandas por reconhecimento das pessoas com deficiência.

Em cada uma dessas fases, é possível perceber aspectos de uma luta por reconhecimento na medida em que o atleta paralímpico se vê diante de dificuldades e obstáculos a serem superados. Esses obstáculos podem estar associados, primeiramente, às condições ambientais, que abarcam a acessibilidade e mobilidade urbana e que viram uma bandeira de luta do atleta na esfera do direito, por exemplo. Outra luta empreendida pelos esportistas está situada na esfera do amor, que engloba autoestima, a motivação e o apoio familiar recebido durante o desenvolvimento da carreira esportiva (DE CASTRO HAIACHI

et al., 2016) e, finalmente, a luta que o atleta paralímpico trava em seu princípio de carreira na esfera da estima social, quando busca no esporte um instrumento de autoestima e reconhecimento de suas capacidades individuais. No entanto, além de todas essas demandas, os atletas paralímpicos também apresentam reivindicações de ordem estrutural e financeira, já que os recursos investidos no desenvolvimento do esporte nem sempre são suficientes ou, ainda, quase nunca iguais aos dedicados aos atletas sem deficiência.

Para Honneth, qualquer forma de desrespeito que fira as garantias previstas nas esferas de reconhecimento do amor, do direito ou da estima social causa danos à identidade porque interfere na concepção positiva que cada sujeito tem de si mesmo (HONNETH, 2003a). Nesse sentido, Maia e Garcez (2014, p. 126) explicam que a injustiça é sentida, primeiro, como uma espécie de rejeição do reconhecimento intersubjetivo que “violentamente rompe o relacionamento de uma pessoa com ela mesma” por meio do abuso físico, praticado na esfera do amor; a negação do respeito básico moral, na esfera da justiça e, finalmente, a depreciação dos modos de vida ou a recusa do reconhecimento dos valores sociais de alguém, na esfera da estima social.

Considerando essa perspectiva, a luta por reconhecimento do atleta paralímpico começa no enfrentamento à violação e à degradação de sua identidade enquanto pessoa com deficiência, na esfera do amor, passa pela sua privação de direitos como sujeito que é comumente excluído das condições ideais de convívio social e termina na esfera da estima social face à ofensa à sua capacidade de ser um atleta de elite, além da desconfiança e do estigma a que são submetidos quando se transformam em esportistas. Essa forma de respeito relacionada à vivência do trabalho, aliás, é detalhada por Honneth (2003a) de uma forma que nos interessa bastante para o desenvolvimento desta pesquisa. Utilizando como ponto de partida os estudos sobre racionalização empreendidos pela primeira geração de Frankfurt, que situam no mundo do trabalho a elevação da racionalidade única – ou instrumental – (MENDONÇA, 2007), Honneth (2003a, p. 150) se utiliza de Mead para fazer uma ponte entre a autorrealização e o que ele chama de “experiência do trabalho socialmente útil”. Esse processo, descreve Honneth (2003a), seria uma demonstração de reconhecimento recebida por um indivíduo que executou bem a função a ele atribuída no quadro de divisão social do trabalho. Dele decorre como consequência que o indivíduo se sente respeitado por si mesmo

de modo integral já que, dentro do quadro de distribuição de funções, ele consegue vislumbrar a contribuição positiva que trouxe para a reprodução da coletividade.

Partindo desses conceitos, entendemos que os atletas paralímpicos travam também uma luta por reconhecimento de suas capacidades profissionais – com o desejo de que essa valorização ocorra em detrimento de sua história particular relacionada à deficiência que apresenta. Essa luta é travada, principalmente, na esfera da estima social. Entendemos que esse processo de reconhecimento ainda se dá de forma bastante insatisfatória. Historicamente, as pessoas com deficiência ainda estão no centro de injustiças que se formam por meio de uma narrativa de estigma que impede que elas possam gozar de uma plena autoavaliação de suas “capacidades concretas” (HONNETH, 2003a, p.198). Essa forma de desrespeito faz com que o atleta paralímpico não alcance a honra em sua noção subjetiva de integridade (SOUZA, 2000b). Ao não ter as capacidades que o diferenciam valorizadas, esses atores podem empreender uma luta por reconhecimento na tentativa de conquistar sua estima social e, conseqüentemente, sua autorrealização.

Apresentamos a seguir os processos por meio dos quais a deficiência gera conflitos de ordem social como estigmatização e danos à autoestima e quais os efeitos disso na vida de um atleta paralímpico. Falaremos, também, sobre como as pessoas com deficiência são historicamente estigmatizadas e, finalmente, chegaremos à discussão sobre como a inclusão integra parte importante da identidade da pessoa com deficiência e, conseqüentemente, do atleta paralímpico.

2.2 O ESTIGMA COMO BARREIRA NA LUTA POR RECONHECIMENTO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

O levantamento mais recente feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostra que 6,2% da população brasileira possui algum tipo de deficiência (IBGE, 2015)⁷. Os dados são da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) realizada por meio de entrevista

⁷Os resultados da pesquisa foram publicados em reportagem feita pela Agência Brasil. Disponível em: <http://agenciabrasil.etc.com.br/geral/noticia/2015-08/ibge-62-da-populacao-tem-algum-tipo-de-deficiencia>. Acesso em: 12 de junho de 2017.

em 64 mil residências do país no ano de 2013. Os resultados divulgados em 2015 mostram que a deficiência mais recorrente no Brasil é a visual, que atinge 3,6% dos entrevistados e é mais comum entre pessoas acima dos 60 anos (11,5%). Na pesquisa, 16% dos deficientes visuais alegaram que a limitação impede a realização de atividades rotineiras como trabalhar, ir à escola e brincar.

TABELA 1 – PESSOAS COM DEFICIÊNCIA POR REGIÃO DO PAÍS

Região	% pessoas com deficiência
Norte	5,2
Nordeste	6,3
Sudeste	5,7
Sul	8,4
Centro-Oeste	5,8
TOTAL	6,2

FONTE: IBGE, 2015.

Como é possível perceber na tabela, a região Sul é a que mais concentra pessoas com deficiência no país. Segundo a pesquisa, a região é também a que mais abriga pessoas com deficiência visual (5,4%), sendo que 0,4% desse percentual já nasceu com a limitação. Entre os deficientes visuais do Sul, apenas 6,6% fazem uso de algum recurso como cão guia ou bengala articulada e menos de 5% frequentam serviços de reabilitação. A reabilitação também não é a prioridade para a parcela de entrevistados que apresenta algum tipo de deficiência física (1,3%). Embora 46,8% da população entrevistada tenham um grau intenso ou muito intenso de limitações, apenas 18,4% fazem parte de serviços de reabilitação. Na pesquisa, as pessoas com deficiência auditiva representam 1,1% da população do país – 21% deles com grau intenso ou muito intenso de limitações – enquanto que a deficiência intelectual atinge 0,8% dos brasileiros. Mais da metade desse percentual (54,8%) apresentam grau intenso ou muito intenso de limitações e apenas 30% frequentam algum tipo de reabilitação.

Historicamente, a deficiência sempre foi um tema sensível de ser discutido. A diferença entre os corpos, tratada, muitas vezes, apenas no contexto patológico (SANTOS, 2008), não costumava abrir espaço para uma discussão social a respeito da falta de reconhecimento direcionada às pessoas com deficiência. Exemplo disso é a prática comum durante a antiguidade, em que há relatos de extermínio de bebês que apresentavam qualquer

deficiência (ARANHA, 2007). Outro ponto, levantado por Marques (2010) era a superstição com que eram tratadas as pessoas com deficiência:

No decorrer da história o tratamento prestado a pessoas com deficiência foi focado na diferença, medo e superstição (DE PAUW; GAVRON, 1995⁸). Tais dificuldades vêm se arrastando no decorrer dos tempos. Na antiguidade, sujeitos fora do “tipo ideal”, ou seja, com deficiências, não tinham a mesma valorização e posicionamento social que as pessoas sem deficiência. Eram tratadas como sujeitos possuídos pelo mal, sendo torturadas, mortas, queimadas, expulsas da sociedade, eliminados, evitando assim, a contaminação de todo um povo que necessitava ser sadio e forte para o combate corpo a corpo que predominava na época (ROSADAS, 1989⁹). (MARQUES, 2010, p. 97)

A prática de extermínio passou a ser condenável apenas na Idade Média, após o advento do Cristianismo (FIGUEIREDO, 2014). No entanto, cabia às pessoas com deficiência o isolamento, já que elas ainda não eram integradas à sociedade, ficavam sujeitas à proteção de padres e passavam, até, por sessões de exorcismo para espantar a “ideia de maldição” (CIDADE E FREITAS, 2002):

(...) a partir do século XV a pessoa com deficiência passa a ser vista como um ser improdutivo, ou seja, um “peso” para a sociedade. Nos séculos XVII e XVIII, as atitudes vão desde a institucionalização em hospícios até o ensino especial. Nestes séculos as mudanças sociais associadas à industrialização e a crescente ênfase no individualismo, levaram à fragmentação dos sistemas de apoio da comunidade tradicional e aumento da dependência de instituições e de profissionais da reabilitação, fase em que o modelo de asilo prevaleceu. (FIGUEIREDO, 2014, p. 3)

A partir do século XVIII, conforme relato de Marques (2010), houve uma transição entre a fase do medo e da hostilidade dirigida às pessoas com deficiência para uma era marcada pela compaixão. Esses atores passaram a ser tratados como pessoas doentes, que precisavam de auxílio médico, mas ainda não eram tidos como parte da sociedade, senão que experimentavam um papel de pessoas que possuíam um mal a ser curado (DE PAUW; GAVRON, 1995). Esse período ficou conhecido por ter marcado a perspectiva do “modelo médico” (MARQUES, 2010, p. 98). Para o autor, é justamente essa linha de pensamento que ainda impede a integração total das pessoas com deficiência:

O modelo médico acabou sendo, e ainda é, em parte, responsável pela resistência da sociedade em mudar suas estruturas e atitudes para incluir em seu seio as pessoas com deficiência e/ou condições atípicas, pois, sendo nessa perspectiva, a deficiência como algo ligado à doença específica destas pessoas, basta prover-lhe algum tipo de

⁸ DEPAUW, K.; GAVRON, S. Sport and disability. Champaign, IL: Human Kinetics, 1995.

⁹ ROSADAS, S. C. Atividade física adaptada e jogos esportivos para o deficiente: Eu posso. Vocês duvidam? 1989.

serviço, que o problema estará solucionado (SASSAKI, 2002¹⁰). (MARQUES, 2010, p. 98)

Embora se apresentasse, à época, como uma abordagem alternativa sobre a deficiência, o modelo médico, como vimos, também contribuiu para reforçar a ideia de que a pessoa com deficiência não poderia ser integrada de forma total à sociedade (MARQUES, 2010). A discussão sobre a necessidade de integração e estruturação de um ambiente social mais receptivo às pessoas com deficiência foi inaugurada apenas no século XIX. Apenas nesse período é que o modelo médico passou a perder espaço para os movimentos organizados, que passaram a lutar pela instituição de leis que reconhecessem os direitos da pessoa com deficiência. Passava-se, então, a uma fase de discussões em que eram considerados não só os problemas estruturais físicos, mas também a falta de políticas econômicas e sociais direcionadas à essa parcela da população (SANTOS, 2008):

Conforme entramos no terceiro milênio, as preocupações acerca das dimensões social e política da deficiência intensificaram-se consideravelmente. E a exclusão das pessoas com deficiência da vida econômica e social tornou-se objeto de protestos e mobilizações (BARNES, MERCER e SHAKESPEARE, 1999¹¹). E este novo foco sobre as questões da deficiência também fez com que houvesse um crescimento do chamado *Disability Studies*, e o amadurecimento da literatura sobre vários aspectos da deficiência, sendo este um fenômeno global. E com este crescimento vimos o florescer de teorias e modelos nos quais a deficiência começava a ser enquadrada. (FIGUEIREDO, 2014, p. 3)

Ainda que essa época tenha inaugurado discussões que, posteriormente, levaram a conquistas e avanços importantes para a pessoa com deficiência, a própria ideia de inclusão ainda divide pesquisadores e pode influenciar de forma decisiva a carreira do futuro atleta paralímpico. Esse processo, como veremos a seguir, é permeado por obstáculos e barreiras sociais causadas pelo estigma a que são submetidas as pessoas com deficiência em sua luta por reconhecimento.

Definido por Goffman (1988, p. 3), o estigma tem origem na cultura grega como um termo que se referia a sinais corporais usados para evidenciar algo de “extraordinário ou mau sobre o *status* moral de quem os apresentava”. Tais sinais eram destinados a criminosos, traidores e mesmo escravos e, geralmente, eram feitos por meio de cortes ou fogo. Historicamente, Goffman explica que, já na Era Cristã, houve outras duas formas diferentes

¹⁰SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. 4 ed. Rio de Janeiro: WVA, 2002

¹¹ BARNES, C.; MERCER, G.; SHAKESPEARE, T. *Culture, leisure and the media. Exploring Disability: A Sociological Introduction*, C. Barnes, G. Mercer and T. Shakespeare, eds, p. 182-210, 1999.

de se definir o estigma: a primeira delas era referente a sinais de graça divina em forma de flores sobre a pele; já a segunda tinha relação com os preceitos médicos e religiosos e referia-se a sinais de distúrbio. Pouco depois, segundo Goffman (1988, p. 5), o termo voltou a ser usado em seu sentido original, mais aplicado à “desgraça do que à sua evidência corporal”.

O autor afirma que é recorrente na sociedade o estabelecimento de meios para categorizar pessoas e atributos considerados comuns e naturais. Nesse sentido, é nas relações de intersubjetividade que o conceito de “estranho” é apresentado à sociedade e, por consequência, surgem os primeiros aspectos que fazem parte da construção da identidade ou *status* social – sejam eles considerados “naturais” ou não¹²:

Enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser - incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável - num caso extremo, uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca. Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande - algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem - e constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real. (GOFFMAN, 1988, p. 6)

Levando em conta a desvantagem e a discrepância que se coloca entre a identidade social real, ou seja, a forma como o sujeito sustenta a percepção que tem de si mesmo diante dos outros atores e contextos sociais, e a identidade social virtual – ou a forma como cada sujeito percebe que é visto socialmente nas relações intersubjetivas –, Goffman (1988, p. 7) identifica três tipos de estigmas diferentes: 1) relaciona-se com o que ele chama de “abominações do corpo” ou “deformidades físicas”; 2) relaciona-se com as chamadas “culpas de caráter”, percebidas por meio de paixões, crenças falsas e crimes de desonestidade que podem culminar em distúrbios mentais, vícios, desemprego, comportamento político radical e até suicídio; 3) relaciona-se com os casos em que há preconceitos de raça, nação ou religião, que podem ser transmitidos de pai para filho. Dessa forma, é possível crer que os discursos

¹² Cabe ressaltar que termos como “estranho”, “naturais” e “comuns” são utilizados por Goffman (1988) para definir o conceito de estigma muito antes de a literatura passar a problematizar formas mais dignas de tratamento às pessoas com deficiência. Entendemos que, hoje, separar a sociedade em pessoas “normais” e pessoas “deficientes” é reforçar o preconceito e o estigma contra o qual os atores principais desta dissertação lutam diariamente. Em sua tese de doutorado, Marques (2010) faz uma ampla discussão sobre termos de tratamento para as pessoas com deficiência com o passar dos anos. Para isso, ele leva em consideração documentos internacionais como a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, aprovado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1975 e a instituição de objetos legislativos como a Política Nacional de Educação Especial Brasileira, de 1994, entre outros. Para mais informações, ver Marques (2010).

estigmatizados, em qualquer grau, acabam por configurar desrespeito na esfera da estima social porque atacam justamente as dimensões da personalidade voltadas para a construção das capacidades únicas do sujeito (HONNETH, 2003). O estigma age, portanto, como desrespeito em forma de degradação e ofensa à individualização e à honra do sujeito agredido, prejudicando sua autoestima.

Mas, para além do ferimento da autoestima e da interferência na concepção de identidade que o sujeito tem de si, o estigma também pode causar prejuízos materiais a quem é alvo da injustiça. Maciel (2000)¹³ avalia a prática como grave justamente porque transforma as pessoas com deficiência em alvos tidos como “incapazes, improdutivos, indefesos, sempre deixados em segundo lugar na ordem das coisas”. Assim, os efeitos do estigma desrespeitam o sujeito com deficiência em sua luta por reconhecimento não só na esfera da estima social como também na do direito e do amor (HONNETH, 2003), uma vez que, estigmatizada, a pessoa ou atleta com deficiência pode experimentar o isolamento social e, na mesma medida, a vulnerabilidade econômica ao não conseguir se colocar no mercado de trabalho, por exemplo (FIGUEIREDO, 2014).

Goffman (1988) reconhece que alguns dos sujeitos alvos alcançam maior visibilidade e destaque por conta das oportunidades que têm. Por esse motivo, alguns dos estigmatizados transformam-se em representantes de sua categoria em uma luta por reconhecimento que pode se desenvolver em diferentes esferas. No caso paralímpico, é possível enumerar atletas como Daniel Dias (natação), Terezinha Guilhermina (atletismo), Lia Soares (basquete em cadeira de rodas) e tantos outros nomes como expoentes representantes do esporte paralímpico no país. São exemplos de atletas que, para além da deficiência, obtiveram conquistas importantes em suas modalidades paralímpicas dentro e fora do país. A respeito dos representantes, Goffman (1988) faz algumas observações:

Em primeiro lugar, ao fazer de seu estigma uma profissão, os líderes "nativos" são obrigados a lidar com representantes de outras categorias, descobrindo assim, que estão rompendo o círculo fechado de seus iguais. Em segundo lugar, os que apresentam profissionalmente a opinião de sua categoria podem introduzir certas parciaisidades sistemáticas em sua exposição apenas porque estão demasiadamente envolvidos no problema para poderem escrever sobre ele. Embora qualquer

¹³ MACIEL, Maria Regina Cazzaniga. Portadores de deficiência: a questão da inclusão social. São Paulo em perspectiva, v. 14, n. 2, p. 51-56, 2000 *apud* FIGUEIREDO (2014, p. 2).

categoria possa ter profissionais que seguem linhas diversas, e mesmo subvencionar publicações que defendem programas diferentes, há um acordo tácito uniforme de que a situação do indivíduo com esse estigma particular merece atenção. (GOFFMAN, 1988, p. 26)

Sempre associado, principalmente no discurso midiático, à ideia de superação, esse representante é colocado em meio a uma saga vivida por um mito (HELAL, 1999). Para os atletas paralímpicos, esse discurso confirma o entendimento de que superar todos os limites físicos impostos pela deficiência – e triunfar sobre eles na conquista de uma medalha – é experimentar uma compensação ao sofrimento atribuído ao passado trágico. Ser um atleta paralímpico, portanto, já seria motivo suficiente para que a pessoa com deficiência seja tida como “herói”¹⁴ (FIGUEIREDO, 2014, p. 12). Por esse motivo, mesmo quando são representantes do esporte, os atletas paralímpicos ainda são vistos sob uma perspectiva baseada na narrativa estereotipada e carregada de estigma (NELSON, 1994; SHELL E DUNCAN, 1999; CALVO, 2001; HARDIN & HARDIN, 2003; FIGUEIREDO E NOVAIS, 2010; SMITH, BUNDON E BEST, 2016). Isso porque, como veremos a seguir, no ambiente social, em parte construído pela mídia, esses atores tendem a ser representados sob um prisma idealizado que os aflige na luta por reconhecimento de suas individualidades, mesmo demonstrando talento e propriedade na atividade que desempenham.

2.2.1 Do coitadismo ao heroísmo: a narrativa estigmatizada sobre os atletas paralímpicos

Ainda que esta pesquisa se dedique a entender de que forma os conteúdos publicados no Twitter se debruçam sobre as demandas por reconhecimento dos atletas paralímpicos, entendemos que seja importante, também, apresentar aqui de que forma esses atores são retratados por meio da mídia tradicional. Essa necessidade se dá, entre outros motivos, por conta do entendimento de que a luta por reconhecimento dos atletas paralímpicos – expressa pelo Twitter – também passa, e muito, pela cobrança à falta de destaque dado a eles nos meios

¹⁴ Já datam de algum tempo os estudos sobre esporte adaptado que se debruçam a identificar e entender os estereótipos em que são enquadrados os atletas paralímpicos. Para Calvo (2001), a passagem salta aos olhos: quando pessoas com deficiência estão no processo de transformação em atletas paralímpicos, de forma simultânea também passam a ser vistas não mais sob as ordens do estereótipo de “coitadinho” para assumir a alcunha de “super herói”. Grande parte dessa postura social é materializada no discurso da mídia, que deixa de lado a performance do atleta paralímpico em ação para priorizar, nas reportagens, a história de superação atribuída aos atores em questão. Normalmente, a narrativa midiática retrata os atletas como “vítimas” que “superaram” o “sofrimento” para se tornarem “super-heróis” no esporte (FIGUEIREDO, 2014, p. 5).

de comunicação tradicionais. Sendo assim, é possível dizer que a forma como os atletas foram retratados na mídia durante os Jogos Paralímpicos também se configurou como uma ferramenta que atravessou o debate nas redes sociais – em especial o Twitter. Também entendemos que a compreensão sobre como se dá a narrativa da mídia sobre a vida e a carreira dos atletas paralímpicos nos permitirá ir além e ver essa atuação como pano de fundo para uma atitude social já institucionalizada, também, entre pessoas que compõem o círculo social desses atores.

Em estudos multidisciplinares, que passam pela Sociologia, Antropologia, Educação Física e pela Comunicação, várias pesquisas se dedicam a entender como os atletas paralímpicos são representados tanto em suas relações sociais, quanto no próprio ambiente esportivo e, principalmente, na mídia (BRAZUNA E CASTRO, 2001; FIGUEIREDO E NOVAIS, 2010; MARTINS E BARSAGLINI, 2011; MAVIGNIER, 2013; FIGUEIREDO, 2014; TEIXEIRA, LABANCA E PEÑA, 2016). Em uma análise sobre a cobertura midiática durante os Jogos Paralímpicos de 2012, realizados em Londres, Figueiredo (2014) teve alguns achados dignos de destaque: em geral, as reportagens são dedicadas a personagens predominantemente masculinos; a deficiência, em geral, é escondida das fotografias e, finalmente, a narrativa jornalística tende a colocar o atleta paralímpico sempre como um exemplo de superação: antes de sua performance como profissional de elite, o foco da narrativa jornalística se dá muito mais no sentido de destacar sua trajetória de vida, em uma combinação de passado de sofrimento somado à ascensão como campeão:

Os atletas com deficiência, por exemplo, são retratados de forma diferente, e muitas vezes são ignorados, e o jornalismo esportivo geralmente age como se o esporte adaptado não fosse legitimado e competitivo. Os Jogos Paralímpicos assumiram-se como corolário e expoente máximo do desporto adaptado com um número crescente tanto de países como de atletas participantes em cada edição. Tais competições do voltadas às pessoas com deficiência, até pela sua dimensão, têm consequentemente, vindo a merecer um incremento em termos da atenção midiática. Sendo inegável nesse respeito o contributo da mídia para a divulgação e promoção dos eventos esportivos, transformando as grandes competições em verdadeiros espetáculos. Não obstante o seu potencial, o histórico de atuação da mídia em termos das representações e discursos adotados referentes à pessoa com deficiência, não raro, apenas replica os preconceitos e estereótipos sociais. (FIGUEIREDO, 2014, p. 2)

Ao replicar os estereótipos, os meios apelam para uma subjetividade que confirma os mitos a respeito das pessoas com deficiência. Elas tendem a ser tratadas como tristes,

marcadas pela tragédia e responsável pela tristeza de quem convive com elas (MARQUES, 2001b apud FIGUEIREDO, 2014¹⁵). Por outro lado, há, ainda, outro discurso estigmatizante reconhecidamente empregado pelos meios e que também merece nossa atenção. Mais comumente em eventos de grande repercussão, como os Jogos Paralímpicos – que ocorrem logo após a edição dos Jogos Olímpicos – os meios tendem a tratar o atleta paralímpico como um “super-herói”, exemplo de superação física e social (SHELL E DUNCAN, 1999; FIGUEIREDO, 2014). Embora, à primeira vista, a visão possa parecer menos danosa do que a exposta anteriormente, o discurso é, ainda, reconhecidamente pautado no estigma de que os atletas paralímpicos são seres diferenciados do restante da população:

Quando apenas a deficiência está em evidência o indivíduo é visto como “coitadinho”, mas ao se transformar em atleta de alto nível, recordista mundial, medalhista paralímpico, o indivíduo com deficiência é o herói, que superou suas próprias dificuldades. (FIGUEIREDO, 2014, pp. 4-5)

Nesse sentido, Nelson (1994) definiu sete estereótipos principais utilizados para representar a pessoa com deficiência em filmes e programas de televisão: 1) digno de pena e patético; 2) super-herói; 3) criminoso; 4) melhor morto; 5) desajustado; 6) fardo; 7) incapaz de ter uma vida bem-sucedida (NELSON, 1994). Chama a atenção que os estereótipos quase sempre negativos tendem a relacionar a vida das pessoas com deficiência a acontecimentos tristes e sem perspectiva. Na cobertura jornalística, esses padrões de tratamento tendem a se repetir, mas com uma tendência a valorizar, ainda que exiguamente, as qualidades individuais que fazem das pessoas com deficiência um grupo digno de reconhecimento. Clogston (1994) divide a narrativa da imprensa em duas: 1) o modelo tradicional, em que se insere a ideia de super-herói; 2) o modelo progressivo, que vê os indivíduos como diferentes, com respeito e aceitação.

Há autores que acreditam que tanto a visão que demonstra compaixão pela condição de deficiência quanto a que expressa admiração extrema têm como ponto de equilíbrio comum o preconceito:

(...) tanto aquele que foi marginalizado pela visão pública de deficiência como aqueles que conseguiram (...) mostrar-se em condições de competitividade são de certa forma vistos publicamente como elementos não humanos: um pela sua história e seu modo precário de vida, como elemento sub-humano, o outro pelo inverso da

¹⁵ MARQUES, C. A. Mídia e deficiência: a violência estampada nas páginas dos jornais. Lumina: revista da Faculdade de Comunicação da UFJF, Juiz de Fora: Ed. UFJF, v.4, n.2, p. 215-231, jul./dez. 2001b.

mesma moeda – da deficiência – como um super-humano. (MOURA, 1993 apud FIGUEIREDO, 2014, p. 6¹⁶)

Quando se compara a cobertura midiática feita durante os Jogos Olímpicos com a realizada durante as Paralimpíadas, essa visão dicotômica se acentua ainda mais. Em estudos feitos na década de 1990, já se revelava uma tendência crescente de valorização à performance dos atletas em detrimento de sua história particular ou de superação atribuída (DAVIES E FERRARA, 1995), mas esse crescimento ainda é tímido. Marques (2010) resgata a cobertura das imprensas francesa e alemã durante os Jogos Paralímpicos de 1996 para afirmar que houve pouco espaço dedicado à performance dos atletas paralímpicos. O foco principal da cobertura foi, à época, o quadro de medalhas. Importante destacar que, à época, a popularidade do evento era consideravelmente menor do que a registrada nos dias atuais. Prova disso é o interesse da mídia no evento: em 1996, apenas quatro jornais estiveram *in loco* para a cobertura dos Jogos Paralímpicos de Atlanta a convite do CPB.

Para Marques (2010, p. 181), parte dessa postura se explica, também, pelo preconceito. O autor acredita que as modalidades em cadeira de rodas, por exemplo, são mais valorizadas do que as outras tanto porque representam a imagem estereotipada da pessoa com deficiência quanto porque apresentam atletas com corpos “mais próximos dos padrões sociais”. E se é pelo corpo que o atleta paralímpico se destaca, é também por ele que o ator mais sofre com barreiras de ordem social em sua luta por reconhecimento e construção de identidade (MARTINS E BARSAGLINI, 2011). Nesse sentido, os autores acreditam que as tecnologias assistivas, tais como próteses, acessórios e adaptadores utilizados pela pessoa com deficiência – e quase sempre pelos atletas paralímpicos – contribuem para a perpetuação do estigma no meio social. Para ambos, o caráter dessas tecnologias pode ser associada à ideia de símbolos estigmatizantes ou às marcas corporais que definem as origens do estigma segundo Goffman (1988):

Os sinais permanentes, usados para transmitir informação social, podem ou não ser empregados contra a vontade do informante, mas quando o são, tendem a ser símbolos de estigma (Goffman, 1988). A força universal dos símbolos de estigmas da deficiência se manifesta por serem generalizantes, incorporados e introjetados mesmo em culturas separadas no tempo e no espaço, perpetuando a experiência de gerações, (MARTINS E BARSAGLINI, 2011, p. 118)

¹⁶ MOURA, Luis Celso Marcondes de. A deficiência nossa de cada dia: de coitadinho a superherói. São Paulo: Iglu, 1993.

Considerando essa perspectiva, a abordagem estigmatizante – e, por vezes, perpetuadora do preconceito e do senso comum – veiculada pela mídia comprova um dano grave à autoestima do atleta paralímpico. Isso porque ao negar o reconhecimento das particularidades, localizadas por Honneth (2003) dentro da esfera da estima social, há o risco de que o próprio sujeito não se reconheça dentro de sua própria representação. No caso específico dos atletas paralímpicos, percebemos que o reconhecimento pretendido vai além do respeito à sua condição de pessoa com deficiência e chega à sua conquista como atleta de elite, que dedica tempo, recursos e esforço físico em seus objetivos dentro do esporte. Esse ideal de reconhecimento individual, pode se confrontar com o que Honneth (2003a) chama de “honra coletiva”:

(...) o indivíduo se sabe aí como membro de um grupo social que está em condição de realizações comuns, cujo valor para a sociedade é reconhecido por todos os seus demais membros. Na relação interna de tais grupos, as formas de interação assumem nos casos normais o caráter de relações solidárias, porque todo membro se sabe estimado por todos os outros na mesma medida; pois por "solidariedade" pode se entender, numa primeira aproximação, uma espécie de relação interativa em que os sujeitos tomam interesse reciprocamente por seus modos distintos de vida, já que eles se estimam entre si de maneira simétrica. (HONNETH, 2003a, pp. 208-209)

O que Honneth quer explicar é que, sendo a forma de reconhecimento da estima social organizada por meio de estamentos, essa experiência de distinção social face às propriedades coletivas pode, por vezes, fazer com que o sujeito – dentro de suas capacidades individuais – receba estima por meio do grupo, em sua totalidade. Para o autor, isso gera nos indivíduos uma sensação de orgulho do grupo: o sujeito se vê como membro de um coletivo capaz de realizações comuns importantes socialmente. No entanto, entendemos que há, na mídia, uma tendência à valorização dessa “honra coletiva” (HONNETH, 2003a) em detrimento da estima individual à performance esportiva do atleta paralímpico. Os atletas paralímpicos são, como vimos, apontados como exemplo de superação comum, mas carecem da publicação de um perfil mais elaborado sobre sua carreira esportiva.

Na esfera da estima social, definida por Honneth, reside outra característica importante para o desenvolvimento da identidade do atleta paralímpico no âmbito de sua deficiência. Ao ser valorizado individualmente como um atleta de elite e, concomitantemente, sentir-se parte de uma coletividade respeitada e estimada, o esportista passa a desenvolver, também, um outro tipo de relação consigo mesmo. Esse outro nível tem como base

fundamental a autoconfiança que permite ao sujeito não depender mais do grupo ao qual pertence para desfrutar socialmente dos frutos de suas realizações:

Nesse sentido, sob essas novas condições, vai de par com a experiência da estima social uma confiança emotiva na apresentação de realizações ou na posse de capacidades que são reconhecidas como "valiosas" pelos demais membros da sociedade; com todo o sentido, nós podemos chamar essa espécie de autorrealização prática, para a qual predomina na língua corrente a expressão "sentimento do próprio valor", de "auto-estima", (...) Na medida em que todo membro de uma sociedade se coloca em condições de estimar a si próprio dessa maneira, pode se falar então de um estado pós-tradicional de solidariedade social. (HONNETH, 2003a, p. 210)

Munido da consciência de que a justiça se realiza por meio da busca desse estado pós-tradicional de solidariedade social e ao ter desrespeitada essa prerrogativa, o sujeito pode passar a empreender uma luta por reconhecimento que objetiva a autonomia e o respeito às individualidades (HONNETH, 2003a). Essa luta por reconhecimento a que se dedicam os atletas paralímpicos, portanto, também está ligada à formação de uma identidade pela deficiência que apresentam. A demanda se realiza no sentido do sentimento de respeito social à sua autonomia como pessoa com deficiência que pratica um esporte de elite. Entendemos que essa demanda passa, obrigatoriamente, pela inclusão, como veremos a seguir.

2.3 INCLUSÃO X INTEGRAÇÃO: FERRAMENTAS SOCIAIS DE RECONHECIMENTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

No Brasil, as lutas empreendidas por movimentos sociais e outras organizações civis que trabalhavam com os temas relacionados à deficiência levaram à ideia de inclusão, intensificada no início dos anos 1980. No entanto, a ideia então defendida era de que a integração pressupunha um processo de preparação das pessoas com deficiência para a convivência social (VIMIEIRO E MAIA, 2011). Essa posição não demorou a ser problematizada justamente porque previa a necessidade de preparar as pessoas com deficiência para a entrada em uma sociedade que, até então, não estava pronta para conviver com elas, em um processo de “normalização” (CERIGNONI; RODRIGUES, 2005¹⁷; CORRER, 2003¹⁸ apud VIMIEIRO E MAIA, 2011, pp. 1-2):

¹⁷ CERIGNONI, F. N.; RODRIGUES, M. P. Deficiência: uma questão política? São Paulo: Paulus, 2005.

¹⁸ CORRER, R. Deficiência e inclusão social: construindo uma nova comunidade. Bauru: EDUSC, 2003.

Segundo o movimento inclusivo, o modelo da integração induz a uma noção de que se pode escolher quais seres humanos têm direito a estar nas escolas, nos parques de diversão, nos ambientes de trabalho etc. Esses seres humanos seriam apenas os que conseguissem se adaptar ao mundo dos sem deficiência (VIVARTA, 2003)¹⁹. Nesse sentido, a inclusão não é apenas um modelo de inserção social, mas um ideal promovido por diversos movimentos desde então, que propõe uma abertura da sociedade para a diversidade humana” (VIMIEIRO E MAIA, 2011, p. 2).

Aqui, é importante notar que mesmo o processo de problematização da inclusão e integração social da pessoa com deficiência é, historicamente, permeado de lutas por reconhecimento dentro dos próprios movimentos que militam a seu favor. Vimieiro e Maia (2011, p. 2) explicam que a ideia de “integração” aparece no Brasil em meados da década de 1960 como alternativa à exclusão total, tanto social quanto institucional, das pessoas com deficiência no país. As autoras revelam que essa noção de inclusão “irrestrita” pregada à época era vista com desconfiança pelos críticos – principalmente os ligados à área da educação. O principal debate entre instituições e entidades era com relação à possibilidade de os alunos com deficiência serem ou não incluídos no sistema regular de ensino e os limites e possibilidades do estudante nesse contexto de inclusão:

O principal argumento daqueles que são contrários a um processo de inclusão irrestrito é de que existem casos extremos e que, ao invés de defender uma noção de inclusão que não está atenta às especificidades de cada pessoa, é preciso promover a inclusão de forma consciente. Essa discussão também se articula à contraposição ensino especial x ensino inclusivo e as diferentes interpretações sobre a forma de inserção da educação especial no sistema educacional brasileiro. Além disso, essa disputa entre inserção irrestrita das pessoas com deficiência no sistema regular e valorização da permanência do ensino especializado, sobretudo para pessoas com deficiência mental – largamente fornecido pelas Apaes no contexto brasileiro –, também envolve um volume alto de recursos do Estado destinado à educação de pessoas com deficiência (VIVARTA, 2003 apud VIMIEIRO E MAIA, 2011, p. 3).

No âmbito esportivo, também são várias as discussões sobre a inclusão. Antes de falar delas, porém, cabe examinar o sentido dado pela literatura ao esporte de rendimento e amador. Marques (2010) faz uma revisão literária explicando que o chamado esporte oficial pressupõe, entre outros objetivos, a superação de um adversário, a busca por rendimento, a representação do atleta, bem como sua supervalorização em caso de vitória e sua desvalorização quando há derrota (BRACHT, 1997; KUNZ, 1994; OLIVEIRA, 2002). Já o

¹⁹ VIVARTA, V. Mídia e deficiência. Brasília: ANDI; Fundação Banco do Brasil, 2003.

esporte ressignificado ou amador é permeado pela autovalorização e reconhecimento das capacidades individuais próprias do atleta, também pela influência positiva que exerce sobre sua autoimagem e concepção de vida, pela ausência de rivalidade e intenção de colaborar, no sentido de permitir a valorização do processo competitivo e não do resultado em questão (KUNZ, 1994; OLIVEIRA, 2002). Considerando essa divisão, Marques (2010) divide a prática esportiva em diferentes sentidos, que dependem e variam de acordo com o ambiente em que são aplicados. São eles: 1) Alto rendimento ou esporte profissional; 2) Lazer ou esporte não-profissional e 3) Escolar ou vinculado ao ensino formal.

Partindo do pressuposto de que o esporte pode ser aplicado de diferentes maneiras, todas reguladas pelo ambiente e situação em que são empregadas as práticas, pode-se deduzir que o profissionalismo é um caminho árduo para atletas com e sem deficiência. Howe (2004) caracteriza atletas profissionais como participantes dentro do sistema mencionado de alto rendimento. São esses atletas que, de acordo com ele, recebem recompensas financeiras para competir e se dedicar à melhora de sua performance atlética (MARQUES, 2010). Para os atletas paralímpicos, nesse contexto, não basta apenas a dedicação. É preciso superar uma barreira física que se impõe com a deficiência e comprovar capacidades que vão além da técnica e do domínio da modalidade e passam, também, pelo enfrentamento de barreiras sociais:

O corpo humano convive com a dialética eficiência x deficiência. Todo corpo tem eficiência em suas ações, assim como apresenta deficiências e limites. Corpos com deficiência são estruturas que apresentam graus diferentes de limites do que os esperados socialmente (MORAIS, 2006)²⁰, o que aproxima a deficiência de um fator relativo à compreensão social. Independentemente do tipo, razão ou grau de deficiência, sua presença na sociedade ainda é motivo para segregação e preconceito. No decorrer da história, a percepção sobre deficiência se mostrou de forma diferente frente aos diversos grupos sociais. Porém, nos dias de hoje, a presença de uma pessoa com deficiência em determinados grupos ainda é, infelizmente, uma situação que causa estranheza ou incômodo em algumas pessoas. (MARQUES, 2010, p. 96)

Ao considerar essas barreiras sociais, há autores que se preocupam com o uso do termo do esporte de “alto rendimento”. Isso porque, como explicam Brazuna e Castro (2001), a expressão revela uma escala de valores em um contexto de comparação de condições:

²⁰ MORAIS, R. Motricidade humana e déficits existenciais. Atividade motora adaptada: a alegria do corpo. São Paulo: Artes Médicas, 2006.

O alto nível é a busca do rendimento máximo do ser humano atleta. Máximo do ponto de vista biofísico, psicológico e sociológico. Isto faz com que o esporte de alto nível apresente características que o tornam seletivo, oferecendo oportunidade a um número reduzido de participantes (BARROS, 1993 apud BRAZUNA E CASTRO, 2001, pp. 115-116²¹)

É justamente nessa seletividade que reside o centro de grande parte das discussões sobre a inclusão e integração dos atletas paralímpicos como ferramentas necessárias à luta por reconhecimento desses atores. Como vimos, o movimento que pedia a integração das pessoas com deficiência surgiu em meados da década de 1960, por meio do processo de normalização (MARQUES, 2010; VIMIEIRO E MAIA, 2011) que pressupõe condições e oportunidades iguais à toda a população, com deficiência ou não. Para Goffredo (1997), a integração teria que garantir igualdade no acesso à educação, à saúde, ao trabalho e às atividades físicas, em um “mundo físico sem barreiras” (BRAZUNA E CASTRO, 2001, p. 119). Essa reflexão parte da superação do modelo médico empregado no começo do século XIX. Assim sendo, o conceito de inclusão é baseado nos princípios de respeito às diferenças (MARQUES, 2010) – e individualidades para invocar aqui o pensamento honnethiano de reconhecimento na esfera da estima social (HONNETH, 2003).

Quando levamos essa discussão para o âmbito esportivo, há autores que acreditam que os atletas com deficiência devam, também, ocupar o espaço entre praticantes sem deficiência. Winnick (1987), por exemplo, defende a inserção de atletas em um modelo de esporte integrativo – em que haja participação de pessoas com e sem deficiência na mesma atividade esportiva (MARQUES, 2010). A medida, de acordo com ele, serviria para melhorar a performance da pessoa com deficiência. Exemplo disso é a participação rara, mas existente, de atletas com deficiência que são integrados ao esporte olímpico e competem com desportistas sem deficiência. Marques (2010) cita como exemplo dessa integração o atleta norte-americano George Eyser, que ganhou uma medalha de ouro na ginástica durante os Jogos Olímpicos de 1904 enquanto competia com uma perna feita de madeira. Recentemente, casos como esse têm sido mais comuns. Em 2008, nas Olimpíadas de Pequim, a nadadora Natalie du Toit, da África do Sul, e a mesatenista Natalia Partyka, da Polônia, tornaram-se as primeiras atletas a participarem das mesmas edições dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos.

²¹ BARROS, J. M. C. Recursos humanos no esporte de alto nível. In: Anais: Simpósio esporte: dimensões sociológicas e políticas. (p. 143-5), E.F.E. USP, Departamento de Esportes, 1993.

Na mesma edição, o corredor biamputado Oscar Pistorius²², da África do Sul, campeão paralímpico em três classes diferentes dos Jogos Paralímpicos, almejava competir, também, nas Olimpíadas, entre atletas sem deficiência. No entanto, antes de conseguir o índice olímpico, que parecia bem próximo, Pistorius acabou impedido de competir após o Comitê Olímpico Internacional (COI) entender que o uso das duas próteses de carbono poderia representar uma vantagem do atleta paralímpico sobre os outros competidores (MARQUES, 2010). Blauwet e Willick (2012, p. 852, tradução nossa) lembram que na edição 2012, quando Pistorius finalmente pode competir nas duas edições dos Jogos, em Londres, o conceito de “deficiente” e “capaz” foi desafiado: “o caso dele [de Pistorius], por si só, elevou o perfil global dos atletas com deficiência como indivíduos fortes e capazes que estão ansiosos para quebrar estereótipos e alcançar o sucesso no auge de seu esporte”.

Os autores também destacam outro ponto importante da inclusão: o reconhecimento da atividade física como um componente principal dos direitos da pessoa com deficiência, sob os princípios de igualdade e oportunidade. Um exemplo dado por eles é a luta por reconhecimento da corredora e cadeirante Tatyana McFadden, membro do time paralímpico dos Estados Unidos. Depois de anos de luta por inclusão em sua equipe de escola, a atleta apresentou uma ação contra o Estado de Maryland e conquistou a aprovação do Plano de Atividade e Atletismo para Estudantes com deficiência pelo estado em 2008 (BLAUWET E WILLICK, 2012).

Considerando a importância da reabilitação e como ela muitas vezes é a porta de entrada para o esporte paralímpicos de alto nível, Wheeler et al (1999) desenvolveram quatro categorias de objetivos que levam uma pessoa com deficiência a ingressar na vida atlética: 1) reabilitação; 2) oportunidade social; 3) recrutamento; 4) continuidade no esporte. De acordo com os autores, a reabilitação, proposta por um médico ou fisioterapeuta, e a oportunidade de engajamento social com pares que vivem com as mesmas condições são os dois principais

²² Antes de conseguir disputar uma Olimpíada, Oscar Pistorius teve que provar na justiça que as próteses de carbono que usa não representavam vantagem diante os competidores sem deficiência. Após ter a autorização para competir na edição de Pequim (2008) negada pelo COI, ele disputou, em 2011, o Mundial de Daegu, na Coreia do Sul e, a partir daí, fez caminho para a disputa de uma medalha em Londres (2012) (GALILEU, 2012). Em entrevista à Revista Galileu (2012), Pistorius afirmou que não se sentia como ninguém a não ser como si mesmo ao ser comparado como Usain Bolt, maior medalhista olímpico da história do atletismo. Para mais detalhes, ver: <http://revistagalileu.globo.com/Revista/Common/0,,EMI312694-17770,00-OSCAR+PISTORIUS+O+PRIMEIRO+CORREDOR+SEM+PERNAS+A+PARTICIPAR+DE+UMA+OLIMPIA D.html>. Acesso em: 16 de setembro de 2017.

mecanismos de entrada no esporte. O esporte surge, nesse contexto, como um remédio rápido e eficaz. Exemplo disso são casos como o ocorrido na Grã-Bretanha, em que um atleta passou três semanas paralisado em um hospital e passou a apresentar feridas causadas pela permanência na cama. O mesmo paciente recebeu alta após uma semana, depois de ser integrado a uma equipe de esgrima (BRAZUNA E CASTRO, 2001).

Uma amostra dessa percepção também está exposta na pesquisa de Wheeler et al. (1999). Os autores analisam de que forma atletas paralímpicos de Estados Unidos, Inglaterra, Canadá e Israel avaliam sua inclusão no esporte. Os resultados apontam que esse processo foi positivo, tanto na esfera pessoal – com a melhora da autoestima, materializada na sensação de vencer a deficiência – quando no âmbito profissional, já que muitos realizaram sonhos materiais no exercício de suas funções de atleta de elite: “a maioria desses atletas não considera a deficiência um desastre, mas sim uma benção disfarçada” (MARQUES, 2010, p. 104). Blauwet e Willick (2012), especialistas em reabilitação, partem do mesmo princípio. Para eles, o esporte adaptado – competitivo ou não – tem como atributo principal a geração de independência e autonomia para as pessoas com deficiência.

A participação nos esportes, quando usada como uma ferramenta para promover saúde, qualidade de vida e integração social, é uma construção cultural universal que cruza divisões de deficiência, idade, gênero, *status* socioeconômico e etnia. Academicamente, o esporte adaptado é definido como “esporte que foi projetado ou praticado especificamente por atletas com deficiência. (BLAUWET E WILICK, 2012, p. 851, tradução nossa.)

Por outro lado, há pesquisadores que mantêm cautela com relação ao poder da integração no esporte. Marques (2010), por exemplo, acredita que esse processo pode ser de frustração para o atleta, já que existem ambientes sem estrutura e que não são capazes de promover oportunidades de vivência e interação social. Tem-se, aí, o efeito inverso: em um ambiente desestruturado social, física e culturalmente, o atleta com deficiência inserido em um universo esportivo de alto rendimento pode sentir-se mais segregado (OLIVEIRA FILHO, et al., 2006). Assim sendo, é inegável a importância da convivência e do aprendizado, desde que esse processo leve em conta não só a aceitação das diferenças e a valorização das capacidades individuais da pessoa com deficiência, mas também considere ambientes articulados e adaptados, para que esse processo seja o mais natural possível (DUARTE E SANTOS, 2003).

Se é inegável a existência de barreiras para o desenvolvimento das pessoas com deficiência e para os atletas paralímpicos, as demandas dessa luta por reconhecimento também precisam ser consideradas em âmbito social, como prevê Marques (2010) em referência a Sasaki (2002)²³:

Para Sasaki (2002), a inclusão é a modificação da sociedade como pré-requisito para que a pessoa com deficiência possa buscar seu desenvolvimento e exercer a cidadania. É um processo amplo, que pressupõe transformações nos ambientes físicos e sociais, inclusive da própria pessoa com deficiência. O mesmo autor conceitua inclusão social como o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam e capacitam para assumir seus papéis na sociedade. (MARQUES, 2010, p. 102)

Para a realidade dos atletas paralímpicos, a dinâmica é a mesma: o esporte adaptado precisa de uma implementação estruturada para que não haja injustiças de nenhuma ordem. E esse processo inclui desde preocupações no âmbito social, no que diz respeito às diferenças e valorização das capacidades individuais, até às demandas no âmbito estrutural e financeiro, que se materializam, por exemplo, por meio criação de políticas públicas voltadas para os atletas com deficiência; investimentos na carreira e remuneração justa no exercício de suas atividades. Uma mudança de visão que pode tornar “a imagem de pessoa deficiente para pessoa eficiente” (MUNSTER E ALMEIDA, 2005²⁴; FLORENCE, 2009²⁵ apud MARQUES, 2010).

Com o objetivo de apresentar uma teoria de justiça pautada tanto no reconhecimento quanto na redistribuição, passamos a expor, a partir de agora, o marco teórico de Nancy Fraser (2003), que avança nos estudos de Axel Honneth (2003) para construir uma teoria bidimensional de justiça de maior complexidade para tentar propor caminhos normativos aos conflitos sociais do nosso tempo.

²³ SASSAKI, R. K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 4 ed. Rio de Janeiro: WVA, 2002.

²⁴ MUNSTER, M. A. V. SILVA, Afonsa janaína da; CAETANO, Aletha Silva; FERREIRA, Ana Carolina Gonçalves de Oliveira. Goalball: uma proposta inclusiva. Em: ALMEIDA, José Júlio Gavião; OLIVEIRA FILHO, Ciro Winckler; MORATO, Márcio Pereira; PATROCÍNIO, Regina Matsui; MUNSTER, Mey de Abreu Van (orgs.) Goalball: invertendo o jogo da inclusão. Campinas: Autores Associados, p. 9-15, 2008.

²⁵ FLORENCE, R. B. P. Medalhistas de ouro nas paraolimpíadas de Atenas 2004: reflexões de suas trajetórias no desporto adaptado. Tese de doutorado. Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

3 RECONHECIMENTO E REDISTRIBUIÇÃO: UM IDEAL DE JUSTIÇA DE NANCY FRASER

Como vimos, a luta por reconhecimento do atleta paralímpico começa já na superação de barreiras sociais que podem se impor por meio do preconceito ou do estigma (GOFFMAN, 1988) direcionado a ele enquanto pessoa com deficiência. No entanto, depois que decide fincar raízes no esporte de alto rendimento, o atleta paralímpico também passa a enfrentar injustiças que passam tanto pelo reconhecimento quanto pela redistribuição. Em seu percurso como esportista, os atletas paralímpicos se deparam com problemas financeiros e estruturais, que, a nosso ver, não podem ser explicados satisfatoriamente apenas dentro dos limites da esfera da estima social, própria do pensamento de Axel Honneth.

Para nos aprofundarmos na discussão desses impasses e problemas de injustiça, é necessário irmos ao encontro da teoria apresentada por Nancy Fraser, que oferece uma base conceitual mais desenvolvida nesse sentido. Crítica de Honneth, ela parte do “rompimento” do padrão de reconhecimento baseado apenas na identidade (FRASER, 2007, p. 106) defendido por ele. Para Mendonça (2007), este rompimento apresenta quatro consequências imediatas à teoria da justiça: 1) não há a adoção de uma concepção específica de bem em detrimento de outras. “o modelo de status é deontológico e não-sectário” (FRASER, 2003, p. 30); 2) a experiência do desrespeito ganha espaço nas relações sociais e não na formação interna da identidade do sujeito – fato que tira da vítima o peso da culpa por absorver dada opressão ou evita o policiamento autoritário de valores; 3) a concepção de Fraser “evita a visão de que todos têm igual direito à estima social” (IDEM, p. 32), já que, segundo a autora, o direito igual é para que todos possam buscar estima e não gozar dela socialmente; 4) resolução de um problema teórico-filosófico central que tentava associar as lógicas de redistribuição e reconhecimento (MENDONÇA, 2007, pp. 173-174). Para Honneth (1999; 2003a), como vimos, o processo de luta por reconhecimento tem como fim a autorrealização do sujeito. Ao não ser atendido em seus ideais de justiça, o indivíduo se vê diante de uma experiência de desrespeito e enfrenta, como consequência, danos sérios à sua identidade social e, conseqüentemente, à sua possibilidade de desenvolvimento pleno (HONNETH, 2003a). No entanto, para Fraser (2003), esse modelo ancorado apenas no sentimento de

desrespeito não é o bastante para explicar a dinâmica das injustiças sociais, principalmente se consideradas as lutas que se apresentam nos tempo atuais.

Diferente de Taylor (1994), que não chega a abordar o problema, e Honneth (2003a), que reduz a demanda por redistribuição a um problema de reconhecimento na esfera da estima social, Fraser defende um modelo bidimensional que consiga colocar lado a lado as dimensões culturais (de reconhecimento) e econômicas (de redistribuição) de justiça social. Para Fraser (2003), a luta por um ideal normativo de justiça parte da resolução de problemas dentro dessas duas esferas, diferentes e imbricadas no processo de correção das desigualdades sociais (MENDONÇA, 2007). De um lado, está o ideal de redistribuição, que tem como objetivo principal o provimento de recursos materiais para que não haja diferenciação entre os sujeitos ou para que, em outras palavras, todos os membros adultos de uma sociedade tenham condições iguais de participar da vida social. Do outro, está o reconhecimento, que prega justamente a valorização do que é único e particular em cada grupo (MENDONÇA, 2007). Mendonça (2007, p. 173) analisa que, ao propor essa visão bidimensional, Fraser (1997) incorre no perigo de se colocar em uma “esquizofrenia filosófica” já que indivíduos ou grupos afetados tanto pelas injustiças materiais quanto pelas injustiças culturais teriam que negar e afirmar suas especificidades ao mesmo tempo. O autor esclarece que a solução encontrada por Fraser, nesse caso, seria adotar as políticas de cunho transformativo que, como veremos adiante, transformam desigualdades em sua base.

A defesa de Fraser a essa abordagem bidimensional parte de alguns pontos essenciais. Para ela, os dois paradigmas, de reconhecimento e redistribuição, conseguem abarcar conceitos distintos de injustiça. O primeiro com relação a aspectos reproduzidos por meio dos padrões culturais de representação, interpretação e comunicação, somados à dominação cultural, à ausência de reconhecimento e ao desrespeito. Já o segundo é referente às desigualdades econômicas experimentadas pelo sujeito por meio da marginalidade, da exploração e da carência ou privação (FRASER, 2003). Ao defender seu modelo de *status* sobre o modelo de identidade de Honneth, a autora garante que sua teoria é capaz de justificar as demandas por reconhecimento partindo de uma base moral, não mais ética como prevê o autor. Isso porque, segundo ela: “não há apenas uma concepção de ‘boa vida’ que possa atender a todos, universalmente (FRASER, 2003, p. 30, tradução nossa). Dessa forma,

segundo Fraser (2003, p. 31), os efeitos do desrespeito na vida de um sujeito vão muito além dos danos à identidade. Reconhecer isso seria escapar da discussão das questões de justiça e dos dilemas discutidos no modelo de autorrealização de Honneth e Taylor sob o pano de fundo da moral.

Outro ponto de crítica de Fraser (2003) a Honneth (2003) é que, para ela, seguir um modelo de justiça que se baseia na identidade torna difícil o discernimento do que são as lutas justificáveis e do que são demandas não-justificáveis²⁶. Dessa forma, ela atenta para a possibilidade do surgimento de grupos extremistas que reforçam a subordinação intragrupal, além de movimentos que pedem o separatismo social (FRASER, 2003; MENDONÇA, 2007). Considerando que a crítica de Fraser tem validade, concordamos com Mendonça (2007) quando ele argumenta que, embora essa brecha seja detectável no pensamento de Honneth (2003), nem ele nem Taylor (1994) defendem tais práticas como válidas no processo de construção da justiça.

Em uma tentativa de retirar a discussão do campo da ética e enquadrá-la no campo da moral, Fraser se utiliza de uma concepção de reconhecimento fincada sobre as bases conceituais weberianas de *status*. A partir de Weber, ela busca explicar o reconhecimento não mais a partir do processo de busca por autorrealização ou nos termos psicológicos de depreciação da identidade, mas sim sob o prisma da subordinação cultural e econômica. Nessa perspectiva, a análise do desrespeito passa a ter como alvo não a distorção da identidade e sim os padrões culturais de subordinação que impedem a paridade de participação (FRASER, 2003, p. 31, tradução nossa): “o que faz a falta de reconhecimento moralmente errada, nesse sentido, é que ela nega a alguns indivíduos e grupos a possibilidade de participar como um par com outros na interação social”.

Partindo disso, Fraser desloca a luta por reconhecimento e redistribuição, portanto, da valorização das identidades e da busca por autorrealização para a superação dessa

²⁶ Uma das críticas mais severas de Fraser a Honneth e Taylor se dá, justamente, pelo fato de a teoria desses dois autores ir ao encontro aos conceitos da psicologia de Mead. Ao considerar que o reconhecimento tem como objetivo final a autorrealização – e que o desrespeito é danoso à construção da identidade –, Honneth e Taylor, abrem, segundo Fraser (2003), um precedente perigoso que pode justificar as demandas por reconhecimento de grupos extremistas como os simpatizantes do nazismo ou do racismo, por exemplo. Para evitar esse problema em sua teoria bidimensional, ela argumenta que só são justificadas as lutas por reconhecimento em que haja a negativa da paridade de participação, ou seja, em que tenha sido negado ao sujeito o direito de participar como par nas interações sociais. Para mais, ver Fraser (2003) e Honneth (1999; 2003a, 2003).

subordinação, que pode ser tanto cultural quanto econômica, e que age no sentido de impedir a paridade de participação:

O paradigma da redistribuição se concentra nas injustiças definidas na área socioeconômica e que se presume enraizadas na estrutura econômica da sociedade. Como exemplos, incluem-se a exploração (tendo os frutos do trabalho apropriados para o benefício de outros); a marginalização econômica (quando o sujeito é confinado ao trabalho indesejável ou mal remunerado ou quando tem negado o acesso total ao trabalho gerador de renda) e a privação (quando se nega um padrão de vida material adequado). O paradigma de reconhecimento, em contraste, visa injustiças que entende como cultural, presumidamente enraizadas nos padrões sociais de representação, interpretação e comunicação. Os exemplos incluem a dominação cultural (a submissão a padrões de interpretação e comunicação associados a outra cultura e são estranhos e/ou hostis aos próprios); o não-reconhecimento (ou o “ser invisível” através das práticas autoritativas de representação, comunicação e interpretação da própria cultura); e a falta de respeito (ato de ser rotineiramente difamado ou desprezado em representações culturais públicas estereotipadas e/ou nas interações da vida cotidiana) (FRASER, 2003, pp. 12-13, tradução nossa).

Como vimos, a base bidimensional de justiça de Nancy Fraser não permite a redução de uma esfera à outra, senão que se apresenta de duas formas com igual importância dentro das lutas sociais. Essa visão só é possível porque Fraser (2003) propõe um conceito que é central em sua teoria: o de *paridade de participação*. Segundo a autora, do ponto de partida representado pela possibilidade de participar como par do processo social é que é possível pensar em todas as demandas por reconhecimento e redistribuição justificáveis do ponto de vista da justiça. É pela paridade de participação, ou seja, pela possibilidade de participar integralmente como igual entre seus pares no ambiente social que o sujeito vivencia seu ideal normativo de justiça. Seria esse, portanto, o critério essencial para que uma luta por justiça seja aceita socialmente como justificável.

Considerando a teoria de Fraser aplicada à realidade dos atletas paralímpicos, acreditamos que ela apresenta um arcabouço maior, capaz de abrigar as diferentes lutas empreendidas por esses atores. Como veremos de forma mais detalhada nas seções a seguir, os atletas paralímpicos apresentam demandas que remontam ao ideal normativo de paridade de participação. Primeiro, empreendem uma luta pelo reconhecimento de seus direitos enquanto pessoas com deficiência com demandas culturais pela superação das desigualdades, bem como pelo reconhecimento de suas diferenças e capacidades individuais como atletas de elite. Esse reconhecimento, como vimos, quase sempre é acompanhado por uma narrativa de

estigma, que coloca o atleta paralímpico como um indivíduo extraordinário (SHELL E DUNCAN, 1999; CALVO, 2001; HARDIN & HARDIN, 2003; FIGUEIREDO, 2014), digno de admiração muito mais pelo exemplo de superação que é atribuído à sua carreira do que, efetivamente, pelo seu desempenho como atleta de elite. A partir desse objetivo deriva a demanda por redistribuição: também em nome da paridade de participação, os atletas paralímpicos reivindicam mais investimentos estruturais que possibilitem iguais condições para o desenvolvimento de sua carreira esportiva (BRAZUNA E CASTRO, 2001; MARQUES, 2010).

Vale ressaltar que Fraser (2003, p. 36) aponta pelo menos duas condições essenciais para que o ideal normativo de paridade de participação seja realizado: 1) a primeira delas passa pela redistribuição de recursos materiais que garantam aos participantes “independência” e “voz”. É a chamada *condição objetiva de paridade de participação*; 2) a segunda diz respeito aos padrões institucionalizados de valor cultural, que também devem dedicar igual respeito a todos os participantes e garantir igualdade de oportunidades na obtenção da estima social. É a *condição intersubjetiva de paridade de participação*. O desafio, segundo ela, é a combinação das demandas por reconhecimento e por redistribuição. Para definir o conceito de redistribuição, a autora remonta à tradição liberal posterior ao século XX. Nas décadas de 1970 e 1980, nomes da filosofia como John Rawls e Ronaldo Dworkin já trabalhavam com teorias ligadas à justiça distributiva. Com o objetivo de potencializar a ênfase liberal na liberdade individual somada ao igualitarismo da social-democracia, os dois propuseram novas concepções para justificar a redistribuição econômica. Já a concepção de reconhecimento vem da filosofia de Hegel, fincada sob as bases da fenomenologia da consciência. De acordo com essa corrente de pensamento, o reconhecimento é caracterizado por uma relação recíproca ideal entre sujeitos que se veem como iguais ao mesmo tempo que como “outros” ou, em outras palavras, quando se reconhece e é reconhecido por outro sujeito. Fraser (2003) considera, portanto, que a luta por reconhecimento ligada à identidade política, como prevê Honneth, é reducionista na medida em que ignora lutas específicas que só podem ter suas demandas atendidas também por meio da redistribuição.

Honneth responde a essas críticas de Fraser argumentando que, ao reduzir a justiça às dimensões da cultura e da economia, é ela quem deixa de considerar uma série de outros fatores que influenciam a lógica social de correção das desigualdades (HONNETH, 2003a). Ele se utiliza do argumento de que os princípios capitalistas da conquista e os ideais de igualdade interferem diretamente na regulação dos assuntos econômicos. Dessa forma, fica impossível dissociar as lutas por redistribuição do guarda-chuva das lutas por reconhecimento. O autor também critica o que ele chama de procedimentalismo de Fraser ao afirmar que a justiça não pode ser inteiramente desligada da ética. Quanto a uma das críticas principais de Fraser com relação à teoria de Honneth, a de que ele deixa em segundo plano a discussão sobre redistribuição de recursos ao considerar a demanda como um problema de reconhecimento, o autor afirma que tratar a categoria como ampla é dar abrigo às reivindicações de vários tipos (HONNETH, 2001).

Como vimos, desde que decide pela carreira esportiva, o atleta paralímpico é colocado diante de desafios de reconhecimento e de redistribuição. De um lado, ele encontra resistência em ser reconhecido como um atleta de elite porque tende a ser descrito pelo discurso da extraordinariedade, principalmente pelos meios de comunicação tradicionais:

De fato, a descrição dos paratletas alterna entre momentos em que apenas a deficiência está em evidência. O indivíduo é visto como coitadinho, mas ao se transformar em atleta de alto nível, recordista mundial, medalhista paraolímpico, o portador de deficiência é o herói, que superou suas próprias dificuldades. Tal constatação é consentânea com os resultados de Calvo (2001)²⁷ que concluiu que para além de exíguas, as representações midiáticas das pessoas com deficiência, transmitem, frequentemente, a imagem do incapacitado que não consegue solucionar seus problemas, ou então a do “super-herói”, com algumas capacidades mais desenvolvidas em detrimento de outras, acabando por reforçar estereótipos, estigmas e posturas preconceituosas (FIGUEIREDO E NOVAIS, 2010, p. 87)

A construção de uma visão estereotipada dos atletas paralímpicos gera problemas de reconhecimento porque nega a esses atores a possibilidade de participar como pares das atividades que desempenham no esporte, principalmente se colocados lado a lado com atletas sem deficiência. Em outras palavras, ao atleta paralímpico não é facultada a chance de disputar medalhas sem ter a própria performance comparada à de um atleta sem deficiência ou sem ter a superação atribuída à sua condição física sobreposta à sua capacidade e performance

²⁷ CALVO, A. P. S. Desporto para Deficientes e Media. 2001. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade do Porto. Porto, 2001.

esportivas. A visão pública desses atores, em grande parte influenciada pelos padrões institucionalizados de valor cultural, acaba por marginalizar esses atletas a um papel distante do que eles realmente representam – o que, para Fraser, configura exatamente um problema de reconhecimento (MARQUES, 2001b; FRASER, 2003). Essa demanda por reconhecimento se materializa por meio do desejo desses atletas em receber respeito como os esportistas de elite que são em detrimento da simpatia pela sua condição física (SHELL E DUNCAN, 1999). O símbolo de superação que é atribuído à carreira desses atores, portanto, não seria o remédio ideal para seus ideais de reconhecimento.

Marques (2010), em referência a Araújo (1998a)²⁸ afirma que a preocupação do governo federal do Brasil com o esporte adaptado começou apenas na segunda metade da década de 1980. A institucionalização do esporte parecia finalmente apontar para uma profissionalização dos atletas, que precisavam de recursos e estrutura de treinamentos e prática esportiva. No entanto, à época, foram empregadas apenas ações pontuais e não houve a implantação de leis e políticas específicas para o esporte paralímpico. Mesmo assim, é importante perceber que essa época inaugurou o processo de fortalecimento de instituições que, posteriormente, seriam responsáveis pela organização e estruturação do esporte paralímpico no país.

Antes disso, porém, cabe lembrar que a luta por reconhecimento das pessoas com deficiência também teve reflexo na criação de leis específicas para essa camada da sociedade: a Declaração de Direitos das Pessoas com Deficiência (1975); o Ano Internacional da Pessoa com Deficiência (1981); a inclusão na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1985) e a comemoração do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência (1992). Em 2008, vale ressaltar que a convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada dois anos antes, também passou a ser empregada pelos países que compõem a Organização das Nações Unidas (ONU) (DE CASTRO HAIACHI et al., 2016). Nesse contexto de popularização da temática envolvendo a deficiência, o esporte paralímpico também acabou beneficiado:

A participação em programas esportivos passou a ser uma estratégia adotada para proporcionar melhorias na funcionalidade e no reconhecimento das suas capacidades e potencialidades. A inclusão através do esporte abre caminho para que clubes,

²⁸ ARAÚJO, Paulo Ferreira de. Desporto adaptado no Brasil: origem, institucionalização e atualidade. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto/INDESP, 1998a

universidades e projetos esportivos tenham a possibilidade de fornecer uma oportunidade de convivência entre atletas com e sem deficiência (DE CASTRO HAIACHI et al., 2011, p. 3001)

No entanto, enquanto membro de uma comunidade ampla, o atleta paralímpico nem sempre tem assegurados os direitos que lhe são garantidos pela lei. Tal dano faz com que ele se sinta excluído e limitado dentro de sua autonomia pessoal. Nesse sentido, alguns estudos da área da psicologia do esporte têm se dedicado a analisar a o reconhecimento dedicado pelos atletas paralímpicos a si mesmos e às respectivas carreiras. Em uma pesquisa feita recentemente, Smith, Bundon e Best (2016) analisaram, por meio de entrevistas e observação de campo, de que forma 36 atletas paralímpicos definiam sua própria identidade dividida entre as categorias: 1) atlética: ligada aos ideais do esporte; 2) atlético-ativista: ligada aos interesses por mudanças dentro do âmbito do esporte e 3) político-ativista: ligada às preocupações com os desafios da deficiência, de uma forma geral. Aqui, nos interessa definir o que os autores chamam de identidade político-ativista. Para eles, essa identidade luta por mudanças também fora do esporte com o objetivo de “resistir e transformar discursos, atitudes, atos não-verbais, políticas e estruturas de desenvolvimento que, socialmente, oprimem as pessoas em seu cotidiano” (SMITH, BRANDON E BEST, 2016, p. 142, tradução nossa).

Os autores defendem que a adoção dessa bandeira, que se estende também ao contexto fora do esporte, é direcionada aos desafios da deficiência e não fica restrita à prática esportiva, o que, a nosso ver, demonstra consciência do desrespeito tanto no âmbito do reconhecimento quanto no âmbito da redistribuição (FRASER, 2003). É possível afirmar, portanto, que as demandas do atleta paralímpico são permeadas por outros fatores que não apenas a consciência da subordinação econômica ou do desrespeito causado pelos padrões culturais de representação. Ela é, muitas vezes, obstruída por medos e interesses alheios à realidade do paratleta. Na pesquisa de Smith, Brandon e Best (2016), por exemplo, embora os atletas entendam a necessidade de mudanças na política tanto no âmbito do esporte quanto no âmbito social voltado às pessoas com deficiência, vários deles afirmam que uma identidade político-ativista não está de acordo com a identidade de atleta. Essa postura, segundo os autores, está ligada ao medo de represálias dos órgãos que representam os investimentos necessários para o desenvolvimento da carreira dentro do esporte de elite.

3.1 A CRIAÇÃO DOS JOGOS PARALÍMPICOS COMO PRIMEIRO PASSO RUMO À PARIDADE DE PARTICIPAÇÃO

Entendemos que a criação de uma competição específica para os atletas com deficiência, no período pós-guerra, configura-se como um primeiro passo desses atores rumo ao ideal de paridade de participação no âmbito esportivo. Os primeiros registros mostram a presença de atletas com deficiência auditiva em um clube de esportes de Berlim (BLAUWET E WILLICK, 2012). O desenvolvimento do esporte adaptado, porém, se deu mais tarde. No período entre guerras foi que a atividade passou a ser vista como uma ferramenta importante na recuperação de soldados feridos e mutilados (MARQUES, 2010). A primeira competição internacional dedicada às pessoas com deficiência foi realizada em Paris, logo após os Jogos Olímpicos de 1924: chamados “Jogos do Silêncio”, já que eram dedicados a pessoas com deficiência auditiva, o evento inaugurou o que seria desenvolvido depois como uma tradição dos Jogos Paralímpicos, que é realizado sempre após a edição dos Jogos Olímpicos. Passados oito anos, a primeira associação esportiva destinada a pessoas com deficiência foi fundada na Inglaterra: a Associação de Jogadores de Golfe, que recebia atletas amputados e que atuavam com apenas um dos braços (GORGATTI E GORGATTI, 2005).

Se até meados do século XIX, a reabilitação era pautada apenas na ginástica médica, a partir da primeira metade do século XX, o esporte passa a ser considerado uma ferramenta importante para a reabilitação (MARQUES, 2010). Pouco depois, finalmente, o esporte adaptado passa a ser considerado, também, como uma possibilidade competitiva para pessoas com deficiência, principalmente depois que o médico neurologista Ludwig Guttmann aceitou o desafio proposto pelo governo britânico para dirigir um centro especializado no tratamento de lesões de medula, localizado no Stoke Mandeville Hospital (CPB, 2016). O centro promovia a reabilitação de pacientes por meio do esporte – primeiro em um nível recreativo e, depois, competitivo. À época, Guttmann dizia que a paraplegia era o objeto mais negligenciado da medicina e que poucos especialistas estavam habilitados para o seu tratamento (GOLD, 2007), o que influenciou até no índice de sobreviventes, como nos mostra Marques (2010):

Um dado interessante sobre este tipo de intervenção, nessa época, é que o índice de sobrevivência de pessoas com lesão medular na década de 1940 era de 1 para 10, e

passou de 9 para 10 em 1950 (SAINSBURY, 2004²⁹). Por isso, durante a II Guerra, a reabilitação era considerada como um fator essencial pelos governos envolvidos na batalha, devido à necessidade de prestar contas à sociedade buscando minimizar as consequência dos combates (FLORENCE, 2009³⁰). (MARQUES, 2010, p. 111)

Com essa percepção, Guttman comandou a implantação do primeiro programa de esporte em cadeira de rodas, no Hospital de Stoke Mandeville, no ano de 1945 (ARAÚJO 1998a). Três anos depois, o neurologista conseguiu incluir na abertura dos Jogos Olímpicos de Londres a primeira competição oficial com atletas paralímpicos. A prova, chamada de Jogos de Stoke Mandeville, reuniu dezesseis militares – entre homens e mulheres – com algum tipo de deficiência. Todos se revezaram em uma prova de tiro com arco. Era o início de uma era para o esporte paralímpico: em 1952, militares da Holanda também reivindicaram espaço no esporte e a competição passou a ser internacional. Os primeiros Jogos Paralímpicos, já batizados com o nome pelos quais são conhecidos até hoje, foram realizados em Roma, na Itália, em 1960. Na ocasião, estiveram inscritos 400 atletas de 23 países de todo o mundo (CPB, 2016).

Esse breve histórico nos permite perceber a criação dos Jogos como um marco representativo para os atletas paralímpicos em sua busca pelo ideal normativo de paridade de participação. No entanto, como vimos, esse objetivo ainda está longe de ser realizado. Primeiro porque os atletas paralímpicos ainda estão no centro de uma série de episódios de desvalorização de suas capacidades individuais (DE CASTRO HAIACHI et al, 2016), em um processo de não-reconhecimento materializado por meio de representações e discursos estereotipados que são culturalmente reproduzidos ao longo dos tempos e institucionalizadas socialmente (FRASER, 2003). Como vimos, essas injustiças surgem desde antes da formação do atleta. Como pessoa com deficiência, os atletas podem ter demandas na esfera da redistribuição, considerados os problemas estruturais, a falta de acesso à educação inclusiva, a ausência de um tratamento médico adequado à sua deficiência. Depois, como atletas, esses profissionais também são colocados diante da falta de recursos públicos destinados à prática

²⁹ SAINSBURY, T. Paralímpicos: pasado, presente y futuro: lección universitária olímpica. Barcelona: Centre d'Estudis Olímpics (UAB), 2004.

³⁰ FLORENCE, R. B. P. Medalhistas de ouro nas paraolimpíadas de Atenas 2004: reflexões de suas trajetórias no desporto adaptado. (2009). Tese de doutorado. Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

esportiva paralímpica, à ausência de arenas com estrutura adaptada, à realidade de ter um salário inferior ao pago ao atleta olímpico, à falta de acesso a patrocinadores interessados em investir na carreira no esporte paralímpico, etc.

Todos esses problemas elencados impedem que o atleta paralímpico alcance, no âmbito do esporte de elite, a paridade de participação. Se o passado de extermínio parece ter ficado para trás, o deficiente físico ainda enfrenta, como atleta paralímpico, uma série de subordinações que não o permitem ter igualdade nas condições de participação em seu campo profissional. Esses problemas demandam do atleta paralímpico um esforço consideravelmente maior para a conquista de um espaço de respeito entre os representantes do esporte no país – e fora dele. Para Fraser (2010), o não-reconhecimento que obstrui a paridade de participação constitui uma forma grave de violação da justiça e a solução enviada pelo modelo de *status* para esse tipo de demanda não se dá apenas no sentido de corrigir a desvalorização da identidade e, sim, de uma mudança social muito mais ampla:

Em todo caso, o modelo de *status* adapta a reparação aos arranjos reais que impedem a paridade. Assim, ao contrário do modelo de identidade, ele não concede um privilégio *a priori* a abordagens que valorizem especificidades grupais. Ao contrário, em princípio, proporciona o que poderíamos chamar de reconhecimento universalista e reconhecimento desconstruído, bem como o reconhecimento afirmativo da diferença. O ponto crucial, uma vez mais, é que no modelo de *status* a política de reconhecimento não se detém na identidade, mas procura reparações institucionais para danos institucionalizados. Concentrados na cultura, em suas formas socialmente estabelecidas (em oposição àquelas independentes), esta política busca superar o *status* de subordinação, mudando os valores que regulam a interação, fortalecendo novos padrões de valor que promoverão a paridade de participação na vida social. (FRASER, 2010, p. 123)

Ao não ter garantido seu direito à paridade de participação, o atleta paralímpico sofre danos na busca pelo seu objetivo de justiça nas relações sociais. Assim como as demandas por reconhecimento, que vimos mais detalhadamente nos conceitos de Honneth, as desigualdades na esfera da redistribuição representam também um grave processo de subordinação que, segundo Fraser (2010), não pode ser entendido como um fenômeno isolado de injustiça:

(...) somente trazendo à tona as complexas imbricações do status com a classe econômica se consegue determinar a melhor forma de reparar a injustiça. (...) Diferentemente da teoria culturalista da sociedade, contudo, ele evita dar colapso na complexidade dessas ligações: avaliando que nem toda injustiça econômica pode ser superada somente pelo reconhecimento, ele advoga uma abordagem que integra expressamente reivindicações por redistribuição, e, assim, mitiga o problema de deslocamento (FRASER, 2010, p. 126)

Tendo em vista a complexidade desse processo, Fraser (2003) também prevê a aplicação de remédios distintos para a correção das desigualdades. Isso porque, partindo do princípio de que as injustiças têm duas faces igualmente importantes, os remédios para a resolução desses problemas também não podem ser aplicados isoladamente. A autora afirma que, para os paradigmas de redistribuição, a solução pressupõe uma reestruturação econômica que possa reorganizar a divisão do trabalho, mudar a estrutura da propriedade e, entre outros objetivos, democratizar o acesso ao processo de tomadas de decisão. Já para os problemas de reconhecimento, os remédios são a mudança cultural ou simbólica em um processo de reavaliação das identidades que têm seu valor cultural desrespeitado, a valorização da diversidade e a transformação dos padrões sociais de representação que de alguma forma são geradores de opressão.

Fraser (2003) também considera que os dois paradigmas que compõem sua teoria de justiça assumem diferentes concepções sobre os grupos injustiçados. Enquanto nos problemas de redistribuição, esses grupos costumam ser compostos por classes – minorias, imigrantes –, no âmbito do reconhecimento, as vítimas se relacionam mais com o conceito de *status* de Weber – sujeitos menos estimados, respeitados. Por fim, ela também considera que esses dois paradigmas alimentam diferentes ideias a respeito das diferenças existentes em um dado grupo. Enquanto no âmbito da redistribuição as diferenças são vistas como injustas, no paradigma do reconhecimento elas são sinal positivo de variação cultural necessária para a evolução social.

No caso dedicado aos atletas paralímpicos, percebemos que essa concepção também é pertinente para explicar as injustiças na esfera tanto do reconhecimento quanto da redistribuição. Como minoria, os atletas paralímpicos recebem menos investimentos públicos em suas carreiras, menos acesso a patrocínios se comparados aos atletas olímpicos e menos espaços adaptados para o aprimoramento de suas carreiras e lutam pela supressão das diferenças em nome da paridade de participação. Já em sua luta por reconhecimento, os atores em questão batalham pela valorização de suas diferenças, ou, em outras palavras, de suas capacidades esportivas individuais em detrimento de seu histórico médico particular. Na mesma esfera, esses atores também empreendem uma luta por um processo de visibilidade que abra mão da narrativa estereotipada – tanto sobre suas conquistas como atleta, como sobre sua vida pessoal. Entendemos que o processo de evolução do esporte paralímpico no país e

seu desenvolvimento institucional, acelerado por meio da criação do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), têm contribuído para endossar essa luta.

3.1.1 O desenvolvimento do esporte paralímpico no Brasil

Como vimos, a passagem do esporte como ferramenta de reabilitação para elemento de ressocialização e resgate de identidade de pessoas com deficiência fez com que o esporte paralímpico nascesse para o mundo. No Brasil, o desenvolvimento do esporte só foi acelerado após a criação de instituições e organizações específicas de representação dos atletas com deficiência. Foram esses movimentos que passaram a encampar a luta por reconhecimento de uma categoria que até então não encontrava amparo no poder público. Essas instituições funcionam, até hoje, como organismos responsáveis pelo processo burocrático de organização dos eventos esportivos. Também representam os atletas no que diz respeito à padronização, fiscalização e organização de regras, de modo a instituir o esporte. Morgan (2002) também aponta que outra função dessas entidades é distribuir recursos – recebidos de fontes públicas ou privadas – a seus associados de forma a garantir a continuação do esporte.

De uma forma geral, as chamadas entidades de organização esportiva para pessoas com deficiência (IOSD) são classificadas como monoesportivas e poliesportivas. Essas últimas, segundo Marques (2010), funcionam como um órgão nacional de regulamentação do esporte, oferecendo treinamentos em várias modalidades para pessoas com deficiência. As monoesportivas, por sua vez, representam atletas com deficiências distintas que praticam a mesma modalidade esportiva. O autor delimita que o Movimento Paralímpico Brasileiro tem pelo menos três estágios importantes em sua história: o primeiro deles foi veio com a fundação dos clubes específicos para os atletas paralímpicos; o segundo é marcado pela criação das comissões e do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) e o terceiro pela instituição da Lei Agnello Piva ou Lei de Incentivo ao Esporte, da qual falaremos melhor adiante.

Os registros mostram que o esporte paralímpico desembarcou no país em 1957, quando Robson Sampaio e Sérgio Del Grande fundaram o Clube do Otimismo, no Rio de Janeiro, e o Clube dos Paraplégicos, em São Paulo, após um período de reabilitação que passaram nos Estados Unidos (MIRANDA, 2011). Na época, os dois participaram da apresentação da equipe de basquete em cadeira de rodas “*Pan Jets*”, que inspirou, dois anos

depois, o primeiro jogo da modalidade disputado entre dois clubes no país (MARQUES, 2010). Em 1960, o Clube dos Paraplégicos de São Paulo fazia sua estreia no I Campeonato Mundial de Basquetebol em cadeira de rodas (ARAÚJO, 1998a).

Após várias excursões de clubes para dentro e fora do país, em 1975, ficou evidenciada a necessidade da criação de uma entidade que reunisse os atletas paralímpicos brasileiros. Segundo relata Miranda (2011), nos Jogos Parapan-Americanos daquele ano, no México, o Brasil levou duas delegações distintas para a disputa das competições no país. Tudo por falta de comunicação entre as entidades paralímpicas da época. Dessa forma, foi fundada, primeiramente, a Associação Nacional de Desporto de Excepcionais (ANDE) (CIDADE E FREITAS, 2002). O desenvolvimento do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), no entanto, só ocorre 20 anos depois, quando o Comitê Paralímpico Internacional pede aos países membros a criação de entidades nacionais para atuar na organização das competições locais:

Buscando atender essa solicitação cria-se no segundo semestre de 1994, nas dependências da Secretaria de Desportos do Ministério da Educação e Cultura – MEC, uma Comissão Provisória, da qual participavam os representantes da ABDC, ABDA, ANDE, ABRADECAR e CBDS para a elaboração de uma minuta estatutária visando a fundação do Comitê Paralímpico Brasileiro, fato que se concretiza no dia 09 de fevereiro de 1995 (...), em reunião realizada no Instituto Benjamin Constant, no Rio de Janeiro (MIRANDA, 2011, p. 34).

Hoje, a entidade que representa institucionalmente os atletas paralímpicos no país é o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), um dos objetos desta pesquisa. Essa representação se dá não só oficial e institucionalmente – já que é por meio do CPB que as federações estaduais recebem as verbas federais –, mas, também, por meio do *advocacy*. Mafra (2014) explica que a noção deste conceito tem ganhado forma na democracia contemporânea, tanto porque representa determinadas práticas de grupos que lutam por causas sociais, quanto porque fala direto aos próprios grupos que atribuem a si mesmos a missão de advogar em favor de “sujeitos sem voz e vez nas arenas políticas formais, em condições de violação de direitos, de sofrimento moral e/ou de invisibilidade na cena pública” (MAFRA, 2014, p. 182). Miguel (2014, p. 213) também caminha nesse sentido ao definir os *advocates* como porta-vozes atribuídos por si mesmos como representantes de indivíduos ou grupos. O autor atenta, no entanto, para o fato de que as “formas de representação como *advocacy*, embora possam

trazer benefícios em curto prazo para integrantes de um ou outro grupo social, não estimulam o exercício dessas autonomias”.

Blauwet e Willick (2012, p. 852) afirmam que o Comitê Paralímpico Internacional (IPC) foi criado em 1989 justamente com o objetivo de se tornar uma voz coletiva de movimento *advocacy* que visava a apoiar o crescimento dos esportes paralímpicos no mundo. A partir da criação do IPC e da integração da entidade com o Comitê Olímpico Internacional (COI) é que medidas como a realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos ficou estabelecida na mesma cidade-sede. A entidade oficial passou a ganhar o reforço de outros movimentos a partir do momento em que as modalidades do esporte paralímpico aumentaram e trouxeram consigo a valorização da prática esportiva como sendo fundamental para os ideais de inclusão, acesso à comunidade e igualdade de oportunidades.

Assim, podemos entender que, além de ser um representante institucional dos atletas paralímpicos no Brasil, o CPB trabalha no sentido de representá-los socialmente, como um *advocate*. Essa representação é, no entanto, também institucional – e permeada de interesses próprios. Como veremos, a entidade que representa os atletas paralímpicos no país parece não encorajá-los completamente em sua busca por paridade de participação, na medida em que não menciona, pelo menos nos limites do Twitter, qualquer dimensão da luta por redistribuição desses atores.

Na próxima seção, vamos expor importância histórica do CPB para a gênese da profissionalização do atleta paralímpico. No nosso entendimento, a evolução desse processo evolutivo de profissionalização é o ponto de partida que pavimenta o caminho da busca por paridade de participação dos atletas paralímpicos no ambiente esportivo.

3.1.2 O Comitê Paralímpico Brasileiro e a profissionalização do atleta paralímpico no país

Fundado em 1995, o Comitê Paralímpico Brasileiro é “uma organização civil de interesse público, sem fins lucrativos, com atuação em todo o território nacional e com personalidade jurídica, reconhecida pela Legislação Desportiva Brasileira como Entidade Matriz do Segmento Esportivo Paralímpico” (CPB, 2016). Em seu estatuto, o CPB afirma que tem como objetivos representar, dirigir e coordenar o esporte paralímpico por meio de seus estatutos específicos e daqueles ligados ao Comitê Paralímpico Internacional (IPC). De

acordo com Marques (2010), o CPB tem como filiados as associações e confederações que abrangem atletas com deficiência visual, intelectual e física em nível nacional. No entanto, a entidade não representa os atletas com deficiência auditiva, que compõem a Federação Nacional das Apaes (FENAPAES) e as Olimpíadas Especiais. A dedicação do CPB é, portanto, prioritariamente voltada ao esporte paralímpico de alto rendimento em nível nacional e internacional.

O CPB foi criado por meio da fusão de associações ligadas ao esporte adaptado e comissões que organizaram e fizeram parte dos Jogos Paralímpicos de 1988 e 1992. O objetivo da criação do comitê era justamente centralizar informações e meios de comunicação com os atletas e dirigentes do esporte, já que havia uma exigência do IPC em relacionar-se apenas com um órgão de cada país (MARQUES, 2010). Depois de um ano de fundação, o CPB já teve pela frente um grande desafio: organizar a primeira edição dos Jogos Brasileiros de Paradesporto (CPB, 2009a). Entre as atribuições atuais da entidade está a realização de jogos e eventos esportivos em âmbito nacional, além da chancela para eventos organizados por afiliados e que possam garantir a classificação de atletas para competições internacionais (VAZ, 2001):

A criação do CPB não apenas reformulou a estrutura do esporte paraolímpico no Brasil, como também a forma ideológica como era visto o esporte para pessoas com deficiência, ganhando um aspecto mais organizado e profissional. A atuação deste órgão mudou o rumo do esporte adaptado brasileiro que, de um sentido apenas ligado à participação, passou para o de competição e excelência em resultados (MARQUES, 2010, p. 151)

Com a estruturação do CPB, foi possível ao esporte adaptado diminuir a distância para o esporte olímpico. A diferença residia no fato de que as associações nacionais eram formadas em função da deficiência do atleta e não da modalidade específica (COSTA E SOUZA, 2004). De acordo com seu estatuto, o CPB apresenta demandas tanto por reconhecimento quanto por redistribuição. No âmbito que reproduz os padrões de representação cultural, a entidade tem como objetivo difundir o esporte de alto rendimento para pessoas com deficiência no Brasil; aumentar a visibilidade do movimento paralímpico no país; facilitar a divulgação e comercialização do movimento; implantar um programa de Licenciamento do movimento, entre outros (CPB, 2009a). Já no âmbito econômico, que vem dos problemas de redistribuição, o CPB afirma que visa oferecer subsídios técnicos e

científicos para os atletas do país; ajudar na capacitação profissional; planejar e atuar na aposentadoria e no período pós-carreira dos atletas paralímpicos.

Outro ponto a se considerar é a presença de pessoas que pertencem ao esporte adaptado no CPB. O primeiro presidente indicado para comandar a entidade foi João Batista de Carvalho e Silva. À frente da instituição, ele teve como primeira missão colocar em prática a função principal da entidade à época: organizar eventos paralímpicos no país e desenvolver o esporte em território brasileiro (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2016). No mesmo ano em que teve início, o CPB organizou a primeira edição dos Jogos Brasileiros Paradesportivos em Goiânia. A segunda edição foi realizada no ano seguinte no Rio de Janeiro. De acordo com o Ministério do Esporte (2016), pouco a pouco, a entidade foi desenvolvendo uma forma própria de trabalho que levou o país a se destacar nas competições no exterior:

Com o passar dos anos, o Comitê Paralímpico Brasileiro passou a contribuir progressivamente para o fomento do esporte de alto-rendimento para pessoas com deficiência. As iniciativas foram desde a divulgação e organização de competições até o envio de atletas nacionais para eventos no exterior, com o intuito de proporcionar uma melhor experiência esportiva. Estas ações surtiram o efeito esperado durante a Paralimpíada de Sydney (2000), quando o Brasil ficou em 24º lugar no quadro de medalhas, após a conquista de seis ouros, dez pratas e seis bronzes. Na Austrália, a delegação nacional era composta por 64 competidores (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2016)

Em 2001, as eleições do CPB elegeram Vital Severino Neto como presidente. Secretário-executivo da primeira gestão da entidade cego desde a infância, Severino Neto foi o primeiro ex-atleta paralímpico a assumir o comando da entidade (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2016). No ciclo paralímpico a que se refere esse trabalho, o presidente do CPB durante a preparação e realização dos Jogos Paralímpicos Rio 2016 foi Andrew Parsons, jornalista nascido no Rio de Janeiro e que compunha a organização da entidade desde 1997. Primeiro, como assessor de imprensa e depois, de 2009 a 2016, como presidente do comitê (CPB, 2016). Em abril de 2017, o CPB elegeu o quarto presidente de sua história. Trata-se do ex-atleta do futebol de 5 – modalidade dedicada a atletas com deficiência visual – Mizael

Conrado, medalha de ouro em Atenas (2004) e Pequim (2008). O ex-atleta é o primeiro medalhista paralímpico a assumir o cargo de presidente do comitê (CPB, 2017)³¹.

3.2 A FALTA DE REDISTRIBUIÇÃO COMO OBSTÁCULO PARA OS ATLETAS PARALÍMPICOS

Conforme vimos, Nancy Fraser (2003) defende que a realização normativa completa de justiça se baseia tanto em soluções que envolvam o paradigma do reconhecimento, ligado às diferenças, à valoração cultural e ao respeito de particularidades, e o paradigma da redistribuição, que visa dizimar as diferenças de distribuição de recursos e acabar com as injustiças ligadas à subordinação econômica. Já repassamos, nesta pesquisa, alguns dos problemas de reconhecimento pelos quais passam os atletas paralímpicos, principalmente enquanto pessoas com deficiência estigmatizadas pelo discurso social e da mídia (GOFFMAN, 1988; FIGUEIREDO E NOVAIS, 2010). Passaremos, agora, a falar dos obstáculos estruturais que complicam a carreira do atleta paralímpico e que são, também, um fator determinante para que ele não alcance a paridade de participação.

No aspecto da redistribuição, a luta se dá por mais investimentos no esporte paralímpico. Em uma reflexão importante sobre o esporte, o sociólogo Pierre Bourdieu (1990, p. 211) adiantou que o ambiente esportivo precisa ser visto como um campo estruturado e constituído como um sistema de regras próprias ou um “lugar de forças que não se aplica só a ele”. Bourdieu (1999) reconhece que o campo esportivo, assim como o social, por exemplo, também é permeado por disputas muito reguladas pela questão financeira – em detrimento das questões culturais e sociais. Considerando a importância dos investimentos para o esporte de alto rendimento, Marques (2010) assinala que é do capital que depende a melhoria na preparação dos atletas para as competições. Sendo assim, o processo de geração e captação de recursos é, também, parte do campo esportivo (BOURDIEU, 1999). Para isso, ele reafirma ser necessário que o esporte seja visto como um produto rentável, capaz de atrair receita por meio de empresas investidoras. É a ideia de esporte-espetáculo que, como no caso dos Jogos

³¹ Para mais informações, ver: http://www.cpb.org.br/noticias/-/asset_publisher/IU3LNvrdeyoz/content/mizael-conrado-e-eleito-presidente-do-comite-paralimpico-brasileiro?inheritRedirect=false. Acesso em: 20 de setembro de 2017.

Olímpicos e Paralímpicos, refere-se à associação entre empresas e consumidores que se aproximam das compras por meio da proximidade com os espectadores do evento (HOWE, 2004). Para Howe (2004), aliás, é justamente essa relação de dependência entre os interesses da organização de grandes eventos esportivos e o interesse comercial de grandes empresas que garante a sobrevivência da carreira do atleta. Assim, segundo Marques (2010), essa capacidade de geração de recursos das equipes também pode ser considerada um fator de diferença de performance entre as equipes e, por consequência, também um alvo de injustiças que carece de remédios redistributivos.

Enquanto o movimento olímpico baseia-se em verbas privadas, o paralímpico precisa avançar nesse sentido. Porém, é necessário cuidado nas mudanças e adaptações mercadológicas para que os eventos não percam o caráter de empoderamento e aceitação de diferentes atletas com deficiência, inclusive os mais comprometidos (SCHANTZ; GILBERT, 2001)³². Esse caráter deve ser mantido, pois é a principal identidade dos JP e o expoente do movimento paralímpico. Sem a exposição das diferenças e capacidades específicas o esporte adaptado iguala-se demais ao convencional, perdendo sua riqueza e valor (MARQUES, 2010, p. 178).

O aumento do financiamento às modalidades olímpicas pelos Estados Unidos começou depois da entrada da União Soviética nos Jogos, em 1952. Nessa época, iniciou-se a concepção do esporte como espetáculo, já que havia o uso político do evento como uma manifestação cultural que unificasse a comunicação em todo o mundo (MARQUES, 2010). Outro ponto a se comentar é que o esporte visto como um evento mundial também tornou possível a abertura a novas formas de manifestação e incorporação desses eventos por atletas. Exemplo clássico desse uso foi registrado durante o período da Guerra Fria. Marques (2010, p.81) relata que, após a queda do muro de Berlim, os investimentos passaram não só a evidenciar a visibilidade dos Jogos como também a mobilizar “grandes multidões”. Essa capacidade de mobilização começou a despertar o interesse mercadológico de empresas e organizações.

Por exemplo, os primeiros Jogos Olímpicos modernos, em Atenas em 1896, contaram com a participação de 311 atletas e público estimado de apenas 280 mil

³² SCHANTZ, O. J.; GILBERT, K. An ideal misconstrued: newspaper coverage of the Atlanta Paralympic games in France and germany. *Sociology of sport journal*, 18, p.69-94, 2001.

pessoas (TAMBUCCI, 1997³³), enquanto que em um século depois, a Olimpíada de Atlanta, em 1996, teve cerca de 10 mil atletas de 197 países e custou ao comitê organizador cerca de 1,7 bilhão de dólares (PAES, 2001), sendo um evento transmitido em nível mundial, com o número de espectadores na casa dos bilhões (MARQUES, 2010, pp. 81-82).

No entanto, importante notar que essa visão de esporte espetáculo antecedeu a comercialização de eventos como os Jogos Olímpicos e Paralímpicos. Foi após o fim da Guerra Fria que o esporte, que serviu como ferramenta para a disputa ideológica entre União Soviética e Estados Unidos, passou a ser visto pelas marcas como potencial condutor de outra guerra: a mercadológica (PRONI, 1998).

Embora grande parte da receita dos atletas olímpicos venha da iniciativa privada, os investimentos públicos têm grande importância para o desenvolvimento do esporte de elite no país, principalmente se considerada a realidade dos atletas paralímpicos. De acordo com o Ministério do Esporte (2017), de 2010 até o fim do ciclo olímpico que se encerrou após os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, o Ministério do Esporte investiu R\$ 67,3 milhões de reais em convênios com o Comitê Paralímpico Brasileiro para a preparação de seleções que disputariam medalhas na capital carioca. De 2011 até o fim do ano olímpico, o mesmo investimento feito pela pasta na preparação dos atletas olímpicos passou de R\$ 1 bilhão (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2017). Essa luta por redistribuição é anterior até à criação do Comitê Paralímpico Brasileiro. Isso porque, historicamente, quando o esporte paralímpico ainda não havia se popularizado no país, a falta de uma única entidade que pudesse representar o esporte, entre os anos de 1958 e 1972, também prejudicou a captação de verbas e a organização financeira do esporte paralímpico no país (BARRETO et al, 2016). Já na época, os praticantes de esportes adaptados experimentaram dificuldades financeiras na aquisição de materiais, em infraestrutura básica de treinamentos e práticas esportivas e com a inexistência de um salário fixo para os atletas:

As incertezas podiam trazer danos ao desempenho do atleta no sentido de gerar ansiedade, desmotivação, além de prejudicar o técnico sobre prescrição do

³³ TAMBUCCI, Pascoal Luiz. O esporte e a comunicação. In: TAMBUCCI, Pascoal Luiz; OLIVEIRA, José Guilmar Mariz de; COELHO SOBRINHO, José (orgs.) Esporte e jornalismo. São Paulo: CEPEUSP, 1997, p. 11-18

treinamento no período pré-competitivo. Araújo (1998³⁴) afirmou que na década de 1980 o Brasil tinha muitas dificuldades para enviar suas delegações para os Jogos Paralímpicos. Mesmo com algumas associações já formadas e a ANDE à frente do esporte paralímpico, chamamos a atenção para as Paralimpíadas de 1980, na Holanda, de que o Brasil participou com uma delegação de apenas 15 pessoas e não conquistou medalhas (BARRETO et al, 2016, p. 122).

Marques (2010), assinala que tanto a escassez de apoio financeiro privado quanto a falta de um apoio governamental efetivo dificulta a prática do esporte em alto nível. Assim, a remuneração do atleta paralímpico, ainda rara mesmo entre os campeões do esporte, é tida como básica para o exercício dessa atividade. Além disso, essa independência financeira é vista, também, como uma forma de exercício de autonomia, inclusive no contexto familiar do atleta (FLORENCE, 2009). Outro ponto importante de demanda por redistribuição que se apresenta para os atletas paralímpicos reside na estrutura destinada a eles no país. Marques (2010) aponta que a falta de materiais e equipamentos adequados à prática do esporte paralímpico, além dos problemas de infraestrutura nos clubes e associações destinadas à prática esportiva representam um empecilho importante para o crescimento das modalidades paralímpicas no Brasil. O autor destaca, ainda, outros obstáculos:

“pouca conscientização das próprias pessoas com deficiência e suas famílias sobre a importância do esporte como fator de auxílio na vida social e a falta de profissionais habilitados e preparados para atuarem com esse público, principalmente no que diz respeito a avaliação e metodologia de treinamento (COSTA 2009a³⁵ apud MARQUES, 2010, p.159).

Importante destacar que qualquer prática esportiva de alto nível depende de investimentos. É a partir do capital econômico que se desenvolvem processos mais modernos de treinamento e preparação (MARQUES, 2010). No entanto, em muitos casos, o retorno financeiro representa para o atleta paralímpico uma oportunidade de realizar sonhos que têm no âmbito material sua menor importância. Brazuna e Castro (2001) destacam que grande parcela dos atletas paralímpicos que recebem retornos materiais por suas performances acabam por investir seus recursos pessoais em instituições filantrópicas ou em formas de melhorar a própria preparação:

³⁴ ARAÚJO, Paulo Ferreira de. Desporto adaptado no Brasil: origem, institucionalização e atualidade. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto/INDESP, 1998.

³⁵ COSTA, A. M. Esporte adaptado no Brasil: evolução e perspectivas. In: Anais do III Congresso de Ciências do Desporto e II Simpósio Internacional de Ciências do Desporto. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2009^a.

Quando o investimento mínimo é alcançado, na maior parte das vezes, essa é a oportunidade de viajar e fazer amigos durante os jogos. Muitos atletas vêm de famílias modestas, raramente vão a um país estrangeiro, porém, uma vez envolvidos no esporte, esta oportunidade em geral se materializa (Hopper, 1984). Em países em desenvolvimento, os atletas que conseguem viajar e participar de competições em nível internacional, em geral, têm poucas chances de projeção por conta de suas limitações de saúde e tecnologia de material esportivo adaptado deficientes. (BRAZUNA E CASTRO, 2001, p. 118)

Aos que têm a sorte de conseguir patrocínios privados, a carreira pode sofrer uma guinada positiva. E grande parte dessa guinada se deve ao investimento em equipamentos com notada evolução tecnológica (MARQUES, 2010). A redistribuição, aqui, deve ser entendida, portanto, não só em termos financeiros, mas, e principalmente, na justa oportunidade de recursos médicos e terapêuticos que possam dar esperança de bom rendimento a esses atletas de elite. Essa luta, portanto, se enquadra também nas esferas do amor, em que o componente ameaçado é a própria integridade física do sujeito, e na esfera do direito, que preza pela proteção da integridade social do indivíduo. Ambas as preocupações se refletem nas performances em competições como os Jogos Paralímpicos, que, em sua maioria, são dominados por atletas dos Estados Unidos:

(...) em países com menor capacidade de investimento em novas tecnologias, o avanço científico ligado a métodos de treinamento e preparação de atletas torna-se uma saída para a busca por desenvolvimento esportivo (...). Embora avanços tecnológicos venham melhorando as performances de atletas com deficiência, até aproximando-os de índices de outros do esporte convencional, o acesso a estas melhorias ainda é desigual, devido à distribuição econômica heterogênea. Uma melhor cadeira de rodas, por exemplo, possibilita melhores condições de participação numa prova de atletismo, inclusive de uma pista com piso sintético (MARQUES, 2010, p.176-177).

Quando se fala em modernização, também não se pode deixar de considerar que o profissionalismo não é alcançado pela totalidade de atletas com deficiência que praticam esportes adaptados. Wheeler et al. (1999) recordam que muitos esportistas com deficiência treinam sem supervisão e acumulam prejuízos durante suas carreiras. Nesse contexto, eles sentem de forma intensa as falhas que nascem da falta de redistribuição, seja no alto custo de equipamentos específicos para a prática esportiva ou, ainda, a durabilidade desses itens ou na falta de um aparelho adaptado sob medida, como, por exemplo, as próteses (DE PAUW; GAVRON, 1995).

3.2.1 A legislação como remédio afirmativo à injustiça contra os atletas paralímpicos

Desde que foi superado o modelo médico a que eram submetidas as pessoas com deficiência, a lei tem servido como tentativa oficial de reconhecimento e redistribuição, dado seu interesse fundamental – nem sempre efetivo, infelizmente – de equiparar oportunidades e, principalmente, reduzir as injustiças endereçadas a quem tem qualquer deficiência. Vimos que Honneth (2003a) define que as relações de direito devem ser pautadas pelos princípios universalistas da moral. Nesse sentido, o sistema de leis deve ser composto no sentido de garantir o cumprimento normativo de interesses que não admitam nem privilégios, nem gradações (MENDONÇA, 2007). Ao alcançar esse objetivo, o direito permite que os indivíduos se reconheçam como iguais diante da formação dialógica social. Dessa relação, Honneth (2003a, p. 195) afirma que o sujeito experimenta o autorespeito. Nesse mesmo sentido, Fraser (2003) aponta que a correção das injustiças, que têm caráter bidimensional, pode contar com dois tipos de remédios distintos. O primeiro deles é o remédio afirmativo. De acordo com ela, os remédios afirmativos visam corrigir as desigualdades sem, no entanto, mudar as estruturas fundamentais que as geram. Já os remédios transformativos têm caráter mais profundo e visam à correção das desigualdades justamente no ataque às estruturas que as originam.

Fraser (2003, p. 76) afirma que as estratégias afirmativas apresentam, pelo menos, dois problemas principais: primeiro que, quando aplicados à falta de reconhecimento, eles tendem a “reificar” identidades coletivas. Em outras palavras, as tendências afirmativas simplificam e universalizam grupos sem considerar suas identidades individuais, complexas e fruto de inúmeros processos sociais. Esse processo, conforme observa a autora, tende a desencorajar a interação e estimula o separatismo que, em nada, auxilia na resolução das injustiças. Outro detalhe importante está no fato de que, quando aplicados aos problemas de redistribuição, os remédios afirmativos podem causar problemas de reconhecimento. Um exemplo disso são os programas de assistência à pobreza que, enquanto não mudam as estruturas que causam as desigualdades que geram a subordinação econômica, marcam com uma visão estigmatizada os alvos de sua solução – aumentando, assim, os problemas de reconhecimento (FRASER, 2003). Já as estratégias transformativas, analisa ela, quando aplicadas aos problemas de falta de reconhecimento, identifica quão complexas e múltiplas

são as identidades. Dessa forma, essas reformas “desencorajam o conformismo em bloco que, frequentemente, acompanha multiculturalismo dominante. E longe de promover o separatismo, elas promovem a interação entre as diferenças” (FRASER, 2003, p. 76). Partindo desse pressuposto, vamos analisar algumas das medidas legais adotadas pelo poder público direcionadas às pessoas com deficiência e os atletas paralímpicos.

Ainda que as críticas de Fraser aos remédios afirmativos sejam válidas, entendemos que, ainda que não remediem as injustiças de forma definitiva, eles são de total importância para a pessoa com deficiência e, em consequência, para o atleta paralímpico. Um conjunto de exemplos clássicos e bastante simples, mas que pode representar bem nossa análise é a medida afirmativa empregada na resolução de problemas estruturais, de adaptação de locais públicos, ou mesmo a instituição de políticas públicas voltadas para a pessoa com deficiência. Todas essas são medidas afirmativas contribuem menos para as mudanças fundamentais nos padrões culturais de subordinação, mas que representam uma solução imediata e, dessa forma, primordial para o desenvolvimento social dessa camada da população, como veremos a seguir.

3.2.2 Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência

Ainda que os movimentos que lutam pelos direitos das pessoas com deficiência existam há décadas, foi apenas em 2015 que a ex-presidente Dilma Rousseff sancionou a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência ou Estatuto da Pessoa com deficiência no país. Pelo texto “toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação” (BRASIL, 2015). O texto define a discriminação como:

(...) toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas. (...) A pessoa com deficiência será protegida de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, tortura, crueldade, opressão e tratamento desumano ou degradante. (BRASIL, 2015)³⁶.

³⁶ O texto completo da lei está disponível em: <http://www.cpb.org.br/documents/20181/32403/Lei+Brasileira+de+Inclus%C3%A3o+da+Pessoa+com+Defici%C3%Aancia+%28Estatuto+da+Pessoa+com+Defici%C3%Aancia/543d1be1-5f93-4a1a-a970-06a50530c61e>. Acesso em: 20 de setembro de 2017.

Outro ponto importante da lei é o que afirma que a deficiência não afeta a capacidade da pessoa com deficiência em: 1) casar-se e constituir união estável; 2) exercer direitos sexuais e reprodutivos; 3) exercer o direito de decidir sobre o número de filhos com informações sobre reprodução e planejamento familiar; 4) conservar sua fertilidade, sendo vetada a esterilização; 5) direito à família e à convivência familiar e comunitária; 6) exercer o direito à guarda, à tutela e à adoção tanto como adotante quanto como adotado em igualdade de oportunidades (BRASIL, 2015).

A valorização desses direitos fundamentais se baseia justamente no que conceito de paridade de participação que, em Fraser (2003), conforme já vimos, é essencial. Primeiro porque o texto parte do princípio de que, em sua vida privada, as pessoas com deficiência precisam ter garantido por lei seu direito de paridade de participação nas interações sociais, a despeito das limitações físicas ou intelectuais que apresentam. No entanto, embora parte da lei preveja que a pessoa com deficiência tem direito ao trabalho de sua livre escolha, sabe-se que a realidade, infelizmente, não reserva tantas oportunidades quanto necessárias. Pelo texto “as pessoas jurídicas de direito público, privado ou de qualquer natureza são obrigadas a garantir ambientes de trabalho acessíveis e inclusivos” (BRASIL, 2015). O remédio afirmativo (FRASER, 2003) proposto pela lei prevê a garantia de direitos no que diz respeito ao acesso ao mercado de trabalho. Mas, por outro lado, também expõe a realidade que se finca no campo da redistribuição, já que as pessoas com deficiência lutam para receber salários equiparados às pessoas sem deficiência. Pelo viés proposto por Honneth (2003a), esse problema poderia trazer prejuízos à estima social. Assim, o esporte de alto rendimento representa para os atletas paralímpicos um trabalho que possibilitaria esse tipo de reconhecimento.

3.2.3 Bolsa Atleta

No âmbito da redistribuição, algumas leis importantes trataram do estímulo à atividade olímpica e paralímpica. Em 2004, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva

sancionou a lei 10.891, que instituiu o Bolsa Atleta (BRASIL, 2004³⁷). Pelo texto, o benefício seria concedido aos:

(...) atletas de rendimento das modalidades Olímpicas e Paralímpicas reconhecidas respectivamente pelo Comitê Olímpico Brasileiro e Comitê Paraolímpico Brasileiro, bem como aos atletas de rendimento das modalidades esportivas vinculadas ao Comitê Olímpico Internacional – COI e ao Comitê Paralímpico Internacional (BRASIL, 2004)

Desde então, o projeto se intitula como “o maior programa de patrocínio individual de atletas no mundo” (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2016). De acordo com o Ministério do Esporte, o Bolsa Atleta é voltado para atletas de alto rendimento e que tenham bons resultados em competições nacionais e internacionais. O objetivo principal do programa é garantir condições mínimas para que os esportistas possam se dedicar “com exclusividade e tranquilidade” aos treinamentos e competições olímpicas e paralímpicas. Importante destacar que, desde 2012, a lei permite que o atleta complemente a renda do programa com a de patrocínios particulares.

O quadro a seguir mostra os critérios de distribuição das bolsas oferecidas pelo Ministério do Esporte por categoria de atleta. Em 2017, houve a inclusão da categoria mais importante do Bolsa Atleta, a Atleta Pódio, dedicada a contemplar atletas que estejam em preparação para o ciclo olímpico e paralímpico Tóquio 2020 (quadro 2).

QUADRO 2 - DISTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA BOLSA ATLETA

Categoria	Atletas eventualmente beneficiados	Valor mensal
Atleta de base	Atletas com idade mínima de 14 anos e máxima de 19 anos que estejam vinculados a uma entidade de prática esportiva. Obrigatório ser filiado à Federação Nacional e Estadual da modalidade. Deve ter participado de competição no ano imediatamente anterior àquele em que está pleiteando a Bolsa, tendo obtido até a terceira colocação nas modalidades individuais de eventos previamente indicados pela entidade nacional de administração do	R\$ 370,00

³⁷ O texto completo da lei está disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.891.htm. Acesso: 18 de agosto de 2017.

	desporto ou que tenham sido eleitos entre os dez melhores atletas do ano anterior, no caso de modalidade coletiva, obrigatoriamente de subcategoria iniciante e que continuem treinando e participando de competições oficiais nacionais.	
Atleta estudantil	Atletas entre 14 e 20 anos, participantes dos jogos estudantis organizados pelo Ministério do Esporte, tendo obtido até a 3ª (terceira) colocação nas modalidades individuais ou que tenham sido selecionados entre os 24 (vinte e quatro) melhores atletas das modalidades coletivas dos referidos eventos e que continuem a treinar para futuras competições nacionais	R\$ 370,00
Atleta Nacional	Atletas a partir de 15 anos que tenham participado do evento máximo da temporada nacional e/ou que integrem o ranking nacional da modalidade, em ambas as situações, tendo obtido até a 3ª (terceira) colocação, e que continuem a treinar para futuras competições nacionais. As indicações terão necessariamente os respectivos avais das entidades regionais de administração do desporto (federações) e das entidades nacionais do desporto (confederações).	R\$ 925,00
Atleta Internacional	Atletas a partir de 15 anos que tenham integrado a seleção nacional de sua modalidade esportiva representando o Brasil em Campeonatos Sul-americanos, Pan-americanos ou Mundiais, obtendo até a 3ª (terceira) colocação, e que continuem a treinar para futuras competições internacionais. As indicações terão necessariamente os respectivos avais das entidades nacionais do desporto (confederações).	R\$ 1.850,00
Atleta Olímpico e Paralímpico	Atletas que tenham integrado as Delegações Olímpica e Paralímpica Brasileira de sua modalidade esportiva e que continuem treinando para futuras	R\$ 3.100,00

	competições internacionais.	
Atleta Pódio	Podem ser contemplados, os atletas que estão entre os 20 primeiros do ranking mundial de sua modalidade ou prova específica. Os nomes devem ser indicados pelas Federações Nacionais do Esporte. A análise dos nomes enviados é realizada por um grupo de trabalho formado pela pelas respectivas entidades nacionais de administração do desporto, Comitê Olímpico do Brasil (COB) ou Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) e o ministério, que farão a indicação dos atletas ao Programa, classificando-os de acordo com critérios técnicos. Se indicado, o atleta precisa enviar um plano esportivo para análise do Grupo de Trabalho. Caso seja aprovado em todas as etapas, o contemplado tem seu nome publicado no Diário Oficial da União. Após essa publicação, o atleta assina o Termo de Adesão, que é o contrato com o Ministério do Esporte, e passa a ter direito à bolsa. Após o recebimento das 12 parcelas previstas, é possível realizar a renovação da bolsa, mediante a apresentação de um relatório de avaliação anual, contendo, entre outras coisas, análise do cumprimento dos requisitos da categoria Pódio, do atendimento ao previsto no Plano Esportivo e nas cláusulas do Termo de Adesão para sua renovação.	R\$ 5.000,00 a R\$ 15.000,00

FONTE: BRASIL, 2017

Para receber o benefício, o atleta precisa ter, no mínimo, 15 anos para as categorias Nacional e Internacional Olímpico ou Paralímpico e 14 anos, no mínimo, para concorrer ao benefício estudantil (BRASIL, 2004). Também precisa estar plenamente ativo no esporte registrado junto às federações estaduais e nacionais. O programa financiou quase 91% de todos os atletas que disputaram os Jogos Paralímpicos do Rio de Janeiro (CPB, 2016).

Portanto, é inegável seu valor como financiador principal dos talentos paralímpicos do país. Segundo o CPB, durante o ciclo paralímpico, foram investidos quase R\$ 165 milhões de reais em quase 12 mil bolsas distribuídas a atletas paralímpicos de todo o país (IDEM, 2016).

Após a realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio de Janeiro, porém, houve uma redução significativa na quantidade de bolsas concedidas e recursos investidos no esporte brasileiro (UOL, 2017). E a previsão para o ano de 2018 é ainda mais preocupante. A proposta de Lei Orçamentária Anual (LOA) enviada pelo governo federal à Câmara dos Deputados prevê uma redução de quase 90% na verba disponível para programas do Ministério do Esporte. Apenas nas concessões de bolsas, haverá uma redução de R\$ 70 milhões. O Bolsa Atleta que, anualmente, custa R\$ 130 milhões aos cofres públicos deverá ser um dos programas mais atingidos pelas mudanças³⁸.

3.2.4 Lei de incentivo ao esporte

Em outra estratégia afirmativa, o governo federal sancionou, em 2001, a Lei Agnelo Piva, ou Lei de Incentivo ao Esporte³⁹ (BRASIL, 2016). O texto representou um avanço na captação de recursos voltados ao desenvolvimento do esporte no país. Desde que foi sancionada, em 2001, até 2015, a lei previa que 2% de toda a arrecadação bruta das loterias federais do país – com o devido desconto referente às premiações – fossem destinados ao Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e ao Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB). No entanto, chama a atenção a proporção destinada a cada entidade: 85% para o COB e os 15% restantes para a entidade que representa os atletas paralímpicos, em uma evidência clara da falta de paridade de participação dos atletas com deficiência quando comparados aos atletas olímpicos. Essa disparidade foi atenuada em julho de 2015, quando a Presidência da República sancionou a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que aumentou de 2% para 2,7% o valor repassado às entidades esportivas do país e mudou de 15% para

³⁸ Para mais detalhes, ver a reportagem: <https://olharolimpico.blogosfera.uol.com.br/2017/09/19/temer-corta-87-da-verba-do-esporte-para-2018-e-bolsa-atleta-pode-acabar/>. Acesso em: 20 de setembro de 2017.

³⁹ Para ler o texto completo da lei, acesse: <http://www.cpb.org.br/documents/20181/32403/Lei-Agnelo-Piva+%E2%80%93+Disp%C3%B5e+sobre+a+aplica%C3%A7%C3%A3o+dos+recursos+financeiros+referentes+ao+art.+9%C2%BA+e+o+inciso+VI+do+art.+56+da+Lei+n%C2%BA+9.615+de+24+de+mar%C3%A7o+de+1998+%28Lei+Pel%C3%A9+de+2015%29/f4fa800d-a25d-4c4b-a693-c76ffed6c6ec>. Acesso em: 20 de setembro de 2017.

37,04% a quantia destinada ao CPB (BRASIL, 2016). O aumento significativo na receita, no entanto, está longe de equiparar os investimentos com o esporte olímpico do país. Proporcionalmente, a delegação paralímpica no Rio de Janeiro, que contava com 268 atletas (CPB, 2016), representou 59% de toda a delegação olímpica. Ainda assim, recebeu apenas, como vimos, pouco mais de 37% dos recursos arrecadados pela loteria federal.

Outra comparação pode nos ajudar a entender a falha de redistribuição dos recursos federais. Enquanto 91% dos atletas paralímpicos foram financiados pelo programa Bolsa Atleta e todos os 72 medalhistas eram bolsistas, 77% dos 465 componentes da delegação olímpica precisaram do mesmo recurso oferecido pelo Governo Federal. Esses dados evidenciam que, entre os atletas paralímpicos, a política afirmativa representada pelo Bolsa Atleta se faz mais necessária quando se considera a realidade dos atletas olímpicos.

Como vimos, embora grande parte das leis que brevemente expusemos aqui represente um avanço rumo ao ideal de paridade de participação, conquistada tanto por meio do reconhecimento quanto por meio da redistribuição, esses remédios ainda não são suficientes para erradicar as injustiças vividas pelos atletas paralímpicos.

4 REDES SOCIAIS E REPRESENTAÇÃO

Desde antes de se popularizarem como objeto de pesquisa da cibercultura, as redes sociais compõem um abundante campo de estudo. Antes da chegada massiva dos sites, tal qual se conhece nos dias de hoje, Wasserman & Faust (1994) já argumentavam que as redes configuram uma forma de observar a estrutura social em uma relação que parte dos próprios atores sociais, por meio dos indivíduos, de grupos ou de instituições. Só quando pensadas como uma forma de conexão e interação entre os atores sociais a partir dos avanços tecnológicos é que as redes sociais passam a ter, no pensamento de Manuel Castells (1999), um papel preponderante para uma compreensão mais completa da sociedade. Para o escritor catalão, por exemplo, a tecnologia da informação permitiu mudanças econômicas e sociais a partir da década de 1980 (PRUDENCIO e SANTOS, 2011). A partir desse conceito mais estruturalista, Castells (1999) define a sociedade em rede para afirmar, em seu paradigma da tecnologia da informação, que a chamada lógica das redes pode ser aplicada em quaisquer processos e organizações. Os efeitos da interação que resulta dessa lógica são complexos, como o próprio conceito sugere. Além disso, não há como prever os resultados gerados por essas relações.

Tal introdução se faz necessária para tentar, ao menos de forma preliminar, dimensionar o quanto as redes sociais constituem um objeto de estudo complexo e com nuances que desafiam as metodologias de pesquisa tradicionais (RECUERO, 2015). Hoje, mais que conectar, as redes sociais ditam o comportamento da sociedade e moldam as inúmeras formas de comportamento diante dos fatos sociais. O que significa dizer que elas formam mais que um meio de comunicar, senão que também representam a determinação de um espaço próprio em que cada indivíduo se manifesta dentro de suas próprias convicções. Uma das características mais marcantes dessa arena de debates formada pelas redes digitais é definida por Boyd e Ellison (2007):

O que torna as redes sociais únicas não é o fato de que elas permitem que os indivíduos conheçam estranhos, mas sim que possibilita aos usuários articular e tornar visíveis suas redes sociais. Isso pode resultar em conexões entre indivíduos que de outra forma não seriam feitas, mas, geralmente, esse não é o objetivo e esses encontros são, geralmente, referentes a "laços latentes" (HAYTHORNTHWAITE,

2005)⁴⁰ que compartilham alguma conexão off-line. Em muitos dos grandes SNSs (sites de rede social, em tradução livre), os participantes não estão necessariamente fazendo redes ou procurando conhecer novas pessoas; em vez disso, eles estão principalmente se comunicando com pessoas que já fazem parte de sua rede social estendida (BOYD e ELLISON, 2007, p. 211, tradução nossa)

Recuero (2009) completa a definição ao acrescentar que as redes sociais na internet representam grupos sociais constituídos com o apoio de estruturas estabelecidas a partir da apropriação desses sites. É a partir dessas ferramentas que os atores podem construir um perfil individual e publicar suas conexões sociais (BOYD E ELLISON, 2007). Essas conexões, por sua vez, permitem uma observação de mundo que é única e ao mesmo tempo universalizante. A autora diz que “tais redes são metafóricas porque a estrutura das redes sociais, na verdade, compreende elementos de desgaste e interação constitutiva dos laços que não necessariamente estão presentes online” (RECUERO, 2009, p 291). Mesmo assim, de acordo com a autora, as redes não são análogas às estruturas construídas offline, mas representam uma reinterpretação dessas redes com novas características, que, por sua vez, levam à descoberta de novos valores. A partir disso, é possível pensar nas redes sociais como uma nova esfera de debate, com regras e linguagens específicas. Um espaço em que discursos são ressignificados e construídos a partir de uma interação quase sempre exclusivamente online. Dentro desse espaço, os indivíduos, ou usuários da rede, travam, como no mundo offline, uma luta por reconhecimento que pode ser expressa por meio das postagens.

A partir dessa ideia, a pesquisa pretende analisar e interpretar que tipos de reconhecimento são expressos no Twitter durante os Jogos Paralímpicos. Nosso entendimento é de que a arena de debates e exposição de conteúdo sobre os Jogos Paralímpicos abrigada pelo Twitter representou, também, um espaço importante de visibilidade para o atleta paralímpico para além do apoio presencial dos torcedores que foram ao Rio de Janeiro⁴¹.

⁴⁰ HAYTHORNTHWAITE, C. Social networks and Internet connectivity effects. *Information, Community & Society*, v. 8, n. 2, p. 125-147, 2005.

⁴¹ A procura por ingressos dos Jogos Paralímpicos sofreu uma reviravolta que surpreendeu o Comitê Organizador Rio-2016. A baixa busca por ingressos fez com que a instituição pedisse ajuda financeira ao poder público para suprir possíveis prejuízos que os jogos poderiam trazer. No entanto, assim que a Olimpíada terminou, a procura do público cresceu e fez com que mais de 2,1 milhões de entradas para as competições paralímpicas fossem vendidas durante toda a competição. Os números superaram o público total da edição de Pequim (2008) e estiveram muito próximas de alcançar o de Londres (2012). Vale lembrar que a edição inglesa dos Jogos Paralímpicos colocou mais ingressos à disposição do público do que a realizada no Rio (CPB, 2016).

É a partir desse poder de produzir conteúdo e gerar opinião sobre os mais variados assuntos que as redes sociais digitais estão a cada dia mais no centro dos estudos em comunicação. Em uma análise explicativa das redes, Orihuela (2007) afirma que os perfis de postagem partem das trivialidades cotidianas, passam pelas conversas em pequenos grupos, pelo compartilhamento de informações e links e, finalmente, chegam à difusão de opiniões e notícias. Recuero (2009) também aponta que o Twitter, em específico, é usado para buscar informações qualificadas e espalhá-las em suas redes sociais. Assim, um estudo detalhado que possa mostrar como os usuários dessa rede social se comportam diante de eventos que trazem à tona o debate sobre reconhecimento pode abrir outros pontos de discussão a respeito do uso da rede social que não só os já explorados pela pesquisa relacionada aos meios de comunicação tradicionais.

Com o desinteresse da mídia tradicional na cobertura do evento, conforme veremos nos próximos capítulos, as redes sociais – em especial o Twitter – se configuraram como um significativo espaço de divulgação do esporte paralímpico e consequente arena de visibilidade dos seus atores principais, os atletas paralímpicos. Grande parte dessa visibilidade se dá por conta das características específicas de redes como o Twitter. Em um estudo detalhado sobre como as notícias jornalísticas ganham divulgação nas redes sociais, Axel Bruns (2011) assinala que, enquanto plataforma, tanto a rede de 140 caracteres quanto o Facebook aceleram a velocidade com que as informações são compartilhadas, debatidas e, até, desacreditadas. Nesse sentido, mesmo que o espaço disponível para publicação no Twitter seja limitado a poucos caracteres, a expressiva quantidade de *tweets*⁴² relacionados tanto aos Jogos Olímpicos quanto aos Jogos Paralímpicos demonstra que a rede social se apresenta, sim, como um espaço importante de visibilidade para os atletas paralímpicos.

4.1 O TWITTER COMO ARENA DE VISIBILIDADE

⁴² Em seu balanço anual, o Twitter divulgou que a *hashtag* #Rio2016 – utilizada tanto nos Jogos Olímpicos quanto nos Jogos Paralímpicos – foi a mais postada de 2016 na rede social. Foram, ao todo, mais de 187 milhões de postagens e 75 bilhões de impressões, ou seja, vezes em que os *tweets* contendo a *hashtag* foram vistos dentro e fora da rede social. (TWITTER, 2016)

Criado em 2006, o Twitter tem como característica básica ser uma ferramenta em que o usuário postar mensagens de, no máximo 280 caracteres⁴³. As postagens, chamadas *tweets*, são lidas pelos usuários que optam por “seguir” a conta ou visualizam a página – que pode ser pública ou privada. O pequeno espaço para postagem, se comparado ao do Facebook, por exemplo, não é um obstáculo para o desenvolvimento de ideias mais aprofundadas, como explicam Capone, Ituassu e Pecoraro (2015):

Caso queira retransmitir uma mensagem de alguma pessoa que segue para os seus seguidores, o usuário pode repassá-la (*retweet*) com apenas um clique. Além disso, o fato de ter à mão somente 140 caracteres não significa que o dono da conta no Twitter não possa postar diversas vezes até concluir sua argumentação, ou mesmo postar um link para um texto maior ou um vídeo (CAPONE, ITUASSU E PECORARO 2015, p. 75).

O Brasil já foi o segundo país do mundo com mais usuários do Twitter em todo o mundo. Em 2012, mais de 33 milhões de brasileiros tinham uma conta na rede social, segundo informações de uma empresa de pesquisas da França⁴⁴. Hoje, a popularidade da rede é bem mais modesta. O último levantamento feito pela Statista (2016)⁴⁵, mostra que o número de novos usuários do Twitter se estagnou. Atualmente, a rede tem cerca de 317 milhões de contas em todo mundo e registra um crescimento de apenas 7 milhões de novos usuários desde o início de 2016 – números distantes dos mais de quase 1,8 bilhões de usuários registrados no Facebook, a rede social mais usada do mundo⁴⁶. Ainda assim, entendemos que, mesmo sendo uma ferramenta que já não apresenta tanto crescimento, o Twitter representa um bom objeto de estudo por compor uma narrativa digital contemporânea interessante para análise, principalmente porque o pouco espaço para a composição das mensagens, restritas a 140 caracteres, obriga o usuário a condensar ideias, em escolhas linguísticas que podem se

⁴³ Em novembro de 2017, o Twitter anunciou o aumento no número de caracteres permitido nas postagens. Anteriormente, as publicações poderiam ter, no máximo, 140 caracteres. Hoje, os caracteres máximos subiram para 280. A justificativa da empresa é de que a maioria dos usuários chegava ao limite máximo de caracteres e desperdiçava tempo editando *tweets*. Para mais informações, ver: <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/twitter-aumenta-limite-para-280-caracteres.ghtml>.

⁴⁴ Para mais detalhes, ver:

<https://www.infobrasil.inf.br/noticia/brasil-ja-e-o-segundo-pais-em-numero-de-contas-no-twitter>. Acesso em 15 de janeiro de 2017.

⁴⁵ A instituição especializada em pesquisas internacionais disponibiliza parte da pesquisa sobre redes sociais gratuitamente a partir desse link: <https://www.statista.com/statistics/303681/twitter-users-worldwide/>. Acesso em 10 de janeiro de 2017.

⁴⁶ Parte da pesquisa detalhada sobre o uso do Facebook também é disponibilizada gratuitamente nesse link: <https://www.statista.com/statistics/264810/number-of-monthly-active-facebook-users-worldwide/>

mostrar importantes para os estudos em Comunicação. Outra justificativa pra nosso objeto de estudo está na presença da *hashtag*, que permite ao usuário da rede social um ambiente compartilhado não-restrito às pessoas que ele escolhe seguir. Assim, é possível perceber a formação de uma arena interessante de visibilidade que não é totalmente controlada pelo usuário. Para Sarno (2009a), a característica mais marcante do Twitter é que, embora os usuários sigam pessoas, a prioridade de quem tem uma conta na rede é buscar conteúdo:

Uma consideração importante é que no Twitter você não está seguindo a pessoa, você está seguindo o que ela produz. Não é uma rede social, então não há uma pressão social real inerente em ter que chamá-lo de “amigo” ou parente, porque você não está lidando com essa pessoa pessoalmente, você está tratando com o que ela postou na rede social (SARNO, 2009a apud ROGERS, 2014, p. 16, tradução nossa).

Dart (2014) assinala que as mídias sempre se relacionaram com o desenvolvimento do esporte profissional. Primeiro, por meio dos jornais, depois pelo rádio e pela TV e, finalmente, pelas redes sociais. Esse desenvolvimento, segundo o autor, é alcançado por meio da divulgação e do aumento dos lucros provocados pelas ferramentas. No entanto, mais que isso, o Twitter e sua característica de informação em tempo real serve como espaço de troca de ideias, como defendem Weller et al. (2014):

Além da comunicação interpessoal, o Twitter é cada vez mais usado como uma ferramenta de informação em tempo real e um lugar de debate sobre notícias, política, negócios e entretenimento. Eventos esportivos televisionados como a Copa do Mundo FIFA ou as finais da NBA causam picos em tempo real na atividade global do Twitter; outras notícias e eventos também resultam em um volume particularmente alto de *tweets*, como a morte de Michael Jackson, os prêmios anuais do Oscar ou o casamento real do Príncipe William com Kate Middleton em 2011. Figuras públicas e celebridades do Papa à Lady Gaga atraem números enormes de seguidores, e uma foto de Barack e Michelle Obama postada imediatamente após a reeleição de Obama como presidente dos Estados Unidos em novembro de 2012 se tornou rapidamente o post mais retuitado da história do Twitter (WELLER et al., 2014, p. 31, tradução nossa).

Os exemplos trazidos por Weller et. al (2014) dão a dimensão sobre como o Twitter se tornou uma importante arena de reconhecimento no âmbito esportivo. Se em sua concepção, há dez anos, a rede social chegou a ser criticada por abrigar informações sem relevância sobre o cotidiano dos usuários, hoje ela já se caracteriza por divulgar informações importantes em tempo real e servir como um espaço importante de visibilidade – principalmente em eventos de grande porte. Nesse sentido, Maia (2014, p. 109) aponta que as

redes sociais permitem analisar como as pessoas trocam opiniões e perspectivas e argumentam a relevância do que acontece à luz de suas “lealdades” e “diferenças”.

O registro do que é postado nas redes sociais permite que o pesquisador vá mais a fundo nas questões de interação e conversação que antes só poderiam ser observadas (RECUERO, 2009) e que hoje podem ser sintomáticas no que diz respeito às lutas sociais. Enquanto alguns estudos concebidos na comunicação política usam o Twitter como pano de fundo para as estratégias aplicadas no ambiente online (ROSSETO, CARREIRO e ALMADA, 2013; CERVI e MASSUCHIN, 2011; JACKSON e LILLEKER, 2011; MARQUES e MONT’ALVERNE, 2014), outros se dedicam a entender como a rede social se tornou uma arena de discussão e debate de assuntos nascidos offline (CAPONE e ITUASSU, 2015; BONILLA e ROSA, 2015). No entanto, ainda são escassos os estudos que consigam colocar o conteúdo restrito e direto da rede social a serviço de reflexões mais aprofundadas como a que propõe a teoria do reconhecimento (HONNETH, 2003; FRASER, 2003).

Em geral, os estudos sobre o Twitter sugerem que a plataforma favorece os usuários que querem alcançar visibilidade por meio da exposição da própria vida online (THOMPSON, 2008; CHA, 2010; SANTANA E COUTO, 2011; NOVAIS E ARAÚJO, 2011; SANTANA E SOUZA, 2017). O fato de tornar visíveis aspectos que antes não eram compartilhados nas redes sociais não se trata, segundo Thompson (2008, p.16), de uma falha no sistema de comunicação, senão que representa uma estratégia bem definida “daqueles que bem sabem ser a visibilidade mediada uma arma possível no enfrentamento das lutas diárias”. Assim sendo, é possível pensar na visibilidade como um atributo necessário na luta por reconhecimento e redistribuição travada pelos atletas paralímpicos, tanto no ambiente online quanto fora dele.

De uma maneira geral, redes sociais como o Twitter representaram uma revolução na forma de interação dos sujeitos. Para além da comunicação face a face, a interação passou a ser “mediada”:

Enquanto na interação face-a-face os emissores e os receptores das mensagens compartilham a mesma estrutura espaço-temporal, na interação mediada os contextos dos emissores e receptores estão normalmente separados espacialmente (e podem estar separados no tempo ou podem ser simultâneos). Ao utilizar as mídias comunicacionais podemos interagir com pessoas que não compartilham do mesmo referencial espaço-temporal que nós e a natureza de nossa interação será moldada pela diversidade das características espaciais e temporais, e pela diversidade das características do meio empregado. (THOMPSON, 2008, pp. 17-18)

Considerando as infinitas possibilidades que se abrem com essa forma de comunicar, que independe do compartilhamento de tempo e espaço, podemos pensar que redes sociais como o Twitter favorecem a visibilidade de questões expostas em seu âmbito. Thompson (2008, p. 21) argumenta que essa capacidade das redes sociais de transpor as barreiras físicas é o que torna a comunicação mediada tão intrinsecamente ligada à visibilidade de lutas e questões sociais. Para ele, ao expandir o campo de visão dos envolvidos, as tecnologias que trabalham a serviço da comunicação também permitem a ampliação do “campo de visão” que permite a uma pessoa ser testemunha ao vivo do que acontece nos lugares mais distantes. O desenvolvimento das mídias que favorecem essa comunicação mediada e livre das obrigatoriedades relacionadas ao tempo e ao espaço faz nascer, segundo o autor, um fluxo complexo de informações que facilita aos indivíduos o acesso a conteúdos antes restritos. O sujeito passa, portanto, a ter mais liberdade para criar e disseminar questões relevantes para si mesmo e seu grupo, em um processo ao mesmo tempo “livre de amarras” (THOMPSON, 2008, p. 24) e de alto risco:

Conquistar visibilidade pela mídia é conseguir um tipo de presença ou de reconhecimento no âmbito público que pode servir para chamar a atenção para a situação de uma pessoa ou para avançar a causa de alguém. Mas, da mesma forma, a inabilidade em conquistar a visibilidade através da mídia pode condenar uma pessoa à obscuridade – e, no pior dos casos, podem levar a um tipo de morte por desaparecimento. Assim, não é surpresa que a disputa por visibilidade assumiu tal importância em nossas sociedades hoje. A visibilidade mediada não é apenas um meio pelo qual aspectos da vida social e política são levados ao conhecimento dos outros: ela se tornou o fundamento pelo qual as lutas sociais e políticas são articuladas e se desenrolam. (THOMPSON, 2008, p. 937)

Santana e Couto (2011) também defendem que a internet acaba por redimensionar as esferas pública e privada. Para os autores, as fronteiras diluídas acabam por refletir o que é a sociedade – na medida implicada à estrutura social ao mesmo tempo em que é implicada por ela. Nessa realidade redimensionada, tornar públicos os elementos da vida privada acaba por ser uma das características mais marcantes dessa nova dinâmica de relações:

Rapidamente milhares de pessoas passaram a identificar a utilidade de um serviço de mensagem para narrar situações aparentemente banais, como relatar a que horas costumam dormir, tomar banho ou café da manhã, falar sobre o tempo, o trânsito, a novela ou difundir certas notícias jornalísticas. Com essas práticas, em pouco tempo o Twitter adquiriu credibilidade no que se relaciona à informação que circula no ambiente, e muitos perceberam que o software possibilitava em tempo real entender e compartilhar os acontecimentos da vida pessoal, cultural e social do planeta. (SANTANA E COUTO, 2011, p. 34)

Nesse sentido, Santana e Souza (2017) apontam que o Twitter constitui um lugar de privilégio em que, sempre conectado, o usuário pode falar de si, divulgar imagens, falar de suas condutas acadêmica e profissional, independente de sua posição social:

Temos identificado cada vez mais que essas práticas não são exclusivas de grupos específicos. O sujeito na cibercultura é esse ator social dos SRS [Sites de Redes Sociais e], independente de sua atuação profissional (...) vale-se também de estratégias que forjam performances que são acompanhadas, seguidas, compartilhadas e que, consequentemente, atribuem valor social a estes sujeitos. (SANTANA E SOUZA, 2017, p. 03, grifo nosso)

Sendo assim, o Twitter age no sentido de aproximar anônimos e celebridades, em um espaço de visibilidade que diminui diferenças no ambiente online. Para as autoras, essa característica torna a rede democrática, na medida em que permite uma relação imediata e interativa. No Twitter, argumentam Santana e Souza (2017, p. 13): “todas as ações são dignas de visibilidade e, portanto, são potencialmente célebres e populares”. Estar inscrito na rede social permite que o sujeito possa empreender estratégias de resposta às novas demandas sociais e culturais “que sustentam novas formas de ser e estar no mundo” (IDEM, 2017, p. 6) por meio da exposição do que ele faz e pensa a respeito do mundo.

Um dos principais recursos para a conquista de visibilidade nas redes sociais é a *hashtag*. Antes conhecida apenas como *tag*, a origem da ferramenta remonta aos primeiros dias das comunidades online, como o Internet Relay Chat, Delicio.us e Flickr. Seu uso fundamental tornava a informação mais acessível e, justamente por causa dessa função, sua forma passou a ser aplicada em diferentes redes sociais (DAER, HOFFMAN E GOODMAN, 2014). A primeira mensagem postada com uma *hashtag* foi de o comunicador Chris Messina, tido como inventor do recurso. No Twitter, Messina escreveu: “*how do you feel about using # (pound) for groups. As in #barcamp [msg]- ?*” (GANNES, 2010). Mais de dez anos depois, a *hashtag* se converteu em parte do discurso produzido e reproduzido nas redes sociais:

“Hoje, as *hashtags* fazem *tweets* mais relevantes e considerados, características que muitos usuários valorizam. Hoje em dia, nenhuma reunião ou discurso é completo sem uma *hashtag*, vinculando uma comunidade *ad-hoc* de observadores e seus comentários incisivos e citações memoráveis. (GANNES, 2010).

Como cada usuário tem uma experiência própria na rede social – baseada em quem ele escolhe seguir –, o recurso da *hashtag* consegue unificar as buscas sobre determinado

tema para todos os usuários do planeta. Essa unificação é responsável por construir redes de visibilidade em torno de um assunto específico que pode compor os *trending topics*, ou, tópicos tendência, reunião dos temas mais comentados na cidade, no país ou no mundo (SANTANA E SOUZA, 2017). Eventos de grande porte como os Jogos Olímpicos e Paralímpicos costumam figurar diariamente nos *trending topics*, dado seu apelo mundial. Assim, mais que criar um “sentido de pertencimento” (IDEM, 2017, p. 12) entre os usuários que compartilham uma *hashtag*, o recurso permite aos atores que compõem esses eventos construir uma arena de visibilidade para expor suas demandas por reconhecimento e redistribuição não só dentro dos limites do Twitter, como também fora dele, já que é comum o compartilhamento de postagens em outras redes sociais como o Facebook e o Instagram, por exemplo

No entanto, cabe observar que de nada adiantaria o compartilhamento de acontecimentos – pessoais ou não – no Twitter se não houvesse um público cativo que garantisse a visibilidade dos atores que participam da rede social. Para Santana e Couto (2010), é justamente esse público empenhado do Twitter que garante uma ampliação de redes efetivas na ferramenta. Na arena de debates e exposição que é o Twitter, Santana e Couto (2011) acreditam que a exibição de si mesmo é, também, uma estratégia de visibilidade. A s autores acreditam que a autoexposição atuaria no sentido de aumentar popularidade, tanto de pessoas já famosas pelas atividades que exercem, quanto os que se tornam importantes dentro do próprio contexto da rede social. Essa fama se daria, de acordo com os autores, primeiro por meio da afinidade do público com o que é retratado nos 140 caracteres das postagens. Para Santana e Couto (2011, p. 35):

(...) essa infinidade de narrativas pessoais, independentemente de serem verdadeiras, falsas ou fantasiosas, são expressões reais, ao menos, dos íntimos desejos desses sujeitos e podem servir a determinados objetivos, como aumentar a popularidade, garantir maior visibilidade, promover o marketing pessoal, aperfeiçoar e desenvolver outras estratégias imediatas de consumo pessoal. (SANTANA E COUTO, 2011, p. 35)

Essa visibilidade proporcionada após o compartilhamento de questões pessoais no Twitter está intimamente ligada ao conceito de popularidade. Nesse sentido, a ferramenta mais comum de “fama” no Twitter é o *retweet* – ato de replicar as postagens de outros usuários para os próprios seguidores (SANTANA E COUTO, 2011). Embora a tática de autoexposição tenha algo de narcisista, os autores afirmam que não são apenas os adeptos das revelações sobre a própria vida que tornam públicas suas intimidades na rede social em

questão. Para os autores, o Twitter exige usuários que tenham opinião sobre assuntos cotidianos: “a velha concepção de um sujeito recolhido na sua esfera privada está em crise. Vive-se agora uma espécie de democracia da expressão em que cada um tem o direito de expor seus desejos, participar ativamente dessas solidariedades compartilhadas a partir do eu” (IDEM, 2011, p. 38). Ser parte ativa na rede permite o benefício apontado pelos autores de viver em um ambiente construído pela coletividade. Esse ambiente de visibilidade compartilhada é permeado por sentimentos como afeto, troca de informação e, finalmente, pelo reconhecimento social:

Talvez um dos grandes motivos de fascínio de milhares de pessoas pelo Twitter esteja no fato de que cada um pode produzir e administrar a publicização de si mesmo. Antes apenas alguns, geralmente os ricos, famosos e profissionais especializados podiam falar de si, escrever suas memórias, biografias. Agora, toda e qualquer pessoa, numa celebração festiva de amadores e anônimos, expõe suas intimidades, registra suas opiniões, busca acontecer, persegue popularidade, pode conquistar a fama. (SANTANA E COUTO, 2011, pp. 38-39)

Em uma rede social tão plural e ao mesmo tempo individualizante, é inevitável pensar que a visibilidade gerada pelas postagens também acaba por aproximar famosos e anônimos. A interatividade e a popularidade dos chamados “anônimos” também alça o Twitter à condição de transformador importante da dinâmica das relações sociais:

Desse modo, os mitos se tornaram próximos, muito mais reais e, especialmente, por meio das confissões, mais humanos. De outro lado, de modo espontâneo ou perseguindo popularidades, em toda hora anônimos se tornam populares, vivem seus momentos de fama, tornam-se celebridades borbulhantes. Em outras palavras, no Twitter, toda e qualquer pessoa pode ser importante influenciadora da cultura globalizada. Se para uns pode ser assustador ou desnecessário saber tudo o que seus amigos, contatos, seguidos e seguidores estão pensando, fazendo e narrando o tempo todo, é justamente esse saber coletivo e imediato a fonte de sedução para a maioria. Essa mobilidade das narrativas de si pode ser um importante fator de bem-estar social, quando cada um decide ser o protagonista estridente de suas vidas midiáticas e digitais. (SANTANA E COUTO, 2011, p. 39)

E ser protagonista no Twitter passa, segundo Marwick e Boyd (2011, p. 114), por construir uma identidade pautada nas “audiências imaginadas” na rede social. Em outras palavras, cada usuário acaba por se moldar ao público que o segue. Estudos conduzidos por Boyd (2006b) e Ellison et al. (2006) mostram justamente que a representação da identidade em sites de rede social é atenta à audiência. No entanto, a múltipla natureza de seguidores que geralmente é atraída no Twitter pode complicar esses objetivos de representação: as audiências não são separadas e sim múltiplas e difusas no contexto da rede social. Nesse caso,

é possível pensar que a visibilidade pode, às vezes, ser um problema caso o usuário emita uma intimidade indesejada por sua audiência ou uma opinião polêmica. Marwick e Boyd (2011) apontam algumas soluções para esse obstáculo:

Para navegar nessas tensões, os usuários das redes sociais adotam uma variedade de táticas, como usar múltiplas contas, pseudônimos e apelidos, e criar "falsificadores" para obscurecer suas identidades reais (Marwick, 2005). O grande público para sites como o Facebook ou o MySpace pode criar um efeito de denominador comum mais baixo, pois os indivíduos apenas publicam coisas que eles acreditam que seu grupo mais amplo de conhecidos não achará ofensivo. Da mesma forma, os usuários do Twitter negociam várias audiências sobrepostas ocultando estrategicamente as informações, segmentando *tweets* para diferentes públicos e tentando retratar um self autêntico e uma personalidade interessante (MARWICK E BOYD, 2011, p. 122 tradução nossa)

As autoras acreditam que essa necessidade de estar em consonância com a própria audiência vem da ideia de Goffman (1988) de que a identidade é uma performance contínua. Sob a perspectiva do interacionismo simbólico, o autor afirma que o sujeito, em qualquer situação, tende a exibir comportamentos de acordo com o ambiente que ocupa. Isso pode ser realizado por meio da linguagem, da interação e da interpretação. (MARWICK E BOYD, 2011, p. 123). Esse processo gera um dispositivo de gerenciamento de interpretações em que o que importa é saber como o outro responde ao estímulo produzido por mim. Segundo as autoras, essa lógica é dificultada nas redes sociais dada a variedade conferida pela audiência e, principalmente, pela dificuldade em se formar a mesma variedade de representações. Assim, o Twitter acaba dividido entre os que se incomodam com o compartilhamento excessivo de questões pessoais e o anseio pela conquista de novos seguidores atentos à proximidade produzida por esse tipo de conteúdo.

Quando levamos todas essas questões em conta antes de analisar tanto a conta oficial do CPB durante os Jogos Paralímpicos Rio 2016 quanto as postagens que se utilizaram da *hashtag* #JogosParalímpicos, é possível pensar em algumas reflexões importantes. Consciente de que a realização do evento no país representou um marco importante para o esporte paralímpico no país, o CPB lançou mão de uma linguagem mais solta, dirigida à torcida e com uso de recursos como o meme⁴⁷, por exemplo. Ao assumir essa identidade mais próxima

⁴⁷ O meme pode ser descrito como uma ferramenta de humor utilizada na internet. Normalmente, ele é composto por montagens de fotos, vídeos e textos que visam produzir um sentido diverso do que a imagem realmente mostra. Inocencio (2016, p. 6) afirma que um atributo central dos memes da internet é a produção de versões

dos usuários do Twitter, a entidade assumiu o objetivo da visibilidade para a causa dos atletas paralímpicos por meio da linguagem. Outra estratégia foi aproveitar o momento de visibilidade para apresentar aos usuários da rede os atletas paralímpicos que configuravam esperança de medalha no maior evento mundial da categoria. Por outro lado, entendemos que, ao trazer para o Twitter o debate sobre os Jogos Paralímpicos como evento importante, o público que se utilizou da *hashtag* utilizou uma narrativa mais voltada a exaltar o evento do que, necessariamente, a exaltar o desempenho do atleta paralímpico.⁴⁸

diferentes a partir do objeto inicial. Tais versões são criadas por usuários de redes sociais por meio de “paródias, remixes ou *mashups*”.

⁴⁸ Daer, Hoffman e Goodman (2014, p. 2) dedicaram-se a pesquisar as funções retóricas da *hashtag*. Os autores tinham como preocupação central entender o que os usuários do Twitter faziam com as *hashtags* e não, necessariamente, o que eles queriam dizer por meio delas. Essa abordagem, segundo eles, responde a estudos literários tradicionais – ainda pouco voltados para as redes sociais – que se concentraram na forma como os textos são “socialmente construídos com propósitos específicos”. Nesta pesquisa também encontramos material suficiente para concordar com a concepção de que a *hashtag* #JogosParalímpicos serviu como ferramenta de construção de ideias nem sempre ligadas ao esporte paralímpico ou, quando relacionados ao evento, nem sempre com objetivo de dedicar valorização aos atletas paralímpicos – atores principais do espetáculo em tela.

5 METODOLOGIA

Partindo da verificação de que são escassos estudos que aliem a teoria do reconhecimento de Nancy Fraser (2003) e Axel Honneth (2003a) com o Twitter, partiremos da questão de pesquisa “que tipos de reconhecimento dedicados aos atletas paralímpicos são expressados no Twitter durante os Jogos Paralímpicos Rio 2016?” para analisar qualitativamente o conteúdo de 1.238 *tweets* ($n=1.238$) publicados pelo Comitê Paralímpico Brasileiro e, concomitantemente, 9.132 *tweets* ($n=9.132$) publicados pelos usuários do Twitter com *hashtag* #JogosParalímpicos⁴⁹, entre os dias 07 e 18 de setembro de 2016, período de realização dos Jogos Paralímpicos Rio 2016.

Todo o corpus foi obtido por meio do software Twitter Crawler (LIFSCHITZ, ITUASSU, SAVA E VAZ, 2015) com filtros delimitados em: 1) *tweets* publicados pela conta @cpboficial⁵⁰; 2) *tweets* com a *hashtag* #JogosParalímpicos; ambos entre 07 e 18 de setembro de 2016. *Tweets* de interação e *retweets* de outras páginas não serão considerados nesta pesquisa, já que o objetivo, aqui, é detectar a forma de reconhecimento oferecida aos atletas paralímpicos em publicações da entidade e do público que usou a *hashtag* e não o debate que envolve os atletas paralímpicos na rede social.

O corpus será analisado segundo o método de Análise de Conteúdo (BARDIN, 1979; BAUER, 2002; CAPPELLE, MELO E GONÇALVES, 2003). Conforme já explicitado, os *tweets* do CPB serão categorizados sob os seguintes organizadores de conteúdo:

- 1) Divulgação dos Jogos Paralímpicos: enquadram-se, nesta categoria, *tweets* que façam a transmissão de eventos ou jogos em andamento; *tweets* que contenham informações sobre a agenda dos eventos e competições do dia; *tweets* que passem o resultado de competições concluídas sem citar nominalmente nenhum atleta paralímpico ou a performance esportiva dele na equipe coletiva; *tweets* que informem a agenda dos atletas fora das competições (participação em entrevistas coletivas, programas

⁴⁹ A *hashtag* foi escolhida por ser a que marcou oficialmente o lançamento dos jogos pelo CPB e por ter sido usada em 99% de todos os *tweets* relacionados às Paralimpíadas, segundo dados do próprio comitê (CPB, 2016). O CPB estima que, apenas durante o evento, a *hashtag* #JogosParalímpicos tenha sido usada 2,7 milhões de vezes no Twitter em todo o mundo. Para efeito de comparação, no Twitter, o início dos Jogos Olímpicos gerou 4 milhões de *tweets* vindos de 395 mil usuários brasileiros (IBOPE, 2016). Desde o início dos Jogos Olímpicos até o fim da edição paralímpica, a página do CPB ganhou mais de 19 mil novos seguidores no Twitter. (CPB, 2016)

⁵⁰ Disponível em www.twitter.com/cpboficial.

televisivos, etc.); *tweets* que façam a atualização do quadro de medalhas; *tweets* que façam um resgate histórico dos esportes paralímpicos; *tweets* que falem sobre as arenas de competição sem citar torcedores.

- 2) Desempenho do atleta paralímpico: esta categoria reúne *tweets* que informam os resultados das provas concluídas citando nominalmente o atleta paralímpico ou dando ênfase à performance individual dele na conquista da equipe; *tweets* que descrevem o desempenho individual do atleta paralímpico ou sua atuação nas equipes coletivas em provas concluídas; *tweets* que exaltam o histórico de conquistas - passadas ou presentes - dos atletas paralímpicos (com adjetivos como “lenda”, “monstro”, “mito”, por exemplo); *tweets* que ressaltam a trajetória do atleta paralímpico em outras competições; transmitem a premiação dos atletas paralímpicos medalhistas; *tweets* que detalhem treinamentos ou a preparação dos atletas paralímpicos. Caso alguma dessas características sejam encontradas em *tweets* de transmissão (geralmente enquadrados na categoria 1), vale o enquadramento na categoria 2.
- 3) Demonstrações de emoção ou afeto: reunimos, nesta categoria, *tweets* que exploram as características ou assuntos pessoais do atleta sem mencionar sua performance esportiva; *tweets* que atribuem aos atletas exemplos de superação, inspiração ou “superpoderes”; conteúdo que ressalte emoção, ansiedade, afeto ou orgulho de algum evento ou competição nos Jogos Paralímpicos; *tweets* que citem a presença de familiares e amigos dos atletas nas arenas; *tweets* que transcrevam a citação direta do discurso dos atletas ou dirigentes do CPB; *tweets* que comemorem datas especiais para os atletas paralímpicos. Caso alguma dessas características sejam encontradas em *tweets* de transmissão (geralmente enquadrados na categoria 1), vale o enquadramento na categoria 3.
- 4) Convocação de torcida: *tweets* que citam o torcedor de forma direta ou indireta; ressaltam a presença do torcedor nas arenas de jogos; convocam o torcedor a apoiar os atletas ou comemorar os resultados conquistados por eles; descrevem a movimentação ou a reação de pessoas nas arenas de competições. Caso alguma dessas características

sejam encontradas em *tweets* de transmissão (geralmente enquadrados na categoria 1), vale o enquadramento na categoria 4.

- 5) Bastidores dos Jogos Paralímpicos: registro da presença de atletas de outros esportes, artistas e autoridades nas arenas de competição. Caso alguma dessas características sejam encontradas em *tweets* de transmissão (geralmente enquadrados na categoria 1), vale o enquadramento na categoria 5.
- 6) Informações gerais: informações sobre venda de ingressos, meios de comunicação responsáveis pela transmissão, mascote dos Jogos Paralímpicos; *tweets* com links exteriores que não terão seu conteúdo analisado nesta pesquisa. Caso alguma dessas características sejam encontradas em *tweets* de transmissão (geralmente enquadrados na categoria 1), vale o enquadramento na categoria 6.

A ressalva final em cada categoria se faz necessária porque entendemos que o Twitter funciona como meio de transmissão de notícias e conteúdos dos Jogos Paralímpicos e, assim, as outras características específicas ficariam prejudicadas por conta dessa especificidade. No caso de duas ou mais categorias serem identificadas em uma única postagem, prevalecerá, na categorização preliminar, a característica que aparecer por último no *tweet*.

Já os *tweets* com a *hashtag* #JogosParalímpicos serão categorizados segundo os seguintes organizadores de conteúdo:

- 1) Divulgação dos Jogos Paralímpicos: enquadram-se, nesta categoria, *tweets* que façam a transmissão de eventos ou jogos em andamento; *tweets* que analisem a transmissão – ou a falta dela – nas emissoras tradicionais; *tweets* que contenham informações sobre a agenda dos eventos e competições do dia; *tweets* que passem o resultado de competições concluídas sem citar nominalmente nenhum atleta paralímpico ou a performance esportiva dele na equipe coletiva; *tweets* que informem a agenda dos atletas fora das competições (participação em entrevistas, programas televisivos, etc.); *tweets* que façam a atualização do quadro de medalhas; *tweets* que façam um resgate

histórico ou as regras dos esportes paralímpicos; *tweets* que falem sobre as arenas de competição sem citar torcedores.

- 2) Desempenho do atleta paralímpico: esta categoria reúne *tweets* informam os resultados das provas, concluídas ou em andamento, citando nominalmente ou fazendo referência específica ao atleta paralímpico ou, ainda, dando ênfase à performance individual de um atleta específico na conquista da equipe; *tweets* que descrevem o desempenho individual do atleta paralímpico (diferencia-se da transmissão – característica encontrada em Divulgação dos Jogos Paralímpicos – por dar ênfase ao desempenho específico dos atletas ou da equipe durante a partida); *tweets* que comparam o desempenho do atleta paralímpico ao do atleta olímpico ou sem deficiência; *tweets* que exaltam o histórico de conquistas - passadas ou presentes - dos atletas paralímpicos; *tweets* que ressaltam a trajetória do atleta paralímpico em outras competições sem citá-lo como um ser humano excepcional; transmitem a premiação dos atletas paralímpicos medalhistas; *tweets* que detalhem treinamentos ou a preparação dos atletas paralímpicos. Caso alguma dessas características sejam encontradas em *tweets* de transmissão (geralmente enquadrados na categoria 1), vale o enquadramento na categoria 2.
- 3) Demonstrações de emoção ou afeto: reunimos, nesta categoria, *tweets* que exploram as características ou assuntos pessoais do atleta; *tweets* que mencionam a performance esportiva do atleta, mas que, junto a isso, atribuem a eles – ou aos Jogos Paralímpicos - exemplos de superação, inspiração ou “superpoderes” (com adjetivos como “herói”, “lenda”, “monstro”, “mito”, por exemplo); conteúdo que ressalte emoção, ansiedade, afeto ou orgulho de algum atleta, evento ou competição nos Jogos Paralímpicos; *tweets* que parabenizem a conquista dos atletas sem mencionar sua performance; *tweets* que citem a presença de familiares e amigos dos atletas nas arenas; *tweets* que transcrevam a citação direta do discurso dos atletas ou dirigentes do CPB; *tweets* que comemorem datas especiais para os atletas paralímpicos.
- 4) Manifestações da torcida: *tweets* usados pelos torcedores para marcar presença ou o desejo de estar em alguma competição dos Jogos Paralímpicos; *tweets* que

demonstrem apoio os atletas nas competições (diferencia-se da Demonstração de emoção ou afeto por fazer referência às competições e não às características pessoais do atleta); *tweets* que descrevem a presença ou participação do torcedor nas arenas de jogos; que convocam o torcedor a apoiar os atletas ou comemorar os resultados conquistados por eles; descrevem a movimentação ou a reação de pessoas nas arenas de competições; descrevem experiências dos torcedores nos Jogos.

- 5) Bastidores dos Jogos Paralímpicos: registro da presença de atletas de outros esportes, artistas e autoridades nas arenas de competição.
- 6) Publicidade: *tweets* com conteúdo publicitário de empresas ou órgãos do governo. Mensagens publicitárias replicadas pelos usuários com ou sem a *hashtag* da empresa.
- 7) Informações gerais: informações sobre ingressos, meios de comunicação responsáveis pela transmissão, mascote dos Jogos Paralímpicos; eventos relacionados à paralimpíada, mas não às disputas esportivas. Caso alguma dessas características sejam encontradas em *tweets* de transmissão (geralmente enquadrados na categoria 1), vale o enquadramento na categoria 7.
- 8) Jornalismo: reportagens jornalísticas ou divulgação de páginas de veículos com link exterior.
- 9) Redes exteriores: conteúdo publicado em outras redes sociais e replicados no Twitter com a *hashtag*.
- 10) Outros: divulgação de informações de assuntos não relacionados aos Jogos Paralímpicos que utilizam a *hashtag* para ter visibilidade; *tweets* que publicam apenas *hashtags* sem conteúdo adicional; *tweets* com links exteriores que não terão seu conteúdo analisado nesta pesquisa; *tweets* que não podem ser enquadrados em nenhuma categoria.

Vale lembrar que todos os *tweets* do Comitê Paralímpico Brasileiro que apareceram entre as postagens coletadas com a *hashtag* foram descartados para que não houvesse duplicidade na análise aqui empreendida.

Todas essas categorias preliminares de análise são importantes porque, segundo Bauer (2002), a análise de conteúdo implica, muitas vezes, em um tratamento estatístico das unidades de texto – ou seja, em como serão tratadas as postagens após a categorização. Para ele, o método baseado em extrair significado a partir dos padrões obtidos:

(...) não sugere uma leitura válida singular dos textos. Pelo contrário, a codificação irreversível de um texto o transforma, a fim de criar nova informação. A validade da análise de conteúdo deve ser julgada não contra uma “leitura verdadeira” do texto, mas em termos de sua fundamentação nos materiais pesquisados e sua congruência com a teoria do pesquisador, e à luz de seu objetivo de pesquisa (BAUER, 2002, p. 191).

Lidas individualmente, as postagens não revelam o suficiente para entender a variável dependente da pesquisa que são os tipos de reconhecimento dedicados aos atletas paralímpicos no Twitter. No entanto, entendemos que o volume de *tweets* analisados e categorizados segundo seu conteúdo podem gerar uma compreensão sistêmica do tipo de respostas dadas às demandas dos atores principais dos Jogos Paralímpicos nos limites da rede social. Cappelle, Melo e Gonçalves (2003, p. 4) revelam que “essa nova compreensão do material textual, que vem substituir a leitura dita ‘normal’ por parte do leigo, visa a revelar o que está escondido, latente ou subentendido na mensagem”.

A partir das postagens enquadradas nas categorias 1, 2 e 3 – de *Divulgação dos Jogos Paralímpicos, Desempenho dos atletas paralímpicos e Demonstrações de emoção ou afeto*, que foram as categorias com conteúdos mais relevantes do ponto de vista da pesquisa, tanto nos *tweets* do CPB quanto nas postagens com a *hashtag*, identificamos três tipos de reconhecimento principais: 1) Reconhecimento Institucional: dedica-se a exaltar os Jogos Paralímpicos enquanto evento mundial importante, sem, no entanto, mencionar especificamente a performance de seus atores principais, os atletas paralímpicos; 2) Reconhecimento Esportivo: dedica-se a exaltar a performance esportiva dos atletas paralímpicos e seu desempenho como atleta de elite e 3) Reconhecimento Afetivo/Ideológico: dedica-se a exaltar características emocionais e pessoais dos atletas paralímpicos ou menciona o desempenho desses atores por meio de palavras que podem ser estigmatizantes.

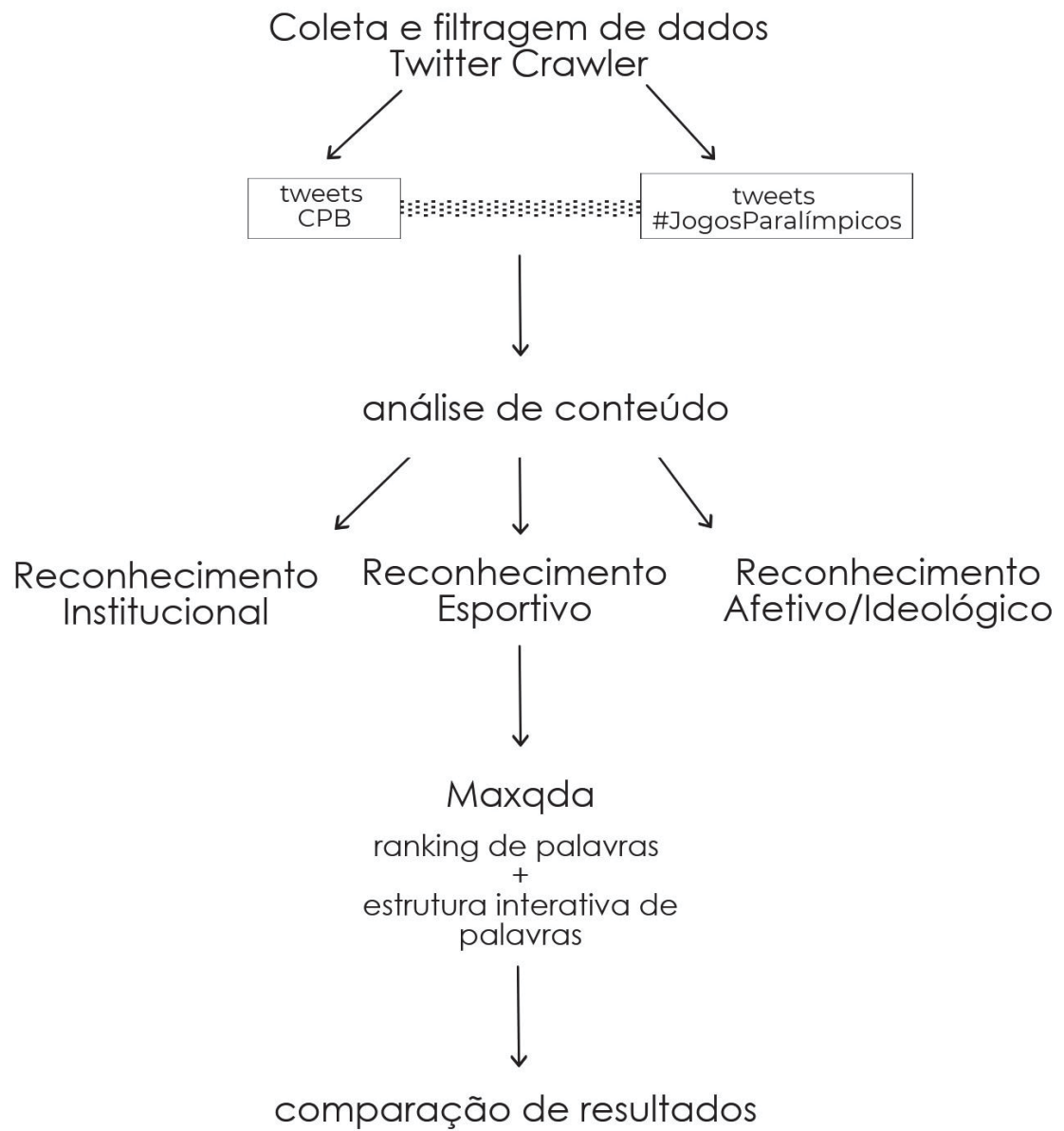
Cada uma dessas categorias de reconhecimento será analisada por meio do *software* Maxqda. A partir dos recursos do programa, que fará um *ranking* de palavras e um levantamento léxico que identifica as correlações textuais feitas no Twitter, pretendemos entender de que forma se dá a construção de cada tipo de reconhecimento identificado na fase

preliminar da pesquisa tanto nos posts do CPB quanto nos *tweets* publicados com a *hashtag* #JogosParalímpicos. Nosso objetivo, nesta segunda fase de estudos, é analisar comparativamente de que forma o Twitter se converte em uma arena de reconhecimento para os atletas paralímpicos na página do CPB e como o conteúdo vinculado à *hashtag* - criada para divulgar os Jogos Paralímpicos - faz sentido frente ao reconhecimento dedicado aos atletas pela entidade máxima que representa suas demandas no Brasil. Esses resultados serão analisados à luz da discussão teórica ancorada na teoria do reconhecimento já empreendida aqui.

É importante esclarecer que o corpus desta pesquisa não representa, obviamente, a totalidade de *tweets* publicados com a *hashtag* durante o evento. Isso porque a coleta total de *tweets* só é possível se feita por meio da API (Application Programming Interface) do Twitter – em tempo real ou em um período retroativo máximo de sete dias (SILVA, 2016). Burgess e Bruns (2015) explicam que mudanças nas ferramentas de coleta da rede acabam por priorizar a monetização dos dados, já que, passado o período de sete dias, a única possibilidade de obter os *tweets* de forma integral é comprando-os. Os autores defendem que a prática tem afetado muito a comunidade científica que tem a rede social como ferramenta de pesquisa.

A seguir, apresentamos o desenho metodológico desta pesquisa (quadro 3):

QUADRO 3 – DESENHO METODOLÓGICO DE PESQUISA



FONTE: a autora, 2018.

6 APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

Até aqui, percorremos um caminho teórico-metológico extenso, mas que se dedica a pavimentar a discussão que passaremos a empreender a seguir. Nas próximas seções, apresentaremos a análise de conteúdo dos *tweets* coletados na página do CPB e, logo depois, a das postagens publicadas com a *hashtag* #JogosParalímpicos. O método escolhido foi a Análise de Conteúdo (BAUER, 2002; CAPPELLE, MELO E GONÇALVES, 2003), que tem como um de seus elementos principais a produção de inferências, descrições e interpretações e que, por isso, não pode ser produzida com base em um modelo exato (BARDIN, 1979). Bardin (1979) e Minayo (2000) enumeram que o processo de sistematização do conteúdo tem três etapas principais:

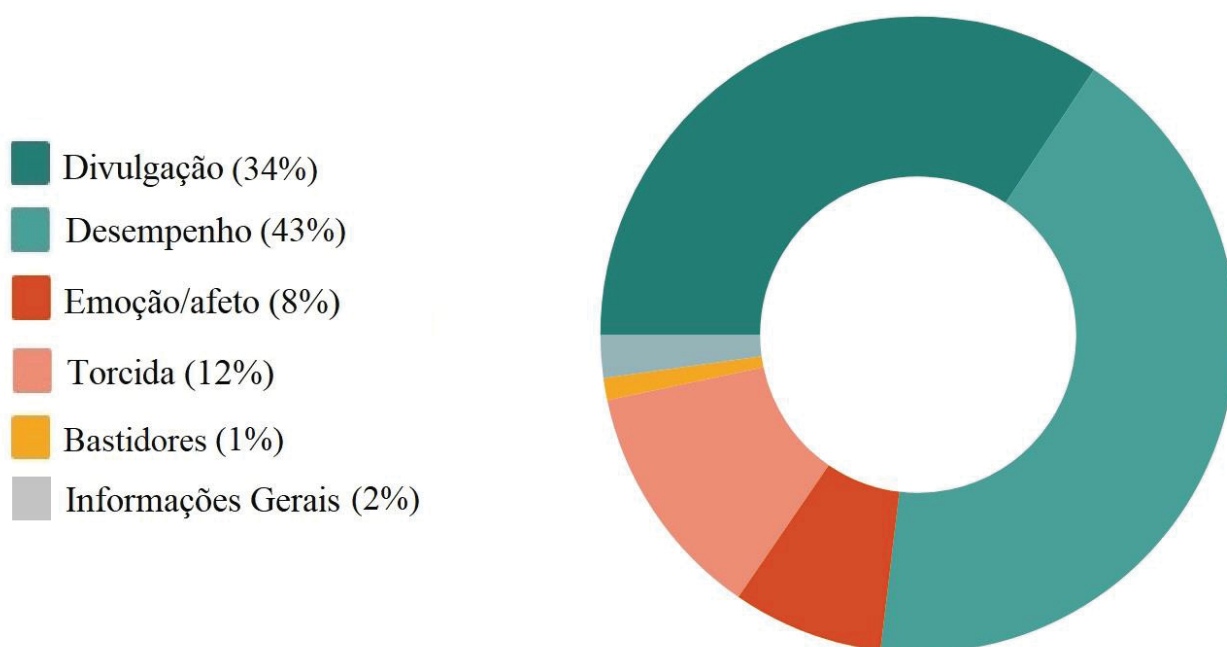
- 1) A pré-análise, que engloba a organização das ideias. É nessa fase que ocorre a escolha do material a ser analisado, a formulação das hipóteses e objetivos relativos ao *corpus* de pesquisa.
- 2) A exploração do material, fase em que os dados são codificados para que haja compreensão do *corpus*. Nessa etapa, o pesquisador formula o recorte, a classificação e a contagem do texto com base em um livro de códigos previamente formulado.
- 3) O tratamento dos dados, etapa em que se aplica a base teórica que rege a pesquisa para que seja possível a interpretação dos resultados.

Nosso objetivo nessa fase da pesquisa, em que exploramos uma grande quantidade de *tweets*, é conseguir visualizar as categorias prioritárias – definidas após a leitura minuciosa das postagens – nos posts do CPB e pelos usuários do Twitter durante os Jogos Paralímpicos. Logo depois, vamos aprofundar a análise por meio da identificação dos tipos de reconhecimento encontrados nos *tweets*. Nosso objetivo na fase complementar desta pesquisa será entender de que forma esses tipos de reconhecimento podem ser analisados tendo como pano de fundo a discussão teórica de Nancy Fraser e Axel Honneth sobre justiça.

6.1 ANÁLISE DOS TWEETS DO COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO

Após a filtragem por meio das categorias já expostas, os 1.238 ($n=1.238$) *tweets* do Comitê Paralímpico Brasileiro apresentaram os seguintes resultados: 1) Divulgação dos Jogos Paralímpicos: 466 *tweets*; 2) Desempenho dos atletas paralímpicos: 520 *tweets*; 3) Demonstrações de emoção ou afeto: 69 *tweets*; 4) Torcida: 140 *tweets*; 5) Bastidores: 14 *tweets* e 6) Informações gerais: 27 *tweets*, conforme detalhado no gráfico a seguir:

GRÁFICO 1 RELAÇÃO DE POSTS DO COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO AGRUPADOS POR CATEGORIAS DE ANÁLISE



FONTE: a autora, 2017.

TABELA 2 – FREQUÊNCIA DE TWEETS DO CPB POR CATEGORIA DE ANÁLISE

Categoria	Frequência
Divulgação dos Jogos Paralímpicos	425
Desempenho dos atletas paralímpicos	520
Demonstrações de emoção ou afeto	69
Manifestação de torcida	140
Bastidores	14

Informações gerais	27
TOTAL	1.238

FONTE: a autora, 2018.

A análise do conteúdo das postagens feitas pela conta do Comitê Paralímpico Brasileiro no Twitter permite perceber que a entidade prioriza a exaltação do *Desempenho dos atletas paralímpicos* (43%) em seus *tweets* publicados durante os Jogos Paralímpicos Rio 2016. Na maioria dos posts analisados, a entidade se dedica não só a fazer a transmissão das partidas em andamento ou informar os resultados dos atletas, mas também a destacar a performance de cada um nas competições (figura 1). A discussão teórica que fizemos demonstrou que uma das principais demandas dos atletas paralímpicos é justamente a que diz respeito ao reconhecimento de suas capacidades esportivas individuais como profissionais de elite. Ao dedicar a maior parte de suas postagens ao enaltecimento da performance esportiva dos atletas paralímpicos, sem, para isso, explorar as histórias particulares desses atores demonstra que o CPB está atento a essas demandas históricas por reconhecimento. Dessa forma, é possível inferir que a luta por reconhecimento dos atletas por paridade de participação (FRASER, 2003) encontra amparo nas postagens feitas pela entidade que os representa. Primeiro porque apresenta os atores principais dos Jogos Paralímpicos como os esportistas de elite que eles verdadeiramente se preparam para ser. Nossa análise nos mostra que o reconhecimento dedicado pelo CPB aos atletas paralímpicos encontra amparo na esfera da estima social (HONNETH, 2003a), como detalharemos melhor a seguir.

Outra característica que chama a atenção na categoria predominante *Desempenho dos atletas paralímpicos* é que, por definição, cada *tweet* enquadrado sob esse organizador cita os atletas pelo nome – não só os profissionais dos esportes individuais como os atletas que competem em modalidades coletivas – em uma tentativa de apresentá-los aos torcedores que se dedicam a acompanhar o evento por meio da página na rede social. Em outras palavras, o CPB se esforça para reforçar a identidade dos atletas paralímpicos diante do público seguidor (figura 1).

A luta por reconhecimento dos atletas paralímpicos é histórica, justificada e, inegavelmente, ganhou mais visibilidade com a realização dos Jogos Paralímpicos no Brasil. A luta por redistribuição, que visa a correção de desigualdes seculares no investimento e no acesso a melhores condições de preparação, também está colocada como essencial para o

alcance da paridade de participação desses atores. No entanto, ainda as duas demandas sejam claras na trajetória do atleta paralímpico, identificamos no CPB postagens que podem ser enquadradas apenas na esfera do reconhecimento. Não há, nas postagens, menção aos problemas de redistribuição – seja em posts que falem de investimentos, patrocinadores, instalações esportivas, etc. Inferimos que, por se tratar de um órgão diretamente ligado do Ministério do Esporte e dependente das verbas oferecidas por ele, o Comitê Paralímpicos Brasileiro não assume para si o compromisso de expor publicamente no Twitter as demandas por reconhecimento dos atores que representa.

FIGURA 1 – TWEET DO CPB ENQUADRADO NA CATEGORIA DESEMPENHO DOS ATLETAS PARALÍMPICOS



FONTE: TWITTER, 2016.

Em segundo lugar, o CPB assume como missão institucional a divulgação dos Jogos Paralímpicos. Na categoria *Divulgação dos Jogos Paralímpicos* (34%) encontramos *tweets* no formato de transmissão, que informam os seguidores sobre o andamento e a conclusão das partidas – sem, necessariamente, citar o desempenho individual dos atletas paralímpicos. A cada início de dia de competições, a entidade também se dedicou a repassar a agenda de competições do dia e a atualizar o quadro de medalhas. Essa postura mostra a tentativa do CPB em apresentar-se institucionalmente como um meio de comunicação para o torcedor que não podia acompanhar as transmissões face à transmissão sensivelmente menor nos veículos tradicionais (figura 2).

Em 12% dos *tweets*, o CPB estabeleceu um diálogo direto com o torcedor – ao convidá-lo a apoiar os esportistas em competição (figura 3) ou, então, ao dar destaque para a presença de espectadores nas arenas dos jogos. Cabe destacar que, mesmo nesse claro apelo à emoção do torcedor, o CPB se valeu apenas da face esportiva do atleta para postar seu convite

ao apoio e, como veremos a seguir, quase não houve apelo à emoção para convidar o torcedor a apoiar os atletas.

FIGURA 2 - TWEET DO CPB ENQUADRADO NA CATEGORIA DIVULGAÇÃO DOS JOGOS PARALÍMPICOS



FONTE: TWITTER, 2016.

FIGURA 3 - DO CPB ENQUADRADO NA CATEGORIA CONVOCAÇÃO DE TORCIDA



FONTE: TWITTER, 2016.

Em apenas 8% das postagens, o CPB usou o Twitter para demonstrar emoção ou afeto pelos atletas paralímpicos ou pelos Jogos Paralímpicos. Na categoria 3 – *Demonstração*

de *emoção* algumas postagens se dedicaram a apresentar o lado humano do atleta paralímpico – pelo registro da presença de um familiar durante a cerimônia de premiação, por exemplo, ou por meio da reação emocional diante de alguma partida excepcional (figura 4). Ao contrário da cobertura midiática que, conforme vimos, faz uso de uma narrativa estereotipada dos atletas paralímpicos, o CPB não se vale das histórias particulares desses atores em suas transmissões feitas durante os Jogos Rio 2016. Não percebemos a presença significativa de *tweets* que explorem a deficiência dos atletas, a superação atribuída a eles e a conquista de medalhas como sendo algo extraordinário para um esportista com deficiência. O número tão discreto mostra que o compromisso da página era mais institucional e que, apesar da linguagem mais solta – e próxima do torcedor – a exploração das histórias particulares dos atletas não foi o alvo central dos administradores durante a realização dos Jogos Paralímpicos.

FIGURA 4 - TWEET DO CPB ENQUADRADO NA CATEGORIA DEMONSTRAÇÕES DE EMOÇÃO OU AFETO



FONTE: TWITTER, 2016.

Ao lado de de *Informações gerais* (2%), a categoria que menos aparece entre os *tweets* do CPB é a de *Bastidores* (1%). Embora tenha se colocado institucionalmente como uma alternativa de transmissão dos jogos face ao desinteresse das emissoras com direitos de transmissão, o CPB não utilizou o Twitter para ser uma fonte de notícias e informações gerais sobre os Jogos Paralímpicos (figura 6), tampouco para falar sobre o que acontecia longe das arenas de competições. A prestação de serviço, como informações sobre transmissões e ingressos não foi o foco da página. Ao contrário: os poucos *tweets* enquadrados em *Bastidores* se dedicaram registrar a presença de autoridades, atletas e ex-atletas de outras modalidades no evento (figura 5).

FIGURA 5 - TWEET DO CPB ENQUADRADO NA CATEGORIA BASTIDORES



FONTE: TWITTER, 2016.

FIGURA 6 – TWEET DO CPB ENQUADRADO NA CATEGORIA INFORMAÇÕES GERAIS



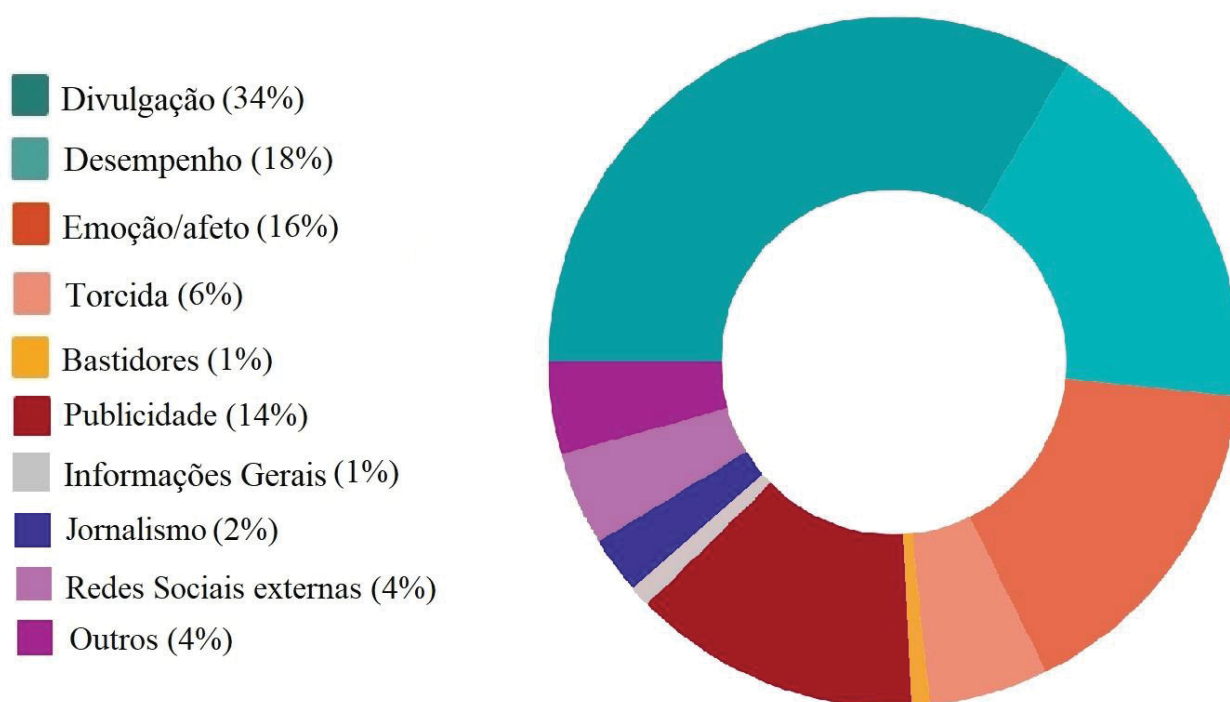
FONTE: TWITTER, 2016.

6.2 ANÁLISE DOS TWEETS COM A HASHTAG #JOGOSPARALÍMPICOS

A análise de conteúdo dos 9.132 *tweets* publicados pelos usuários do Twitter com a *hashtag* #JogosParalímpicos apresentou os seguintes resultados: 1) Divulgação dos Jogos

Paralímpicos: 3.051 *tweets*; 2) Desempenho dos atletas paralímpicos 1.657 *tweets*; 3) Demonstrações de emoção ou afeto: 1.478 *tweets*; 4) Torcida: 509 *tweets*; 5) Bastidores: 21 *tweets*; 6) Publicidade: 1.288 *tweets*; 7) Informações gerais: 96 *tweets*; 8) Jornalismo: 238 *tweets*; 9) Redes sociais externas: 401 *tweets* e 10) Outros: 393 *tweets*, conforme detalhado no gráfico a seguir (gráfico 2). Todos os *tweets* também foram coletados por meio do Twitter Crawler.

GRÁFICO 2 – RELAÇÃO DE POSTS COM A HASHTAG #JOGOSPARALÍMPICOS AGRUPADOS POR ORGANIZADORES DE CONTEÚDO



FONTE: a autora, 2017.

TABELA 3 – FREQUÊNCIA DE TWEETS COM A HASHTAG POR CATEGORIA DE ANÁLISE

Categoria	Frequência
Divulgação dos Jogos Paralímpicos	3.051
Desempenho dos atletas paralímpicos	1.657
Demonstrações de emoção ou afeto	1.478
Manifestação de torcida	509
Bastidores	21
Publicidade	1.288

Informações gerais	96
Jornalismo	238
Redes sociais externas	401
Outros	393
TOTAL	9.132

FONTE: a autora, 2018.

A análise demonstra que a maioria dos posts com a *hashtag* se enquadra na categoria *Divulgação dos Jogos Paralímpicos* (34%). Grande parte dos *tweets* analisados se dedica a fazer a transmissão dos eventos em andamento ou a atualização de resultados sem citar nominalmente o atleta paralímpico ou fazer menção à sua performance esportiva. Destaca-se, aqui, a quantidade significativa de postagens que questionaram – do início ao fim dos Jogos Paralímpicos – a falta de cobertura das emissoras detentoras dos direitos de transmissão. Nesse caso, até seria possível pensar em uma valorização indireta do atleta, já que, nessas postagens, os usuários questionaram a ausência de interesse da televisão em dedicar aos Jogos Paralímpicos o mesmo espaço disponibilizado para os eventos dos Jogos Olímpicos. Mas entendemos que essa valorização é institucional, ou seja, diz mais respeito ao evento em seu sentido geral do que, necessariamente, atenta para as demandas por estima social dos atletas paralímpicos, de forma individual e baseada em suas capacidades. Nesses *tweets*, em particular, é possível perceber que o usuário do Twitter expõe, como representante *advocacy* (MAFRA, 2014; CAL, 2015) dos atletas paralímpicos, uma demanda por paridade de participação (FRASER, 2003) frente à divulgação considerável durante os Jogos Olímpicos (figura 7).

De acordo com o Ibope (2016), 63,4 milhões de pessoas assistiram pela TV a pelo menos um minuto de transmissão dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, realizado em agosto de 2016. Os números representam 93% de todos os indivíduos representados nas 15 regiões metropolitanas aferidas (IBOPE, 2016). A audiência estimada pelo Comitê Rio 2016, que organizou o evento, era de 5 bilhões de pessoas em todo o mundo. Com um investimento bilionário, a Rede Globo utilizou quase metade de toda a grade diária – cerca de dez horas – para transmitir os jogos no que foi considerada pela emissora carioca a maior cobertura de sua história⁵¹. No entanto, a cobertura dedicada aos Jogos Paralímpicos não esteve nem próxima

⁵¹ Para mais detalhes, ver:

de ser a vista pelo público durante as Olimpíadas. Enquanto nos Jogos Olímpicos, oito emissoras brasileiras⁵², entre canais abertos e fechados, transmitiram as competições, durante as Paralimpíadas apenas duas emissoras levaram o evento ao público pela TV: a TV Brasil, enquanto canal aberto, e a Globosat, responsável pelos canais fechados SporTV⁵³. Como vimos, a opção da Globo em não transmitir a abertura do evento gerou inúmeras críticas dos usuários das redes sociais, em especial do Twitter⁵⁴. Vários deles desaprovaram a falta de reconhecimento com que a emissora tratou os atletas paralímpicos que se apresentavam no início da maior competição esportiva para pessoas com deficiência do planeta.

FIGURA 7 - TWEET COM A HASHTAG NA CATEGORIA DIVULGAÇÃO DOS JOGOS PARALÍMPICOS



FONTE: TWITTER, 2016.

Mesmo com a demonstração de indignação dos usuários com a falta de visibilidade midiática dos jogos, os *tweets* enquadrados sob a categoria *Desempenho dos atletas*

<<http://www1.folha.uol.com.br/esporte/olimpiada-no-rio/2016/04/1764315-olimpiada-tera-cobertura-colossal-de-canais-de-tv-aberta-e-fechada.shtml>>. Acesso em: 13 de janeiro de 2017.

⁵² Para mais detalhes, ver: <<http://br.blastingnews.com/esporte/2016/08/rio-2016-saiba-quais-emissoras-brasileiras-vao-transmitir-a-olimpiada-001047047.html>>. Acesso em 14 de janeiro de 2017.

⁵³ Para mais detalhes, ver: http://www.brasilpost.com.br/2016/09/07/cobertura-paralimpiada-tv_n_11890312.html. Acesso em 14 de janeiro de 2017.

⁵⁴ Para mais detalhes, ver: <https://catracalivre.com.br/geral/cidadania/indicacao/internet-critica-emissoras-por-nao-transmitirem-paralimpiada/>. Acesso em: 14 de janeiro de 2017.

paralímpicos representaram pouco mais que 18% de todo o universo de postagens analisadas. Ainda que tenha representado uma arena importante de visibilidade, o Twitter não abrigou usuários dedicados a expor estima às capacidades esportivas do atleta paralímpico. Tampouco foram registrados, nesta categoria, postagens que expusessem as demandas por redistribuição dos esportistas. Ao contrário do CPB, que priorizou a apresentação continuada dos atletas e suas conquistas diárias nos Jogos Paralímpicos, grande parte dos usuários desconhecia o nome dos atletas e, ainda que demonstrassem torcida, o faziam várias vezes de forma genérica, sem menção ao desempenho esportivo dos atores principais do evento. No entanto, cabe destacar que esta categoria trouxe um padrão interessante: a tendência dos torcedores em comparar os atletas paralímpicos aos atletas olímpicos ou sem deficiência. Os usuários compararam os atletas do atletismo brasileiro que conquistaram medalha nos Jogos ao jamaicano Usain Bolt, ultracampeão olímpico do atletismo e considerado o homem mais rápido da Terra⁵⁵. Daniel Dias, maior medalhista paralímpico da história, também foi constantemente comparado à Michael Phelps, maior nome do esporte olímpico na natação dos Estados Unidos (figura 8).

Na categoria *Demonstrações de emoção ou afeto* encontramos 18% de postagens que utilizam a *hashtag* para falar de características pessoais do atleta paralímpico sem citar sua performance esportiva ou, então, para se referir a eles como sendo “super-humanos” (FIGUEIREDO, 2014) com poderes especiais de superação da deficiência. Parte dessa demonstração de afeto também foi conferida a eventos específicos dos Jogos Paralímpicos, como as cerimônias de abertura e encerramento, além da premiação de atletas (figura 9). A emoção também se deu no sentido de destacar uma partida difícil para a delegação brasileira ou um resultado surpreendente. Outra característica que chama a atenção nesta categoria de análise é o uso de adjetivos como “lenda”, “monstro”, “mito”, entre outros, para se referir ao atleta paralímpico, em uma visão romantizada desses atores ainda que pautada em suas conquistas no campo do esporte. Na discussão dos resultados, vamos nos utilizar desta característica para questionar se esse tipo de reconhecimento é justificável do ponto de vista moral ou se pode reforçar a narrativa estigmatizada a que já são submetidos os atletas

⁵⁵ Para mais detalhes, ver: <https://olharolimpico.blogosfera.uol.com.br/2017/08/05/bolt-se-despede-como-o-mais-longevo-homem-mais-rapido-do-mundo/>. Acesso em 09 de março de 2018.

paralímpicos por meio do reconhecimento ideológico (HONNETH, 2007; MAIA E CAL, 2014; MENDONÇA E FIGUEIRÊDO PORTO, 2017).

Em 6% das postagens com a *hashtag*, os usuários do Twitter se dedicaram a manifestar *Torcida* para os atletas paralímpicos em ação. Grande parte dos *tweets* desta categoria foram referentes à marcação de presença de torcedores nas arenas esportivas dos Jogos Paralímpicos – ou à manifestação do desejo de estar no evento. Além disso, os torcedores também usaram a *hashtag* para desejar sorte aos atletas paralímpicos, principalmente ao nadador Daniel Dias (figura 10).

FIGURA 8 – TWEETS COM A HASHTAG NA CATEGORIA DESEMPENHO DOS ATLETAS PARALÍMPICOS



FONTE: TWITTER, 2016.

FIGURA 9 - TWEETS COM A HASHTAG NA CATEGORIA DEMONSTRAÇÕES DE EMOÇÃO OU AFETO



FONTE: TWITTER, 2016.

FIGURA 10 – TWEET COM A HASHTAG NA CATEGORIA MANIFESTAÇÃO DE TORCIDA



FONTE: TWITTER, 2016.

A categoria *Bastidores* apareceu em menos de 1% de todas as postagens analisadas nesta pesquisa, na maioria para mostrar a presença de artistas e atletas de outras modalidades presentes nas arenas esportivas do Parque Olímpico (figura 11).

Já a categoria *Publicidade* foi registrada em 14% dos *tweets*. Foram enquadradas nesta categoria postagens feitas por perfis criados com objetivo publicitário como, por exemplo, o do @OursoOficial, da Coca Cola. Empresas como Panasonic, Bradesco, Claro e Petrobras também utilizaram a *hashtag* como meio de visibilidade para difundir mensagens publicitárias com dizeres de apoio aos atletas paralímpicos e testes que foram replicados pelos usuários do Twitter (figura 12).

FIGURA 11 – TWEET COM A HASHTAG NA CATEGORIA BASTIDORES



FONTE: TWITTER, 2016.

FIGURA 12 – TWEET COM A HASHTAG NA CATEGORIA PUBLICIDADE



FONTE: TWITTER, 2016

Ao contrário do uso, também tímido, feito pelo CPB para divulgar informações sobre ingressos e transmissões, na categoria *Informações gerais* identificada em 1% de postagens com a *hashtag* encontramos um conteúdo que, basicamente, fez referência à presença dos

mascotes dos Jogos Paralímpicos nas arenas de competição ou elogiam a versão deles em pelúcia oferecida aos atletas paralímpicos durante as premiações (figura 13).

FIGURA 13 – TWEETS COM A HASHTAG NA CATEGORIA INFORMAÇÕES GERAIS



FONTE: TWITTER, 2016

As reportagens jornalísticas compartilhadas no Twitter também utilizaram a *hashtag* para se incluir na arena de visibilidade formada em torno dos Jogos Paralímpicos. A página de veículos como a BBC Brasil lançaram mão da ferramenta para colocar matérias referentes aos Jogos no mapa de conteúdo englobado pela *hashtag*. A categoria *Jornalismo* apareceu em 2% de todas as postagens analisadas nesta pesquisa (figura 14).

Na seção em que empreendemos uma discussão a respeito de como o Twitter se transformou em uma ferramenta imediata de visibilidade, falamos do papel da *hashtag* para delimitar um espaço comum de encontro entre os usuários da rede social (SANTANA E COUTO, 2017). A partir do uso do recurso, é possível a qualquer usuário do planeta entender em tempo real o que é falado sobre determinado assunto precedido pelo símbolo “#”. Hoje, porém, sabemos que o limite do uso das *hashtag* não se restringe ao Twitter. Outras redes sociais como o Instagram ou o Facebook também lançam mão da *hashtag* com o mesmo objetivo de unificar as pesquisas a respeito de dado assunto. Assim, percebemos em nosso *corpus* de pesquisa a presença de 4% de postagens enquadradas na categoria *Redes sociais externas*. São mensagens publicadas em outras redes, mas que foram replicadas também no Twitter, graças a um recurso permitido pela ferramenta (Figura 15).

FIGURA 14 – TWEET COM A HASHTAG NA CATEGORIA JORNALISMO



FONTE: TWITTER, 2016

FIGURA 15 – TWEET COM A HASHTAG NA CATEGORIA REDES SOCIAIS EXTERIORES



FONTE: TWITTER, 2016

Por fim, destacamos a presença de 4% de *tweets* enquadrados na categoria *Outros*. Por conta de suas características, parte dessas postagens não pode ser enquadrada em qualquer uma das outras nove disponíveis. Encontramos nesta categoria pessoas que utilizaram apenas *hashtags* no conteúdo de suas postagens, usuários que postaram assuntos que não puderam ser codificados e usuários que se utilizaram da *hashtag* para promover visibilidade para o próprio conteúdo, ainda que ele não tivesse relação com os Jogos Paralímpicos (figura 16).

FIGURA 16 – TWEET COM A HASHTAG NA CATEGORIA OUTROS



FONTE: TWITTER, 2016

6.3 O TWITTER COMO ARENA DE RECONHECIMENTO PARA OS ATLETAS PARALÍMPICOS

A análise de conteúdo dos *tweets* publicados pelo CPB e com a *hashtag* #JogosParalímpicos nos permitiu perceber que são variados os tipos de valorização dedicados aos atletas paralímpicos e aos Jogos Paralímpicos, em geral. Notamos que a entidade que representa esses atores empreendeu uma luta baseada na estima social (HONNETH, 2003a), dado que priorizou, em suas postagens, uma abordagem baseada no desempenho dos atletas paralímpicos – ainda que, como já frisamos, essa postura tenha sido permeada, também, pelo interesse de ser um meio alternativo de transmissão dos Jogos Paralímpicos diante do desinteresse da mídia tradicional no evento. Já nas postagens com a *hashtag* oficial dos Jogos Paralímpicos, percebemos a presença marcante de *tweets* que questionaram justamente essa falta de interesse das emissoras detentoras dos direitos de transmissão do evento. Consideramos essa exposição da insatisfação dos usuários da rede social como uma proposição de demandas baseadas na paridade de participação (FRASER, 2003) e ancoradas na esfera do direito (HONNETH, 2003a) por exporem uma demanda por reconhecimento das características universalizantes dos Jogos Paralímpicos enquanto evento mundial.

A partir das três categorias comuns aos posts do CPB e com a *hashtag* #JogosParalímpicos com maior número proporcional⁵⁶ de postagens, *Divulgação dos Jogos*

⁵⁶ O cálculo desta proporcionalidade foi feito somando-se as porcentagens referentes à incidência de cada categoria nos posts do CPB e, concomitantemente, nas postagens com a *hashtag*. A aplicação da fórmula matemática adequada demonstrou que as categorias comuns mais recorrentes entre os *tweets* analisados foram, na ordem: *Divulgação dos Jogos Paralímpicos*, *Desempenho dos atletas paralímpicos*, *Demonstrações de*

Paralímpicos, Desempenho do atleta paralímpico e Demonstrações de emoção ou afeto identificamos três tipos de reconhecimento expostos no Twitter: 1) Reconhecimento Institucional; 2) Reconhecimento Esportivo e 3) Reconhecimento Afetivo/Ideológico. Nas seções a seguir, vamos detalhar as características de cada modalidade de reconhecimento e, em seguida, mostrar com o auxílio do *software* Maxqda⁵⁷ de que forma o CPB e os usuários da *hashtag* #JogosParalímpicos demonstraram cada modalidade de reconhecimento na rede social em questão. Finalmente, empreenderemos uma análise comparativa entre os resultados encontrados na página do CPB e nos *tweets* com a *hashtag*.

6.3.1 Reconhecimento Institucional

A categoria *Divulgação dos Jogos Paralímpicos* tem como característica principal os *tweets* que transmitiram, difundiram e exploraram pormenores sobre a realização dos Jogos Paralímpicos no Brasil. Entendemos que a divulgação da agenda, do quadro de medalhas e das entrevistas coletivas concedidas pelos atletas paralímpicos expunham, tanto nos *tweets* do CPB quanto nos que continham a *hashtag* um objetivo de expressar Reconhecimento Institucional aos Jogos Paralímpicos.

Tal modalidade de reconhecimento se enquadra em uma luta que ocorre dentro da esfera do direito (HONNETH, 2003a). Primeiro, porque é nesta categoria que se ancoram postagens que expõem demandas pelo reconhecimento de igualdades: de interesse dos meios de comunicação e de atenção dos torcedores. Considerando que as relações de direito se pautam pelos princípios morais universalistas (MENDONÇA, 2007), Honneth (2003a) explica que essa esfera de reconhecimento não admite privilégios. Dessa forma, o caráter público dos direitos autoriza o sujeito a perceber seus parceiros de interação e, diante deles, construir uma relação de auto-respeito. Diante da privação dos direitos e da exclusão, a luta por reconhecimento do indivíduo dentro da esfera do direito se dá no sentido de recuperar sua

emoção ou afeto, Manifestação de torcida, Informações gerais e Bastidores. Para a fase subsequente da pesquisa, foram escolhidas apenas as três primeiras que mais aparecem entre os posts.

⁵⁷ De acordo com Kuchartz e Kuchartz (2002), o Maxqda tem origem em obras metodológicas de Max Weber e Alfred Schütz, que procuraram compreender o mundo cotidiano e empreender jornadas científicas por meio da construção de tipologias de resultados controlados. Assim, as abstrações e tipologias definidas pelo programa ajudam a sistematizar os dados no sentido de categorizar, também, a realidade social. A partir dessa sistematização dos conteúdos, os autores defendem que o processo de interpretação se torna orientado e que cada caso em estudo vira uma base referencial do método.

plena integração social e, a partir da conquista desta, obter de volta a “consciência de poder se respeitar a si próprio, porque ele merece o respeito de todos os outros” (HONNETH, 2003a, p. 195). Já discutimos que o desrespeito analisado em Honneth tem como consequência o dano à identidade de quem o sofre. Diante do desrespeito, o indivíduo também vê obstruída sua busca por autorrealização. Na esfera do direito, explica Honneth (2003a), a exclusão se materializa, também, por meio da limitação à autonomia pessoal e do sentimento de que o indivíduo não tem igual valor diante de seus parceiros de interação social. Dessa forma, ele é “lesado na expectativa intersubjetiva de ser reconhecido como sujeito capaz de formar juízo moral” (HONNETH, 2003a, p. 216).

Sabemos que a luta por reconhecimento dos direitos da pessoa com deficiência é secular, bem como é histórica a busca pela igualdade de direitos dos atletas paralímpicos. Sabemos, ainda, que ambas as lutas passam pela superação dos efeitos da exclusão e da privação de direitos. Para os atletas paralímpicos, essa luta ocorre dentro de espaços delimitados de interação social e encontra nos Jogos Paralímpicos uma ferramenta importante para a conquista normativa da justiça social. Mesmo assim, a competição que celebra a realização plena das capacidades individuais dos atletas paralímpicos também exhibe, no Twitter, uma demanda pelo reconhecimento de suas condições universalizantes. Partindo dessa perspectiva, o Reconhecimento Institucional exposto tanto pelo CPB quanto pelos usuários da *hashtag* representa justamente o clamor de uma demanda por reconhecimento da integridade social dos Jogos Paralímpicos e não especificamente dos atletas paralímpicos.

Ao divulgar as partidas, fazer a transmissão de competições e destacar detalhes sobre o andamento das partidas, o CPB se colocou na arena de reconhecimento do Twitter expondo uma demanda de visibilidade em termos de igualdade de importância do evento se comparado aos Jogos Olímpicos. Já entre os usuários da *hashtag*, essa demanda foi exposta por meio de *tweets* que questionavam a falta de interesse na transmissão televisiva nos Jogos Paralímpicos. As postagens partiram, portanto, do princípio normativo de paridade de participação (FRASER, 2003) para lamentar a falta de visibilidade e reconhecimento ao evento como um todo – considerando, por certo, as capacidades dos atletas paralímpicos, mas sem mencioná-las diretamente. Para os Jogos Paralímpicos, esse obstáculo na possibilidade de participar como par da interação social simbolizada pela presença nas emissoras detentoras de direitos de transmissão se materializa, segundo os posts, por meio da ausência de

reconhecimento. Ao não receber o mesmo reconhecimento que os Jogos Olímpicos, o maior evento de esporte adaptado do mundo se vê diante de padrões institucionalizados de valor cultural que o impedem de ter acesso à mesma cobertura dedicada aos Jogos Olímpicos. Para a correção dessa desigualdade, seriam necessárias, segundo Fraser (2003), condições intersubjetivas de paridade. Obviamente que se nos aprofundarmos na questão sobre o desinteresse da mídia em transmitir os Jogos Paralímpicos, poderíamos, aqui, chegar à conclusão de que parte dessa ausência de cobertura partiu de princípios puramente mercadológicos, baseados na influência da publicidade. Aí, por certo, seria necessário, também, invocar as condições objetivas de paridade, representadas dentro da esfera da redistribuição (FRASER, 2003).

Partindo dessas reflexões, demonstramos que os usuários do Twitter se utilizaram da *hashtag* para expor o Reconhecimento Institucional ao evento – fosse por meio de posts que também transmitiram e levaram informações sobre o andamento de partidas, sem mencionar o desempenho esportivo dos atletas paralímpicos, como também por meio de *tweets* de protesto pela falta de visibilidade dos Jogos Paralímpicos. Essa modalidade de reconhecimento representa, em certa medida, o ideal de redistribuição – elemento importante, como vimos, na luta por paridade participativa.

Passaremos a mostrar, a seguir, com o auxílio do *software* Maxqda, quais foram as principais palavras e relações textuais utilizadas pela página do CPB e pelos usuários da *hashtag* para demonstrar o Reconhecimento Institucional.

6.3.1.1 Reconhecimento Institucional nos tweets do CPB

Considerando que os posts que se dedicam à *Divulgação dos Jogos Paralímpicos* representam um Reconhecimento Institucional ao evento, passaremos a analisar de que forma a entidade que representa os atletas paralímpicos expôs essa demanda no Twitter. Com o auxílio do *software* Maxqda, elencamos a seguir o ranking das 50 palavras mais utilizadas nesta modalidade de reconhecimento (tabela 4):

TABELA 4 – FREQUÊNCIA DE PALAVRAS DA CATEGORIA RECONHECIMENTO INSTITUCIONAL
NOS POSTS DO CPB

	Palavra	Frequência	%
1	brasil	150	3,89
2	atletismo	76	1,97
3	final	62	1,61
4	goalball	49	1,27
5	ir	43	1,11
6	disputar	41	1,06
7	contra	38	0,98
8	jogar	38	0,98
9	bronze	35	0,91
10	futebol5	35	0,91
11	começar	33	0,86
12	medalha	33	0,86
13	natação	33	0,86
14	prova	33	0,86
15	brasileiro	29	0,75
16	pela	27	0,70
17	agora	26	0,67
18	vencer	25	0,65
19	primeiro	24	0,62
20	seleção	24	0,62
21	100m	23	0,60
22	futebol7	23	0,60
23	hoje	21	0,54
24	mais	21	0,54
25	ouro	21	0,54
26	ciclismodeestrada	20	0,52
27	vôleisentado	19	0,49
28	china	18	0,47
29	eliminatório	18	0,47
30	nosso	18	0,47
31	semifinal	18	0,47
32	ser	18	0,47
33	tênisdemesa	18	0,47
34	entrar	17	0,44
35	masculino	17	0,44
36	menino	16	0,41

37	perder	16	0,41
38	pouco	16	0,41
39	tempo	16	0,41
40	atleta	15	0,39
41	chegar	15	0,39
42	classe	15	0,39
43	estrear	15	0,39
44	marcar	15	0,39
45	valer	15	0,39
46	400m	14	0,36
47	bocha	14	0,36
48	categoria	14	0,36
49	daqui	14	0,36
50	halterofilismo	14	0,36

FONTE: MAXQDA, 2018.

A análise das principais palavras utilizadas pelo CPB na categoria de Reconhecimento Institucional nos permite visualizar que, no geral, a exposição dessa demanda foi puxada pela exaltação à delegação brasileira nos Jogos Paralímpicos, evidenciada pela palavra *Brasil*. Já o esporte mais utilizado pela entidade em suas postagens enquadradas nesse tipo de reconhecimento foi o *atletismo*, seguido pelas transmissões de partidas decisivas, materializadas pela presença marcante da palavra *final*. No geral, percebemos que grande parte das postagens enquadradas em Reconhecimento Institucional faz menção às diferentes modalidades esportivas, aos resultados das competições e à agenda de competições, dada a presença das palavras *disputar*, *começar*, *jogar* e *agora*. Já vimos que é justamente essa característica de transmissão e alternativa à ausência de cobertura que materializa a exposição da luta do CPB por um Reconhecimento Institucional voltado aos Jogos Paralímpicos como evento.

Outro elemento que nos ajuda a visualizar de que forma foi feita a narrativa deste tipo de reconhecimento é a estrutura interativa de palavras, também operacionalizada pelo Maxqda (figura 17). Por meio dessa estrutura, ancorada na palavra mais comum nesta categoria, que é *Brasil*, vimos que há, por parte do CPB, cinco troncos principais para a construção de três diferentes narrativas: por meio dos nós iniciados pelas palavras *vence* e *perde*, vemos que a entidade se dedicou a informar os resultados das partidas concluídas. Já o

nó iniciado com as palavras *vai e vencendo* e o ponto “!” mostra, majoritariamente o segmento de posts dedicados à transmissão minuto a minuto dos Jogos Paralímpicos – em uma alternativa de cobertura aos seguidores da página no Twitter. Por fim, o nó iniciado pela palavra *no* demonstra a dedicação do CPB em divulgação da agenda de competições.

Partindo destas análises, percebemos que o Reconhecimento Institucional dedicado pelo CPB aos Jogos Paralímpicos se ancorou basicamente na construção de posts que tiveram a realização do evento em seu centro, tendo como pano de fundo a prestação de serviço materializada pela publicação feita em três frentes: a de resultados, a de agenda de jogos e a de transmissão de partidas em andamento.

FIGURA 17 - ESTRUTURA INTERATIVA DE PALAVRAS DA CATEGORIA RECONHECIMENTO INSTITUCIONAL NOS POSTS DO CPB



FONTE: MAXODA, 2018.

6.3.1.2 Reconhecimento Institucional nos tweets com a hashtag #JogosParalímpicos

Considerando que os posts que se dedicam à *Divulgação dos Jogos Paralímpicos* representam um Reconhecimento Institucional ao evento, elencamos a seguir o ranking das 50 palavras mais utilizadas nos posts com a *hashtag* #JogosParalímpicos nesta modalidade de reconhecimento (tabela 5):

TABELA 5 – FREQUÊNCIA DE PALAVRAS DA CATEGORIA RECONHECIMENTO INSTITUCIONAL NOS POSTS COM A HASHTAG

	Palavra	Frequência	%
1	brasil	908	4,94
2	ouro	511	2,78
3	medalhas	483	2,63
4	bronze	425	2,31
5	prata	400	2,18
6	natação	327	1,78
7	mais	209	1,14
8	atletismo	208	1,13
9	agora	173	0,94
10	final	157	0,85
11	perder	146	0,79
12	futebol5	142	0,77
13	futebol7	140	0,76
14	goalball	124	0,67
15	contar	119	0,65
16	jogar	113	0,61
17	ser	110	0,60
18	pela	107	0,58
19	brasileiro	95	0,52
20	disputar	94	0,51
21	china	93	0,51
22	masculino	88	0,48
23	muito	87	0,47
24	tempo	82	0,45
25	nação	79	0,43
26	vezamento	77	0,42
27	ter	77	0,42

28	vanessa	76	0,41
29	zumbi	76	0,41
30	sportv	73	0,40
31	ganhar	72	0,39
32	matar	71	0,39
33	feminino	69	0,38
34	todo	67	0,36
35	bocha	66	0,36
36	gente	66	0,36
37	vaia	66	0,36
38	nosso	65	0,35
39	dia	64	0,35
40	primeiro	64	0,35
41	paralympics	62	0,34
42	aqui	60	0,33
43	assistir	60	0,33
44	temer	60	0,33
45	começar	58	0,32
46	encerramento	57	0,31
47	transmitir	57	0,31
48	ficar	56	0,30
49	hoje	55	0,30
50	tvbrasil	55	0,30

FONTE: MAXQDA, 2018

A análise das principais palavras utilizadas nas postagens com a *hashtag* #JogosParalímpicos dentro da categoria de Reconhecimento Institucional nos permite visualizar que, assim como o CPB, essa demanda foi exposta por meio da narrativa que levou em conta a delegação brasileira – a liderança no *ranking* das postagens com a *hashtag* também foi a palavra *Brasil*. Nota-se, porém, que as palavras mais utilizadas exaltam a premiação dos atletas – fato evidenciado pela presença majoritária de *ouro*, *prata*, *bronze* e *medalhas* nos posts. A *natação*, o *atletismo*, o *goalball*, além do *futebol* foram os esportes que lideraram as postagens de Reconhecimento Institucional. Destaque, ainda, para a presença de *Sportv* e *transmitir*. Conforme já mencionamos, a emissora detentora dos direitos de transmissão dos Jogos Paralímpicos ao lado da Globo foi alvo intenso de críticas dos usuários

do Twitter por dedicar menos cobertura ao evento comparada aos Jogos Olímpicos. Ao contrário a *TV Brasil*, que também aparece entre as palavras mais mencionadas, foi recorrentemente elogiada pela transmissão massiva e com a presença de um intérprete de libras na maioria das competições. As palavras *zumbi*, *temer*, *vaías*, *vanessa* e *encerramento* mostram a incidência de posts relativos às cerimônias de abertura e encerramento dos Jogos Paralímpicos. Na ocasião, o presidente da República Michel Temer foi vaiado ao ser citado pelo então presidente do Comitê Olímpico Brasileiro (COB) Carlos Arthur Nuzman. O encerramento dos Jogos Paralímpicos contou com show de Vanessa da Mata e Nação Zumbi, também mencionados nos *tweets*.

A estrutura interativa de palavras dos posts de Reconhecimento Institucional nos permite ver que as publicações que derivaram da palavra mais utilizada nesta categoria, que foi *Brasil*. A estrutura mostra, entre os posts da *hashtag* o uso do ponto “!” ligado a outros 33 subtrancos principais, compostos por nós mais difusos, o que indica a presença de vários temas distintos na categoria (figura 18). Na ligação da *hashtag* #JogosParalímpicos com a palavra *Brasil*, percebemos a presença de postagens de transmissão e resultados. Os resultados também estão presentes nos nós #Ouro e “é”, que reuniu posts de comemoração de conquistas da delegação brasileira. Em “Futebol7”, “Que” e #Rio2016”, estão *tweets* de transmissão dos jogos e das cerimônias de abertura e encerramento. O restante dos nós difusos não apresenta uma correlação textual marcada, o que demonstra que, como esperado, a narrativa do usuário do Twitter que dedicou Reconhecimento Institucional aos Jogos Paralímpicos por meio da *hashtag* analisada fez uso de uma gama maior de referências textuais.

O Reconhecimento Institucional é o que lidera as postagens com a *hashtag* #JogosParalímpicos. A maçã quantidade de *tweets* publicados com o intuito de divulgar o início e o fim dos Jogos Paralímpicos, bem como as postagens dedicadas a transmitir resultados das competições finalizadas e o andamento de outras tantas nos permite inferir que essa modalidade de reconhecimento exposta por meio da *hashtag* se valeu dos mesmos instrumentos utilizados pela página do CPB para ganhar espaço na arena de reconhecimento do Twitter durante os Jogos Paralímpicos. As frentes exploradas também foram referentes à transmissão, à agenda de partidas e à transmissão de resultados. Foi por meio delas que os

usuários do Twitter que utilizaram a *hashtag* fizeram do Twitter um espaço marcado pela exposição de demandas referentes aos Jogos Paralímpicos e, indiretamente, aos atletas paralímpicos.

6.3.2 Reconhecimento Esportivo

Vimos, até agora, como a categoria *Divulgação dos Jogos Paralímpicos* deu origem ao que chamamos de Reconhecimento Institucional dos Jogos Paralímpicos e que essa modalidade de reconhecimento está majoritariamente localizada nos *tweets* com a *hashtag* #JogosParalímpicos. Veremos, a seguir, que, dadas suas características de exaltação ao desempenho esportivo do atleta paralímpico, além dos índices e conquistas pregressas desses atores, a segunda categoria que aparece em nossa análise *Desempenho dos atletas paralímpicos* pode ser convertida em Reconhecimento Esportivo aos atletas paralímpicos.

Toda a discussão teórica que fizemos nos permite interpretar que o Reconhecimento Esportivo está calcado nas dimensões de luta dos atletas paralímpicos dentro da esfera da estima social (HONNETH, 2003a). Esse tipo de reconhecimento majoritariamente registrado pelos posts do CPB, se dá no sentido de busca por algo mais que o “respeito universal” (MENDONÇA, 2007). Honneth (2003a) explica que a estima social se dá no sentido de garantir ao sujeito uma forma de referir-se a si mesmo de forma positiva a partir de suas próprias capacidades concretas. Essa referência se materializa em uma relação intersubjetiva baseada na autoestima. Para além da busca pela igualdade, objeto central das lutas por reconhecimento empreendidas na esfera do direito, essas demandas apresentadas na dimensão da estima social baseiam-se nos princípios de reconhecimento das particularidades de cada um:

Mas a relação jurídica não pode recolher em si todas as dimensões da estima social, antes de tudo porque esta só pode evidentemente se aplicar, conforme sua função inteira, as propriedades e capacidades nas quais os membros da sociedade se distinguem uns dos outros: uma pessoa só pode se sentir "valiosa" quando se sabe reconhecida em realizações que ela justamente não partilha de maneira indistinta com todos os demais. Se diferenças de propriedades desse gênero eram determinadas até então de forma coletivista, para fixar na pertença do indivíduo a determinado estamento a medida de sua honra social, então essa possibilidade vai se anulando agora com a dissolução gradativa da hierarquia tradicional de valores (HONNETH, 2003a , pp. 204-205)

O Reconhecimento Esportivo tem como base fundamental a valorização do atleta paralímpico enquanto profissional de elite que tem no esporte adaptado seu trabalho. As características do reconhecimento na estima social nos permitem perceber que é justamente por meio do trabalho que o sujeito que busca autorrealização experimenta a consciência de

que cumpre bem o seu papel social. Assim sendo, a busca dos atletas paralímpicos por um reconhecimento que se pautar majoritariamente em suas conquistas esportivas, medalhas, índices, resultados e desempenhos é uma luta empreendida dentro dos limites da estima social (HONNETH, 2003a). As demandas expostas nesse sentido pedem, como já vimos, o reconhecimento das particularidades e capacidades individuais ou, em outras palavras, o que nos diferencia um do outro. Trazendo essas reflexões para a categoria de Reconhecimento Esportivo, a confirmação das propriedades particulares dos atletas paralímpicos nos limites do Twitter contribui para a busca por autorrealização desses atores ainda que os danos não sejam restritos à identidade do atleta, como veremos a seguir.

Outro aspecto relevante presente no Reconhecimento Esportivo está calcado, também, na correção das desigualdades dentro dos padrões institucionalizados de desvalorização cultural que impedem o atleta paralímpico de conquistar a paridade de participação (FRASER, 2003). Se a falta de visibilidade do evento, se comparado aos Jogos Olímpicos, representou a demanda primeira dos Jogos Paralímpicos, ela também pode ser considerada um entrave para os atletas paralímpicos que buscam participar como pares do cenário esportivo de elite. Já discorremos sobre como a criação de uma série de competições voltadas para os atletas com deficiência representou um passo importante na construção do ideal normativo de paridade de participação. No entanto, mesmo durante a realização dos Jogos Paralímpicos, fica evidenciado que o reconhecimento dedicado aos atletas paralímpicos nem sempre se baseia nas características profissionais desses atores.

Mais que danos à identidade dos atletas paralímpicos, como prevê o desrespeito em Honneth (2003a), negar a esses atores o reconhecimento pelo que eles representam enquanto profissionais de elite é uma forma de subordinação social (FRASER, 2003). Essa subordinação, profundamente fíada nos padrões de desvalorização cultural, coloca os atletas paralímpicos em um papel inferior frente aos atores sociais normativos. Dessa forma, não importa quão campeão seja o atleta paralímpico ou quantas sejam as medalhas conquistadas por ele no maior evento esportivo adaptado do planeta, a esses atores cabe, quase sempre, um papel secundário diante de suas próprias vitórias. A característica do pensamento de Fraser, calcada no *status* e não na identidade nos permite ver essa injustiça materializada, independente do sentimento individual dos atletas paralímpicos. Isso porque a

luta por reconhecimento não se daria no sentido de valorizar a identidade dos indivíduos, mas com o objetivo central de superar a subordinação – tanto econômica quanto cultural (MENDONÇA, 2007).

6.3.2.1 Reconhecimento Esportivo nos tweets do CPB

Por meio de todos os posts enquadrados na categoria *Desempenho dos atletas paralímpicos* que deram origem ao Reconhecimento Esportivo, analisamos, a seguir, de que forma se deu a construção da narrativa desta modalidade na página do CPB. As 50 palavras mais utilizadas pela entidade dentro dos limites do Reconhecimento Esportivo estão elencadas a seguir (tabela 6):

TABELA 6 – FREQUÊNCIA DE PALAVRAS DA CATEGORIA RECONHECIMENTO ESPORTIVO NOS POSTS DO CPB

	Palavra	Frequência	%
1	natação	197	4,04
2	final	167	3,42
3	atletismo	149	3,05
4	100m	129	2,64
5	ficar	101	2,07
6	livre	95	1,95
7	terminar	79	1,62
8	tempo	68	1,39
9	ser	57	1,17
10	brasil	55	1,13
11	semifinal	55	1,13
12	bronze	54	1,11
13	avançar	51	1,04
14	prata	48	0,98
15	costas	47	0,96
16	medalhas	47	0,96
17	eliminatório	46	0,94
18	200m	42	0,86
19	melhor	41	0,84
20	ouro	39	0,80
21	provas	39	0,80
22	judô	33	0,68

23	400m	32	0,66
24	lugar	32	0,66
25	vencer	29	0,59
26	perder	28	0,57
27	fechar	27	0,55
28	silva	26	0,53
29	tênisdemesa	26	0,53
30	disputar	25	0,51
31	conquistar	24	0,49
32	santos	23	0,47
33	categoria	22	0,45
34	peito	22	0,45
35	brasileiro	21	0,43
36	primeiro	21	0,43
37	Daniel	20	0,41
38	Pódio	20	0,41
39	rodrigo	20	0,41
40	borboleta	18	0,37
41	chegar	18	0,37
42	felipe	18	0,37
43	marcar	18	0,37
44	classe	16	0,33
45	pela	16	0,33
46	danieldias88	15	0,31
47	Lutar	15	0,31
48	medley	14	0,29
49	vale	14	0,29
50	ferreira	13	0,27

FONTE: MAXQDA, 2018.

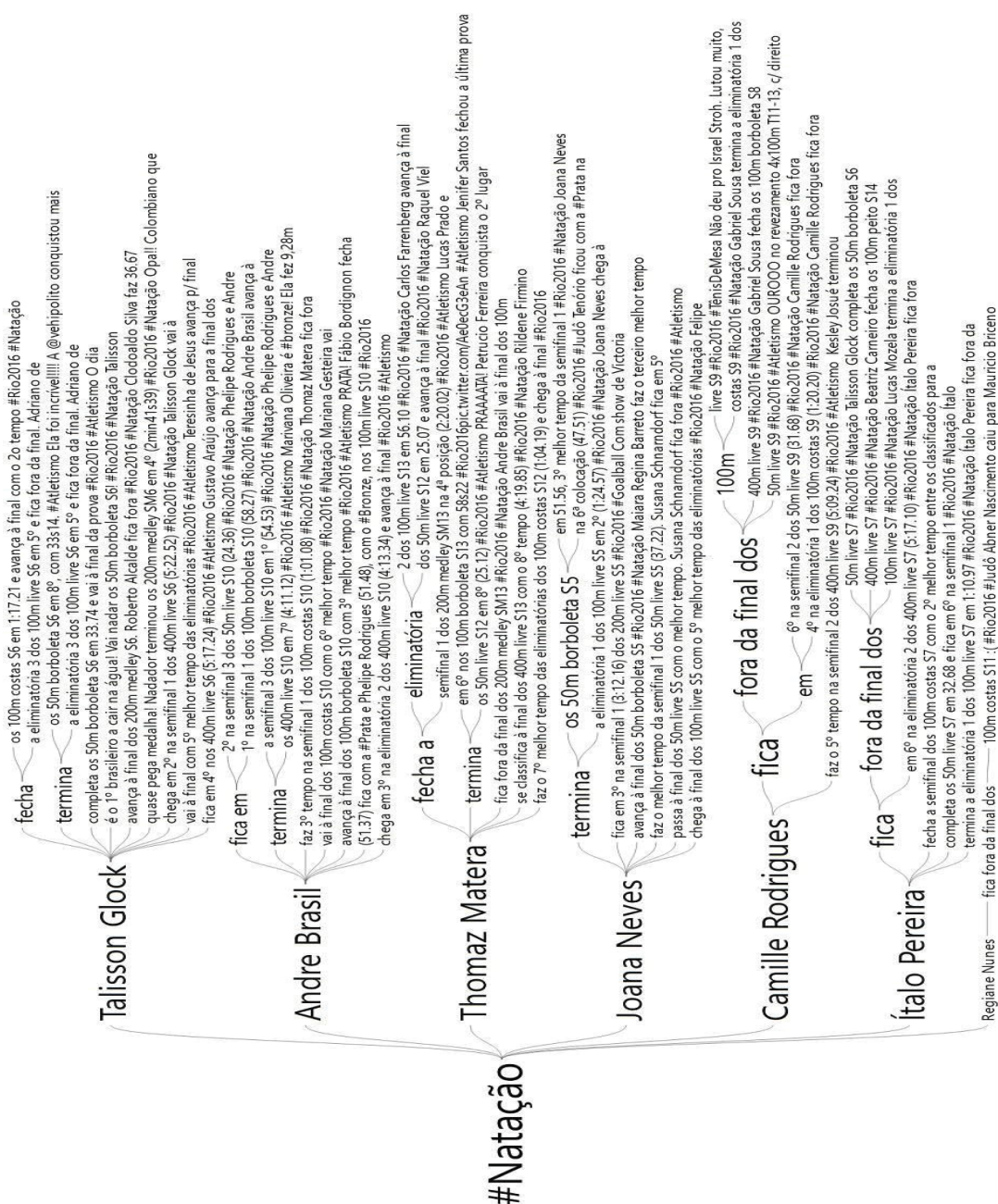
A análise das principais palavras utilizadas pelo CPB na categoria de Reconhecimento Esportivo nos faz ver que essa demanda foi apresentada, majoritariamente, por meio das conquistas individuais dos atletas da *natação* e do *atletismo*. O *ranking* nos mostra a liderança e vice-liderança das palavras *atletismo* e *natação*. Ambas as modalidades foram destaque dos Jogos Paralímpicos Rio 2016. Nas piscinas, a delegação brasileira conquistou 19 medalhas – sendo quatro ouros, sete pratas e oito bronzes. O desempenho superou em cinco medalhas a campanha de Londres 2012, com destaque para Daniel Dias,

maior nadador paralímpico da história, que conquistou medalhas em cada uma das nove provas que disputou (CPB, 2016). Já o atletismo foi a modalidade mais vencedora do país nos Jogos. Ao todo, foram 33 medalhas conquistadas no Rio de Janeiro – quase o dobro das conquistas de Londres 2012, quando a delegação brasileira subiu ao pódio 18 vezes.

As presenças de palavras como *medalhas*, *bronze*, *prata* e *ouro* também indicam que a entidade reservou espaço para divulgar os resultados e premiações dos atletas paralímpicos, tal qual fez nos *tweets* que expuseram Reconhecimento Institucional. A grande diferença, aqui, é a presença dos nomes dos paratletas, simbolizada por meio das palavras *silva*, *santos*, *daniel*, *danieldias88*, *rodrigo*, *felipe*, *ferreira*. Respectivamente, essas palavras fazem referência a Joana da Silva Neves (natação), Odair Santos (atletismo), Daniel Dias (natação) e seu nome de usuário no Twitter, Rodrigo Parreira (atletismo), Felipe Gomes (atletismo) e Petrúcio Ferreira (atletismo). O desequilíbrio entre a presença de nomes femininos face os representantes masculinos nas postagens do CPB também nos traz à reflexão a possibilidade de uma luta simultânea por paridade de participação das atletas paralímpicas dentro dos limites do Reconhecimento Esportivo dedicado pela entidade.

A estrutura interativa de palavras, que nos permite ver em um esquema detalhado as relações textuais feitas nos *tweets* analisados, demonstra que o Reconhecimento Esportivo dedicado pelo CPB foi ancorado na *Natação* e se desenvolveu em sete troncos principais, todos liderados por nós representados pelo nome de atletas paralímpicos (figura 19). A postura reforça a ideia de que, por meio de seus *tweet*, o CPB ofereceu Reconhecimento Esportivo ao personalizar os atores principais dos jogos. Aparecem os nomes dos nadadores paralímpicos *Talisson Glock*, de 23 anos, multimedalista paralímpico; *André Brasil*, de 33 anos, campeão mundial em cinco modalidades e medalhista paralímpico; *Thomaz Matera*, de 29 anos, campeão mundial paralímpico; *Joana Neves*, de 33 anos, medalhista paralímpica; *Camille Rodrigues*, de 25 anos, medalhista nos Jogos Parapan-Americanos; *Ítalo Pereira*, de 22 anos, medalhista paralímpico; *Regiane Nunes*, de 34 anos, nadadora paralímpica.

FIGURA 19 - ESTRUTURA INTERATIVA DE PALAVRAS DA CATEGORIA RECONHECIMENTO ESPORTIVO NOS POSTS DO CPB



FONTE: MAXQDA, 2018.

A partir desses nós personalizados pelo nome dos atletas paralímpicos, o CPB dedicou-se às postagens de resultados de competições. No entanto, diferente das postagens enquadradas e Reconhecimento Institucional, quando a conclusão das provas não trazia o desempenho individual do atleta, nesta categoria fica evidenciada a presença detalhada da performance dos esportistas, com índices e colocações em cada modalidade. Em uma escolha muito delineada, o CPB que representa os esportistas de elite do país nas modalidades adaptadas dedicou-se a exaltar o desempenho e a performance dos atletas, ainda que essas informações tenham sido publicadas, muitas vezes, com o objetivo de transmitir os eventos em andamento. Assim, reconhecemos que uma parte considerável das postagens se debruçou sobre o objetivo de informar os resultados das competições concluídas e, de certa forma, servir como uma fonte alternativa diante do desinteresse da mídia – em detrimento de uma oferecer uma visão mais aprofundada sobre a carreira dos atletas. Porém, por outro lado, argumentamos que, ao citar nominalmente os atletas paralímpicos e dar ênfase ao desempenho individual deles, a entidade dá um passo importante na luta por reconhecimento desses esportistas na esfera da estima social (HONNETH, 2003a) tendo assumido, ao mesmo tempo, um compromisso importante com o ideal normativo de paridade de participação (FRASER, 2003).

6.3.2.2 Reconhecimento Esportivo nos tweets com a hashtag #JogosParalímpicos

Os *tweets* com a *hashtag* #JogosParalímpicos previamente enquadrados na categoria *Desempenho dos atletas paralímpicos* e realocados sob o pano de fundo do Reconhecimento Esportivo apresentam as seguintes palavras mais utilizadas em ordem de frequência (tabela 7):

TABELA 7 – FREQUÊNCIA DE PALAVRAS DA CATEGORIA RECONHECIMENTO ESPORTIVO NOS POSTS COM A HASHTAG

	Palavra	Frequência	%
1	Brasil	450	3,49
2	natação	448	3,48
3	Ouro	409	3,17
4	Bronze	376	2,92

5	Prata	354	2,75
6	medalhas	345	2,68
7	daniel	317	2,46
8	atletismo	304	2,36
9	dias	267	2,07
10	mais	208	1,61
11	100m	161	1,25
12	livre	109	0,85
13	parabéns	109	0,85
14	conquistar	106	0,82
15	ficar	95	0,74
16	final	87	0,68
17	silva	85	0,66
18	brasileiro	80	0,62
19	ganhar	80	0,62
20	futebol5	77	0,60
21	lugar	70	0,54
22	pereira	65	0,50
23	classe	64	0,50
24	goalball	64	0,50
25	metro	62	0,48
26	400m	61	0,47
27	rodrigo	61	0,47
28	jogar	57	0,44
29	danieldias88	56	0,43
30	felipe	55	0,43
31	valer	54	0,42
32	lançamento	52	0,40
33	vencer	50	0,39
34	costas	49	0,38
35	joana	49	0,38
36	muito	48	0,37
37	paralimpíadas	47	0,36
38	2016	46	0,36
39	terezinha	46	0,36
40	terminar	46	0,36
41	provar	45	0,35
42	pódio	44	0,34
43	agora	43	0,33
44	200m	42	0,33

45	estar	42	0,33
46	gomes	42	0,33
47	lituânia	41	0,32
48	natacao	41	0,32
49	primeiro	41	0,32
50	Disco	40	0,31

FONTE: MAXQDA, 2018

A análise das principais palavras utilizadas nas postagens com a *hashtag* #JogosParalímpicos dentro da categoria de Reconhecimento Esportivo nos permite ver que, assim como o Reconhecimento Institucional, essa modalidade foi direcionada diretamente à delegação brasileira, fato evidenciado pela liderança da palavra *Brasil* entre as mais utilizadas. A comemoração de conquistas, por meio de palavras como *medalha, ouro, prata e bronze* repete o padrão que já identificamos no Reconhecimento Institucional. A ressalva no Reconhecimento Esportivo é a presença maior de palavras que remetem ao nome dos atletas paralímpicos: *daniel, dias, danieldias88, silva, pereira, rodrigo, joana, terezinha e gomes*. Respectivamente, esses vocábulos simbolizam os nomes de Daniel Dias (natação) e seu endereço de usuário no Twitter; Joana Silva (natação); Ítalo Pereira (natação); Rodrigo Parreira (atletismo); Joana Neves (natação); Terezinha Guilhermina (atletismo) Felipe Gomes (atletismo).

Novamente, percebe-se o domínio da natação e do atletismo entre os representantes da luta por Reconhecimento Esportivo dos atletas paralímpicos dentro dos limites do Twitter. No entanto, veremos na estrutura interativa de palavras o surgimento de modalidades que, até agora, não haviam sido citadas em nossa fase complementar de pesquisa (figura 20).

FIGURA 20 - ESTRUTURA INTERATIVA DE PALAVRAS DA CATEGORIA RECONHECIMENTO ESPORTIVO NOS POSTS COM A HASHTAG



FONTE: MAXQDA, 2018.

A partir da palavra mais frequente do Reconhecimento Esportivo dentro dos posts com a *hashtag* (*Brasil*), a estrutura interativa de palavras se apresenta a partir do tronco principal representado pelo ponto “!” por meio de 16 subtroncos principais. No primeiro deles, está a própria *hashtag* #JogosParalímpicos ligada a postagens de resultado de partidas concluídas, mas por meio da citação nominal do atleta paralímpico envolvido no jogo em questão e da menção à sua performance ou desempenho esportivo. O nó *Daniel Dias* que, surpreendentemente não apareceu entre as principais correlações textuais do CPB, é registrada nos *tweets* dos usuários que utilizaram a *hashtag*. As postagens atreladas ao nó representado pelo atleta multicampeão, bem como as postagens ligadas ao nó *É*, exaltam seus índices nas piscinas e a conquista de medalhas. Em *no*, as postagens de Reconhecimento Esportivo se encontram, também, sob o guarda chuva da transmissão e dos resultados ancorados na citação nominal dos atletas. O nó *Victoria* dá destaque para uma personagem que, até então, não havia aparecido na pesquisa. Victoria do Nascimento, de 20 anos, é atleta do *goalball* e aparece na estrutura interativa de palavras nos *tweets* em que tem seu desempenho mencionado em partidas dos Jogos Paralímpicos. Outro atleta que tem o nome citado por meio de um nó é *Felipe Gomes*, do atletismo. O atleta de 31 anos foi medalha de prata nos Jogos Paralímpicos Rio 2016. Phelipe Rodrigues, de 27 anos, multimedalhista paralímpico também é atrelado a esse nó. A estrutura também demonstra um nó liderado por *Ítalo Pereira*, nadador de 27 anos, que também conquistou medalha na última edição das Paralimpíadas. *Verônica Hipólito*, de 21 anos, medalhista paralímpica no atletismo, *Josemarcio Souza*, de 18 anos, medalhista no *goalball* e Leomon Moreno, de 24 anos, também do *goalball* representaram nós personalizados com o próprio nome citado como destaque nos *tweets* com a *hashtag*. Entre os esportes mais lembrados pelos usuários para expor o Reconhecimento Esportivo estão a já citada *natação*, o *futebol de 5*⁵⁸ e o *judô*, que trouxe três medalhas de prata para o Brasil com Alana Maldonado, Willians Araújo e Antônio Tenório, atleta símbolo do esporte no país⁵⁹.

⁵⁸ A modalidade é praticada por atletas cegos e entrou no programa das Paralimpíadas a partir da edição de Atenas (2004). O Brasil é considerado uma potência na modalidade: até hoje, a delegação brasileira nunca perdeu um jogo sequer no futebol de 5 e ostenta, até hoje, o título de único campeão do esporte. A modalidade é disputada em uma quadra de futsal. São dois tempos de 25 minutos com intervalo de 10 minutos. Os atletas utilizam vendas nos olhos, já que pode haver vantagem entre os paratletas que apresentem percepção luminosa. O goleiro consegue enxergar normalmente. O que orienta os atletas é o som dos guizos no interior das bolas utilizadas no esporte. Para mais informações, ver: <http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/megaeventos/paraolimpiadas/modalidades/futebol-de-cinco>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2018.

O Reconhecimento Esportivo é, portanto, evidenciado pela presença de *tweets* com a *hashtag* que: 1) citam nominalmente o atleta paralímpico e 2) dão ênfase à sua performance esportiva específica em dada competição. No entanto, após a análise final desta categoria de reconhecimento notamos a ausência total de palavras ou correlações textuais que mencionassem, tanto nos posts do CPB quanto nas postagens com a *hashtag* #JogosParalímpicos, a luta por redistribuição dos atletas paralímpicos. Partindo do ideal normativo de paridade de participação, sabemos que a concretização da justiça social passa, segundo Fraser (2003), pela superação da subordinação econômica e da subordinação cultural. Sua visão bidimensional de justiça, portanto, aponta para a existência de duas formas distintas de desigualdade: as de ordem objetiva, material e referentes à redistribuição inadequada de recursos e as de ordem intersubjetiva, referentes às injustiças cometidas por meio de padrões institucionalizados de desvalorização cultural.

Em nossa discussão teórica, expomos como a luta do atleta paralímpico se desenvolve nessas duas esferas de justiça. Na análise dos *tweets* dedicados a expor Reconhecimento Esportivo a esses atores, porém, chama a atenção a ausência total da presença das demandas por redistribuição (FRASER, 2003). Reconhecemos que o CPB é um órgão ligado ao Governo Federal e que, por isso, dificilmente tornaria pública qualquer desigualdade enfrentada pelo atleta paralímpico na dimensão redistributiva. No entanto, o que percebemos é que a redistribuição também não figurou como uma dimensão de justiça expressa pelos usuários da *hashtag*. Um exemplo que pode clarear a importância dos recursos materiais para a carreira do atleta paralímpico e a forma como essa demanda é tratada pelo poder público pode ser visto em uma passagem importante durante os Jogos Paralímpicos. Em 10 de setembro de 2016, após as finais do Judô, o atleta paralímpico Antônio Tenório protestou contra a retirada de recursos por parte do Governo do Estado de São Paulo. A crítica foi feita logo após o judoca, símbolo maior da modalidade paralímpica do esporte no país, conquistar sua medalha de bronze nos Jogos Paralímpicos Rio 2016. Enquanto uma

⁵⁹ Tenório tem 45 anos e desde que iniciou sua carreira paralímpica, em Atlanta (1996), nunca ficou fora do pódio. Ao todo, ele ostenta quatro medalhas de ouro conquistadas em sequência nos Jogos Paralímpicos de Atlanta (1996), Sydney (2000), Atenas (2004) e Pequim (2008); uma de prata em Londres (2012) e uma de bronze no Rio (2016). Para mais informações, ver: <http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/noticias/judo-conquistas-tres-pratas-no-ultimo-dia-de-competicoes-no-rio-2016>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2018.

reportagem publicada pelo jornal Folha de S. Paulo expôs a demanda por redistribuição do atleta e sua crítica expressamente voltada ao Governo de São Paulo⁶⁰, a reportagem publicada pelo portal Brasil 2016, do Governo Federal, menciona assim o mesmo protesto do atleta:

Apesar da alegria, Tenório desabafou. Disse que no início do ano passou por dificuldades profissionais que fizeram com que ele se sentisse desconfortável. “Quando ganhei a prata já me senti realizado porque cheguei desacreditado por algumas pessoas e agora estou levando mais um prêmio para casa e lavando a alma. Acho que essa medalha me credencia para Tóquio 2020”, comenta o judoca, descartando uma aposentadoria imediata (BRASIL, 2016)⁶¹.

A comparação entre as duas abordagens nos mostra que o ideal de paridade de participação dos atletas paralímpicos – que passa não só pelo reconhecimento da igualdade de direitos e de suas capacidades individuais como esportista de elite, como também pela redistribuição de recursos, pela melhora em instalações de treinamento e, entre outras coisas, pelo acesso a tratamentos médicos de qualidade – tem sua dimensão redistributiva completamente ignorada ou reinterpretada, como vimos no exemplo citado acima. No Twitter, embora haja reconhecimento na esfera esportiva, também traduzido em reconhecimento na esfera da estima social (HONNETH, 2003), não há menção à luta por redistribuição dos atletas paralímpicos como entrave fundamental à conquista da paridade de participação e, por consequência, da justiça social plena.

6.3.3 Reconhecimento Afetivo/Ideológico

Em uma tentativa de reflexão a respeito do papel do reconhecimento social para o desenvolvimento da autonomia dos sujeitos, Honneth (2007) argumenta que há tipos de reconhecimento que não conduzem ao empoderamento, senão que apenas estimulam seu processo de sujeição. Esse processo de dominação por meio de uma ferramenta de reconhecimento se dá no seio do reconhecimento recíproco: “os indivíduos são condicionados a uma determinada relação a si que os motiva à assunção voluntária de tarefas e deveres úteis à sociedade” (IDEM, 2007). Partindo do referencial teórico construído pelo marxista Louis

⁶⁰ Para mais informações, ver: <http://www1.folha.uol.com.br/esporte/olimpiada-no-rio/2016/09/1812136-alana-martins-e-imobilizada-e-fica-com-a-prata-no-judo-da-paraolimpiada.shtml>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2018.

⁶¹ Para mais informações, ver: <http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/noticias/judo-conquista-tres-pratas-no-ultimo-dia-de-competicoes-no-rio-2016>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2018.

Althusser e pela filósofa norte-americana Judith Butler, Honneth (2007) se vale do conceito de ideologia para explicar o ato de um indivíduo se “sujeitar” conscientemente a um sistema de regras que lhe conferem identidade, mas que, ao mesmo tempo, pode o aprisionar em um processo de dominação: “Uma vez que o ato de sujeição é concebido nessa acepção dada pelo modelo de uma aprovação pública, aquilo que nós podemos chamar de “reconhecimento” perde de uma vez todas as conotações positivas e torna-se mecanismo central de toda a ideologia.”.

Pelo menos três premissas são apontadas por Honneth (2007, pp. 337-340, tradução nossa) para o reconhecimento ideológico possa existir: 1) esse tipo de reconhecimento deve fornecer uma expressão positiva de valor para as pessoas ou membros de um grupo, como forma de estabelecer uma autoimagem positiva e, assim, não percebida como discriminatória; 2) ser “plausível” para aqueles a que se direciona, percebido como algo que realmente reforça no sujeito seu próprio sentimento de autovalor e autonomia; 3) permitir a criação de um novo valor para esses sujeitos e suas realizações futuras, comparado ao passado ou às situações anteriores – ou seja, os indivíduos precisam se sentir distintos diante dos membros sociais, já que o reconhecimento ideológico gera um poder produtivo e não-repressivo à primeira vista.

Para explicar o sentido do reconhecimento ideológico, os exemplos dados por Honneth são bastante elucidativos: a dona de casa que se dedica aos cuidados domésticos e o trabalhador que adota uma postura de flexibilidade no trabalho como forma de se diferenciar dos colegas (HONNETH, 2007, p. 326). Como vimos, nenhum dos dois exemplos carrega, em seu cerne, a semente do reconhecimento discriminatório. No entanto, nas duas situações é possível pensar que o reconhecimento recebido ou atribuído à dona de casa ou ao trabalhador pode gerar sobre esses atores uma ideologia de poder regulatório. Com o objetivo central de diferenciar o reconhecimento justificável do reconhecimento ideológico, Honneth (2007, pp. 330-333) passa a pensar o reconhecimento a partir de dois modelos: 1) o modelo de atribuição, em que se atribui, a partir da percepção, algum tipo de valor a um indivíduo e 2) o modelo de percepção: em que atribuição dada a alguém é secundária e, alguma forma, fortalecida ou manifestada. No primeiro caso, Honneth entende o modelo de atribuição como sendo responsável por dar ao sujeito um *status* que ele poderia não possuir antes do processo de reconhecimento. Já o modelo de percepção seria determinado por um *status* já existente.

O grande desafio teórico empreendido por Honneth (2007) é tentar discernir o reconhecimento justificável do reconhecimento ideológico. O objetivo se faz tanto mais difícil quanto mais avançam os tipos de reconhecimento nas esferas do amor, do direito e da estima social. Maia e Cal (2007) também destacam a dificuldade que os sujeitos enfrentam na hora de discernir os tipos de reconhecimento. Em alusão às ideias de Honneth (2007), as duas autoras explicam que essa distinção leva em conta duas coisas: 1) refutar a ideia de que o reconhecimento deveria ser um mero instrumento de servidão voluntária ou, intrinsecamente, opressivo desde o início, já que, segundo Honneth, a distinção entre julgamentos corretos ou falsos não está claro se as pessoas não experimentam práticas como repressivas, restritivas ou baseadas em estereótipos (HONNETH, 2007, p. 327); 2) essa distinção procura fornecer uma base normativa para a crítica ideológica, somada às críticas sociológica e política.

Nesse sentido, a identificação desse tipo de reconhecimento seria ainda mais difícil porque, segundo argumento de Honneth (2007), as pessoas podem não visualizar as experiências de reconhecimento ideológico como opressivas. No entanto, ele entende que o reconhecimento ideológico – ou ideologia de poder regulativo – é identificável quando, mesmo valorizado por suas novas capacidades, o sujeito não tem garantida, por trás desse reconhecimento, qualquer capacidade estrutural que assegure os pré-requisitos materiais necessários para a realização dessas novas capacidades. Nesse sentido, Honneth (2007, p. 347) afirma que, mesmo racional do ponto de vista da razão valorativa, o reconhecimento ideológico é irracional porque não “não leva a cabo o ato do reconhecimento para além do plano meramente simbólico atingindo o preenchimento material”.

Isso permite interpretar o processo ocorrido com os atletas e os Jogos Paralímpicos dentro dos limites do Reconhecimento Afetivo/Ideológico. Anteriormente, entendíamos que a valorização dos atletas se configurava como um processo incompleto dado que, mesmo com suas capacidades individuais desenvolvidas ou suas demandas por redistribuição latentes, os atletas paralímpicos tendiam a ser reconhecidos sob uma narrativa de estigma, ancorada sob o lastro do coitadismo. A história reservou novas lutas por reconhecimento e trouxe, com ela, novas formas de subordinação cultural e econômica a esses atores. Dessa forma, entendemos que o Reconhecimento Afetivo/Ideológico pode ser uma dessas novas de subordinação na medida em que reforça justamente essa construção estigmatizada de uma personalidade que se

pretende emancipada, estimada e, principalmente, disposta a exercer sua paridade de participação (FRASER, 2003).

Nesta categoria, que deriva dos *tweets* enquadrados sob a categoria *Demonstrações de emoção ou afeto* entendemos que o uso da emoção para exaltar características pessoais dos atletas paralímpicos ou dos Jogos Paralímpicos configurou-se como um reconhecimento calcado na esfera do amor (Honneth, 2003a). As conquistas mencionadas vieram acompanhadas por adjetivos como “mito”, “herói”, “lenda”, “monstro”, etc. No entanto, ainda que se refiram à carreira ou ao resultado obtido nos Jogos, essas demonstrações de reconhecimento não fizeram referência ao desempenho do atleta paralímpico, de forma específica, senão que exaltaram suas características pessoais ou de superação atribuída dos obstáculos da deficiência. Partindo disso, refletimos que, embora seja uma forma válida de reconhecimento, o possível uso do afeto sobreposto às capacidades pessoais dos atletas paralímpicos pode, na mesma medida, colaborar para a perpetuação do estigma a que estão expostos historicamente esses atores.

A seguir vamos tentar demonstrar de que forma foi construído o Reconhecimento Afetivo/Ideológico dentro dos *tweets* do CPB e com a *hashtag* #JogosParalímpicos.

6.3.3.1 Reconhecimento Afetivo/Ideológico nos tweets do CPB

Todas as postagens enquadradas previamente na categoria *Demonstrações de emoção ou afeto* deram origem ao que, agora, chamamos de Reconhecimento Afetivo/Ideológico. Demonstramos, a seguir, as 50 palavras mais utilizadas nesta categoria de reconhecimento nos *tweets* publicados pelo CPB (tabela 8):

TABELA 8 – FREQUÊNCIA DE PALAVRAS DA CATEGORIA RECONHECIMENTO AFETIVO/IDEOLÓGICO NOS POSTS DO CPB

	Palavra	Frequência	%
1	Medalha	15	1,85
2	Atletismo	13	1,60
3	Ser	12	1,48
4	muito	11	1,36
5	parsonsandrew	11	1,36
6	Brasil	9	1,11

7	Lindo	9	1,11
8	Ouro	9	1,11
9	parabéns	9	1,11
10	Prata	9	1,11
11	Costas	8	0,99
12	Todo	8	0,99
13	natação	7	0,86
14	menino	6	0,74
15	Pelo	6	0,74
16	Pódio	6	0,74
17	Você	6	0,74
18	Atleta	5	0,62
19	cerimôniadeabertura	5	0,62
20	conquistar	5	0,62
21	danieldias88	5	0,62
22	demais	5	0,62
23	Este	5	0,62
24	momento	5	0,62
25	mundo	5	0,62
26	Nosso	5	0,62
27	Sentir	5	0,62
28	Agora	4	0,49
29	bronze	4	0,49
30	Chorar	4	0,49
31	ciclismodeestrada	4	0,49
32	coração	4	0,49
33	Cravar	4	0,49
34	família	4	0,49
35	formar	4	0,49
36	futebol5	4	0,49
37	ganhar	4	0,49
38	Hino	4	0,49
39	Hoje	4	0,49
40	inspirar	4	0,49
41	paralímpico	4	0,49
42	ricardo	4	0,49
43	Ter	4	0,49
44	Vir	4	0,49
45	100m	3	0,37
46	Ano	3	0,37

47	Aqui	3	0,37
48	bandeira	3	0,37
49	Bocha	3	0,37
50	brasil2016	3	0,37

FONTE: MAXQDA, 2018.

As principais palavras pelo CPB para expor Reconhecimento Afetivo/Ideológico nos permitem visualizar um mapa puxado pela conquista final dos atletas paralímpicos, a *medalha*. O *atletismo* foi a modalidade mais lembrada pela entidade nos *tweets* enquadrados nessa modalidade de reconhecimento. Nota-se, aqui, a presença do nome do então presidente do CPB e atual presidente o Comitê Paralímpico Internacional (IPC), Andrew Parsons, representado na lista por *parsonsandrew*. A presença do nome de Parsons entre as palavras mais citadas pelo CPB nesta categoria mostra uma tentativa da entidade em se valer das palavras do dirigente para dirigir Reconhecimento Afetivo/Ideológico aos atletas paralímpicos e à realização do evento no Brasil. Isso porque Parsons teve suas falas particulares constantemente reproduzidas pelos *tweets* do CPB. Essas falas, por sua vez, eram direcionadas no sentido de demonstrar orgulho pelos atletas paralímpicos por meio de uma narrativa pautada na emoção. As palavras *lindo* e *parabéns* também indicam uma inclinação à valorização das conquistas paralímpicas não em termos de desempenho, senão que tendo em vista as dimensões emocionais dos resultados. A tabela também nos permite visualizar que o nadador multicampeão Daniel Dias⁶², representado por seu nome de usuário no Twitter *danieldias88*, além do medalhista de ouro no salto em distância Ricardo Oliveira, representado pela palavra *ricardo*. Ricardo foi o primeiro atleta brasileiro a conquistar medalha nos Jogos Paralímpicos Rio 2016. Na ocasião, a conquista do brasileiro só foi confirmada no último salto⁶³. Outras palavras que marcam a categoria de Reconhecimento Esportivo são *coração*, *chorar*, *família* e *sentir*. Todas corroboram com a tese de que, nesta categoria, a característica mais explorada pelos *tweets* é ligada à emoção e ao afeto – sejam esses sentimentos dedicados aos atletas paralímpicos ou aos Jogos Paralímpicos.

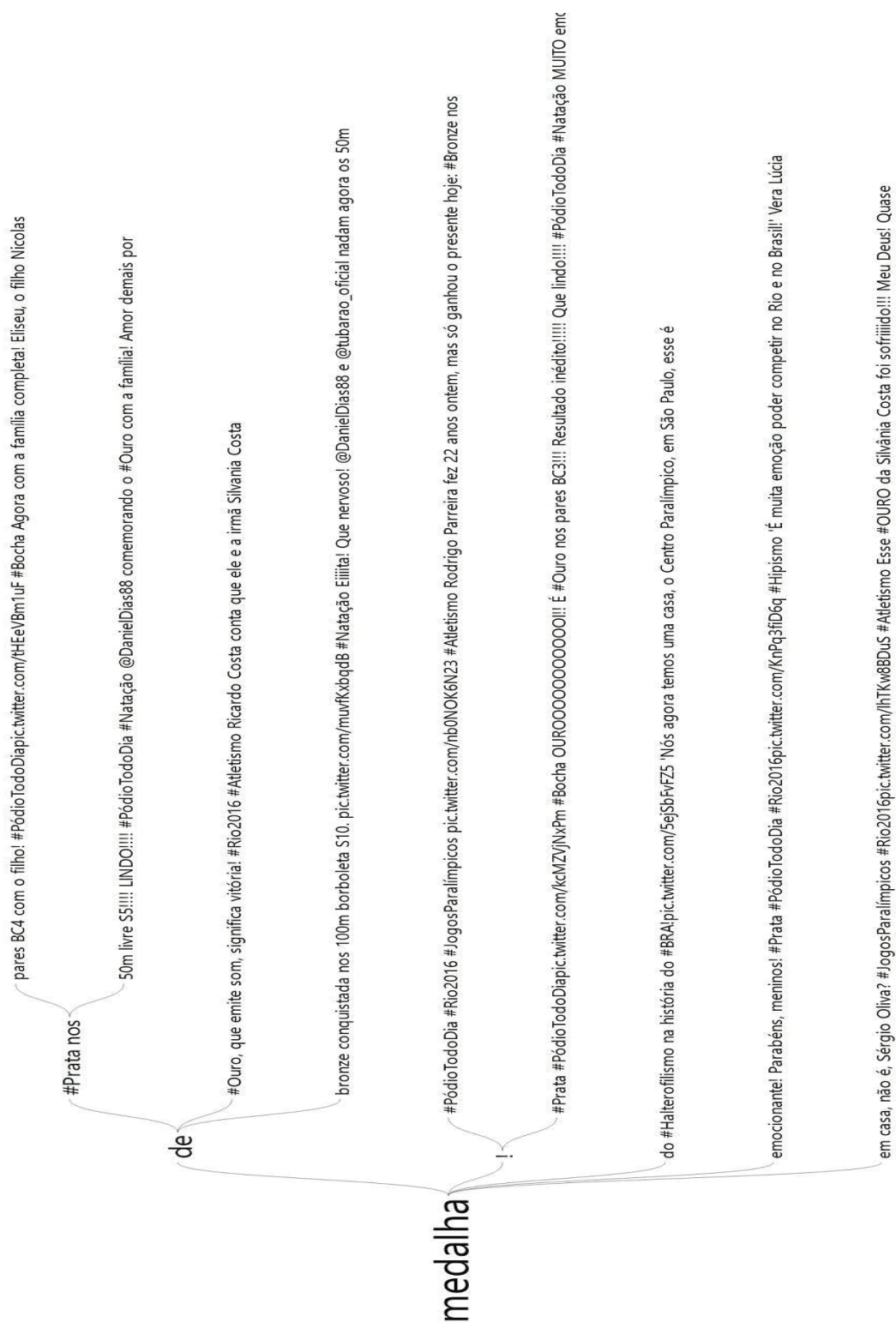
⁶² Com 24 medalhas no currículo, o nadador é o maior atleta paralímpico da história mundial. Ao todo, são 14 medalhas de ouro, sete de prata e três de bronze – todas conquistadas em apenas três edições dos Jogos Paralímpicos.

⁶³ Para mais informações, ver: <http://globoesporte.globo.com/paralimpiadas/noticia/2016/09/voo-para-historia-ricardo-costa-leva-o-ouro-no-salto-em-distancia-para-cegos.html>. Acesso em 12 de fevereiro de 2018.

A estrutura interativa de palavras é a que oferece nós menos significativos, dado que representou a minoria de posts entre todas as categorias. A partir da palavra mais frequente, *medalha*, foram registrados cinco troncos principais, sob os nós “!” e *de* (figura 21).

A estrutura nos permite ver que o principal eixo explorado pelo CPB por meio das relações textuais feitas nesta categoria diz respeito à narrativa que envolve a emoção após a conquista dos atletas paralímpicos em partidas difíceis. Outra parte significativa das postagens se dedica a mencionar a presença de familiares dos atletas nas arenas de competição. Também destacamos os *tweets* em que o CPB parabeniza os atletas paralímpicos pelos jogos concluídos ou, ainda, pela passagem do aniversário.

FIGURA 21 - ESTRUTURA INTERATIVA DE PALAVRAS DA CATEGORIA RECONHECIMENTO AFETIVO/IDEOLÓGICO NOS POSTS DO CPB



FONTE: MAXQDA, 2018.

6.3.3.2 Reconhecimento Afetivo/Ideológico nos tweets com a hashtag #JogosParalímpicos

Em ordem de frequência, assim são distribuídas as palavras mais utilizadas nos *tweets* com a *hashtag* #JogosParalímpicos enquadrados sob a anterior categoria *Manifestações de emoção ou afeto* e agora realocados em Reconhecimento Afetivo/Ideológico (tabela 9):

TABELA 9 – FREQUÊNCIA DE PALAVRAS DA CATEGORIA RECONHECIMENTO AFETIVO/IDEOLÓGICO NOS POSTS COM A HASHTAG

	Palavra	Frequência	%
1	natação	244	2,48
2	daniel	226	2,30
3	ouro	221	2,25
4	dia	198	2,02
5	brasil	192	1,95
6	medalha	170	1,73
7	atleta	159	1,62
8	muito	137	1,39
9	orgulho	130	1,32
10	parabéns	123	1,25
11	mais	119	1,21
12	prata	106	1,08
13	todo	99	1,01
14	estar	95	0,97
15	atletismo	88	0,90
16	linda	80	0,81
17	bronze	76	0,77
18	demais	71	0,72
19	nosso	71	0,72
20	brasileiro	69	0,70
21	lindo	68	0,69
22	chorar	60	0,61
23	mito	57	0,58
24	emocionante	51	0,52
25	ganhar	47	0,48
26	gente	47	0,48
27	dessas	45	0,46
28	superação	45	0,46
29	caro	44	0,45

30	coração	44	0,45
31	paralympics	43	0,44
32	ser	42	0,43
33	ele	40	0,41
34	emocionar	40	0,41
35	pela	40	0,41
36	sensacional	40	0,41
37	brasil2016	39	0,40
38	ficar	39	0,40
39	futebol5	39	0,40
40	prova	39	0,40
41	cpboficial	37	0,38
42	emoção	37	0,38
43	incrível	35	0,36
44	mesmo	35	0,36
45	monstro	35	0,36
46	querer	35	0,36
47	ter	34	0,35
48	acabar	33	0,34
49	danieldias88	33	0,34
50	natacao	33	0,34

FONTE: MAXQDA, 2018.

A tábua com as palavras mais utilizadas pelo público que usou a *hashtag* #JogosParalímpicos nos mostra em termos muito claros o que explicávamos no início da seção sobre Reconhecimento Afetivo/Ideológico. Assim, como nos posts do CPB, essa categoria de reconhecimento é puxada pelas conquistas da *natação*, com as *medalhas de ouro, prata e bronze* merecendo destaque entre as postagens do público. As palavras *orgulho, parabéns, lindo, linda, chorar, emocionante, emocionar, sensacional, coração, emoção e incrível* dão a dimensão da narrativa utilizada pelos usuários do Twitter para expor Reconhecimento Afetivo/Ideológico aos atletas paralímpicos – a despeito do desempenho esportivo de cada um. O único atleta paralímpico mencionado entre os usuários da *hashtag* é Daniel Dias, que aparece em segundo lugar na frequência de palavras como *daniel* e *danieldias88* – seu nome de usuário no Twitter.

No entanto, o que nos chama realmente a atenção neste conjunto de palavras são os adjetivos por meio dos quais não só o nadador multimedalista é mencionado, como também

outros atletas paralímpicos. As palavras *mito*, *superação* e *monstro* elencam o que falávamos no início deste capítulo. Ao ser valorizados como pessoas dotadas de poderes extraordinários (SHELL E DUNCAN, 1999; CALVO, 2001; FIGUEIREDO, 2014), os atletas paralímpicos experimentam reconhecimento na esfera do amor (HONNETH 2003a). Diante das abordagens afetivas, ele se vê dentro de uma relação primária com os outros membros da sociedade: desenvolve aspectos da amizade, do amor e, com isso, pode, também, criar autoconfiança.

Ainda que a esfera do reconhecimento afetivo seja a primeira de todas as experiências de reconhecimento recíproco experimentadas pelo indivíduo e que, exatamente por isso, ela seja parte importante na formação da personalidade do sujeito, entendemos que, na realidade vivida pelos atletas paralímpicos, esse reconhecimento vem acompanhado, muitas vezes, por uma narrativa que se pauta em qualidades que esses atores só têm atribuídas a si por conta da deficiência que apresentam. A nosso ver, o reconhecimento afetivo, baseado em características pessoais de superação atribuída de obstáculos e dificuldades causadas pela deficiência, pode contribuir para o reforço das condições de subordinação que impedem o atleta paralímpico de lutar por paridade de participação (FRASER, 2003).

A estrutura interativa de palavras nos dá mais alguns elementos que ajudam a encorpar essa reflexão (figura 22). Os três troncos liderados pelos nós “!”, “.” e “é” mostram subgrupos em que a exaltação dos atletas paralímpicos se dá nos termos que já discutimos aqui. Os nadadores Daniel Dias, Clodoaldo Silva, também multimedalhista e símbolo do esporte no país, Ítalo Pereira, além dos atletas do Futebol de 5 e Futebol de 7⁶⁴ foram lembrados pelos usuários do Twitter que usaram a *hashtag* não só após a conquista dos resultados, mas antes das partidas e durante a realização delas. O fator comum é, justamente, o fato de todos serem ancorados sob o guarda-chuva da atribuída superação das deficiências – mesmo quando estavam diante de grandes conquistas no campo profissional.

⁶⁴A modalidade é praticada por atletas com paralisia cerebral decorrente de sequelas de traumatismo crânio-encefálico ou acidentes vasculares cerebrais (AVC). O campo de jogo mede, no máximo, 75mx 55m, com traves de 5m x 2m. A marca do pênalti fica distante 9,20m do gol. As partidas são regidas por regras da FIFA, adaptadas pela Associação Internacional de Esporte e Recreação para Paralisados Cerebrais (CP-ISRA). Cada time conta com sete jogadores e cinco reservas. Os jogos são divididos em dois tempos de 30 minutos cada, com intervalo de dez minutos. Os jogadores pertencem às classes menos afetadas pela paralisia cerebral e não usam cadeira de rodas. No Brasil, a modalidade é administrada pela Associação Nacional de Desporto para Deficientes (ANDE). (CPB, 2016).

FIGURA 22 - ESTRUTURA INTERATIVA DE PALAVRAS DA CATEGORIA RECONHECIMENTO AFETIVO/IDEOLÓGICO NOS POSTS COM A HASHTAG



FONTE: MAXODA. 2018

Por certo, entendemos que, nos limites do Twitter, o Reconhecimento Afetivo/Ideológico por meio dos adjetivos que apresentamos aqui não foi direcionado aos atletas com o objetivo racional de exercer sobre eles qualquer tipo de poder regulativo (HONNETH, 2007). No entanto, como vimos, o reconhecimento ideológico não é, à primeira vista, repressivo. Ao contrário, ele dá ao concernido uma expressão positiva de seu valor; ele também é plausível para quem o recebe e reforça nele o sentido de autonomia e, finalmente, ele faz com o que sujeito se sinta distinto dos demais. Todas essas características são identificadas nesta categoria, quando os atletas paralímpicos são colocados acima de sua própria carreira profissional como exemplos de superação, “mitos”, “lendas” e “monstros”, por exemplo. No entanto, esse reconhecimento não é emancipatório porque não traz, nele mesmo, quaisquer garantias materiais para a realização dessas capacidades atribuídas. Assim, mesmo sendo “mitos”, “lendas” e “monstros”, os atletas paralímpicos ainda travam uma luta intensa por redistribuição – sendo, por muitas vezes, sumariamente ignorados em sua tentativa de alcançar paridade de participação nessa esfera.

7 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Conforme vimos, identificamos, em nossa análise, pelo menos três tipos de reconhecimento expostos pelo CPB e por meio da *hashtag* #JogosParalímpicos (figura 23). O Reconhecimento Institucional, enquadrado na esfera do direito, que se relaciona mais com a exaltação dos Jogos Paralímpicos e serve como ferramenta indireta de reconhecimento dos atletas paralímpicos em sua luta por paridade de participação; o Reconhecimento Esportivo, enquadrado na esfera da estima, que se relaciona com a valorização direta das capacidades particulares dos atletas paralímpicos e vai de encontro à sua demanda por reconhecimento, mas ignora sua luta por redistribuição e o Reconhecimento Afetivo/Ideológico, enquadrado na esfera do amor, que explora características pessoais dos atletas paralímpicos e que, por isso, também pode se transformar em reconhecimento ideológico que resulta em dominação (HONNETH, 2007), conforme detalhamos no quadro a seguir (quadro 4):

QUADRO 4 – ESTRUTURA DAS RELAÇÕES DE RECONHECIMENTO AOS ATLETAS PARALÍMPICOS

Tipos de reconhecimento	Componente enquadrado	Reconhecimento x Redistribuição	Esfera de reconhecimento
Reconhecimento Institucional	Cobra paridade de transmissão e interesse público entre os Jogos Olímpicos e Paralímpicos; enquadra aspectos referentes às competições, como resultados, agenda e transmissões sem mencionar a performance esportiva do atleta paralímpico.	Oferece ao atleta paralímpico um reconhecimento indireto, na medida em que cobra visibilidade para sua ferramenta de busca por paridade de participação, os Jogos Paralímpicos. Não menciona a luta por redistribuição do atleta paralímpico.	Esfera do direito
Reconhecimento Esportivo	Exalta as capacidades individuais do atleta paralímpico como	Encoraja a luta por reconhecimento à medida em que oferece visibilidade à demanda	Esfera da estima social

	esportista de alto rendimento; detalha índices e resultados de acordo com a performance esportiva.	do atleta paralímpico como profissional de alto rendimento. Não menciona a luta por redistribuição do atleta paralímpico.	
Reconhecimento Afetivo/Ideológico	Celebra características pessoais dos atletas e usa a emoção para comemorar conquistas sem mencionar a performance esportiva dos atletas; usa adjetivos como “mito”, “monstro”, “lenda” para descrever os atletas; pode reforçar visão estigmatizada ao atribuir exemplo de superação aos atletas.	Expõe reconhecimento importante para o desenvolvimento da autoconfiança, mas fica no limiar de um reconhecimento ideológico que pode constranger a luta do atleta paralímpico por paridade de participação na medida em que pode alimentar sua narrativa por meio de estigma. Não menciona a luta por redistribuição do atleta paralímpico.	Esfera do amor

Nossa análise em etapas nos permitiu ver que, como representante *advocacy* dos atletas paralímpicos, o CPB dedicou maior parte de suas postagens a exaltar o desempenho esportivo de seus representados em sua página o Twitter. Essa postura foi fincada na esfera da estima social (HONNETH, 2003a). A partir disso, é possível dizer que a entidade buscou, por meio de sua página no Twitter, apresentar demandas voltadas à correção das desigualdades que não permitem ao atleta paralímpico notar-se como distinto diante dos demais membros sociais. Tendo a estima ligação direta com a boa execução do trabalho, o CPB utilizou-se do Twitter para reforçar a demanda por um reconhecimento voltado justamente às capacidades profissionais individuais dos atletas paralímpicos. Esse conjunto de publicações direcionadas à promover justiça dentro da esfera da estima social encontrou amparo no que denominamos Reconhecimento Esportivo. Nessa esfera, a base fundamental foi a valorização dos resultados e conquistas individuais do atleta paralímpico durante a execução do seu trabalho nos Jogos Paralímpicos, já que, conforme vimos, foram inseridos nesta categoria os *tweets* que trataram

diretamente da performance ou do desempenho específico do atleta paralímpico. Essa forma de reconhecimento impulsiona o atleta em sua busca por paridade de participação (FRASER, 2003).

Vimos que, segundo Fraser (2003), um ideal normativo de justiça passa pela luta em duas esferas: a da redistribuição e a do reconhecimento. Para o atleta paralímpico, essa luta se desenvolve claramente nesses dois sentidos e na mesma medida. Mais que ser valorizado por suas capacidades individuais, receber reconhecimento por elas e superar a subordinação a que é submetido por meio dos padrões institucionalizados de valorização cultural, o atleta paralímpico almeja, também, melhores condições estruturais, além de maior acesso a patrocínios e verbas federais para manter-se no esporte adaptado de alto rendimento (MARQUES, 2010). A análise que fizemos nos permite dizer que o CPB consegue expor em suas postagens no Twitter a demanda por reconhecimento dos atletas paralímpicos – tendo como base fundamental o Reconhecimento Esportivo, referente à exaltação de suas capacidades individuais, seus resultados, conquistas pregressas e sua performance. No entanto, a entidade que representa os atletas paralímpicos não trata da luta por redistribuição desses atores. Não há, no Twitter, menção à dimensão redistributiva das desigualdades enfrentadas pelos atletas em sua carreira de esportista de alta performance.

Algumas hipóteses podem explicar a falta de visibilidade dada pelo CPB às demandas por redistribuição dos atletas paralímpicos. A primeira delas diz respeito à origem própria da entidade. Mesmo sendo uma organização sem fins lucrativos, o CPB é reconhecido por lei como uma entidade matriz no esporte paralímpico. Como instituição ligada ao Ministério do Esporte, o CPB tem grande parte de suas receitas oriundas do Governo Federal. O relatório anual da entidade referente a 2016 mostra que a receita líquida arrecadada pelo CPB foi de R\$ 142.098.431,22. Desse montante, 82% veio de origens públicas - divididas entre as receitas oriundas da Lei de Incentivo ao Esporte, da Lei Pelé e do patrocínio da Caixa Econômica Federal. Apenas 18% foram referentes à arrecadação com inscrições, doações e patrocínios⁶⁵. Partindo disso, podemos inferir que a luta por redistribuição dos atletas representados pelo CPB fica constrangida pela própria posição da entidade dentro da estrutura

⁶⁵ Para o balanço completo, ver: <http://gestaorecursos.cpb.org.br/documentos/balancocpb/Balanco-CPB-2016.pdf>. Acesso em 10 de março de 2018.

de poder que rege o esporte paralímpico no país. Assim, essa passa a ser, muito mais, uma demanda individualizada do atleta do que, efetivamente, uma luta compartilhada pela entidade que o representa.

Uma outra possibilidade que levantamos para a ausência da face redistributiva da luta do atleta paralímpico por parte do CPB parte de sua intenção dentro dos limites do Twitter. Ao não expor as demandas por redistribuição dos atletas paralímpicos, a entidade priorizou o aspecto positivo que levou o atleta paralímpico a viver o ápice de sua carreira esportiva na cidade do Rio de Janeiro. Em uma escolha delineada, a entidade pareceu se preocupar mais em demonstrar à sua rede de seguidores os aspectos práticos e visíveis da competições e não explorar as histórias particulares do atleta paralímpico – tanto em sua luta por redistribuição quanto em sua luta por reconhecimento. Existem, a nosso ver, duas hipóteses para essa postura: 1) a representação da luta por reconhecimento do atleta paralímpico pelo CPB é, de certa forma, descolada de sua dimensão real e 2) a entidade assume como estratégia comportar-se como representante de atletas que devem ser considerados como esportistas de elite e não como seres especiais. Essa postura, entendemos, pode, também, marcar uma posição de paridade de participação.

Nos *tweets* com a *hashtag* encontramos uma imensão de assuntos variados, que nem sempre estiveram relacionados aos Jogos Paralímpicos. Nas categorias analisadas na segunda etapa do trabalho, percebemos a presença majoritária de postagens que se debruçaram sob o objetivo de fazer a divulgação dos Jogos Paralímpicos. Essa forma de reconhecimento, argumentamos, é calcada na esfera do direito (HONNETH, 2003a). Primeiro, porque em grande parte dos *tweets* que a compõe, há, por parte dos usuários da *hashtag* uma cobrança insistente por maior espaço de cobertura das emissoras detentoras do direito de transmissão do evento. Justamente face ao desinteresse da mídia, esses usuários transformaram o Twitter em uma arena de visibilidade importante para os atletas, mas, como vimos, principalmente para os Jogos Paralímpicos. Por meio da transmissão das competições em andamento e da divulgação de resultados – ainda que sem mencionar a performance específica do atleta paralímpico, os usuários do Twitter ofereceram um Reconhecimento Institucional – voltado indiretamente, apenas, aos atletas paralímpicos. Sendo os Jogos Paralímpicos uma ferramenta primordial dos atletas em sua busca por paridade de participação, é impossível indissociar a

luta por reconhecimento dos esportistas do esforço próprio do evento em estabelecer-se como par na agenda esportiva mundial. Assim, embora essa modalidade de reconhecimento ancore-se sobre conceitos que parecem deixar o atleta paralímpico em segundo plano, entendemos que essa esfera é importante para a construção do objetivo ideal de justiça desses atores.

Por meio da exposição de uma demanda por reconhecimento na esfera do direito, em que a luta se dá contra a exclusão e a privação de direitos, valorizar o principal instrumento de visibilidade dos atletas paralímpicos é um fator importante na busca por justiça. Assim, ao contrário do Reconhecimento Esportivo – que destaca as capacidades individuais do atleta dentro da esfera da estima –, o Reconhecimento Institucional trabalha para a paridade de participação dos atletas paralímpicos por meio da luta pela valorização de sua igualdade diante dos demais esportistas de elite – tanto em termos de visibilidade midiática, como em termos de interesse público, em geral. No entanto, embora essa demanda se exponha em termos do reconhecimento de igualdade de direitos a partir da valorização do principal evento representativo para os atletas paralímpicos, mais uma vez, a dimensão redistributiva da luta por justiça desaparece. Não há, por parte dos usuários do Twitter, a preocupação com as demandas materiais do atleta paralímpico. A preocupação se dá muito mais no sentido de questionar a falta de reconhecimento do que as desigualdades na esfera da redistribuição.

A última forma de reconhecimento que encontramos está mais presente nos *tweets* dos usuários da *hashtag* do que nas postagens feitas pelo CPB. A valorização do aspecto pessoal do atleta paralímpico, sem menção à sua face esportiva aparece menos na instituição do que na arena geral de debates do Twitter. O Reconhecimento Afetivo/Ideológico tem suas bases na esfera do amor (HONNETH, 2003a). Os *tweets* enquadrados nesta categoria, tanto os provenientes do CPB quanto os da *hashtag*, apresentaram como característica principal o uso de uma narrativa afetiva. Mais que exaltar as demandas pela correção das desigualdades na esfera do direito – em que a igualdade figura como potencial evolutivo – ou da estima, em que há a valorização das particularidades, o Reconhecimento Afetivo/Ideológico dedicou-se à celebração de características que escapam dessas duas esferas. Ao valorizar a emoção diante da razão e o pessoal face ao profissional, os *tweets* estiveram, a nosso ver, no limiar do que Honneth (2007) chama de reconhecimento ideológico. Esse limite é, como o próprio Honneth reconhece, bastante difícil de definir. Isso porque o reconhecimento ideológico não se mostra

como opressor, senão que estimula no sujeito concernido o desenvolvimento de novas características valorativas. Dessa forma, entendemos que o reconhecimento que vem acompanhado por adjetivos que o atleta paralímpico recebe, majoritariamente, porque é um esportista de alto rendimento com deficiência não é emancipatório como se pretendem ser os reconhecimentos justificáveis (IDEM, 2007).

Dessa forma, assim como reconhecemos o Reconhecimento Afetivo/Ideológico como um instrumento importante na formação da personalidade do atleta paralímpico, entendemos que ele é o que mais se coloca como um entrave na busca desses atores pela paridade de participação. Primeiro, porque parece ir ao encontro da concepção de um reconhecimento ideológico que, em si, não assegura as condições materiais necessárias para que os atletas paralímpicos exerçam as capacidades a si atribuídas. Segundo, porque esse reconhecimento parece reforçar, em alguma medida, a visão de estigma que já marca historicamente a personalidade das pessoas com deficiência e, também, dos atletas paralímpicos e, dessa forma, promover a subordinação desses atores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo central desta pesquisa foi identificar que tipos de reconhecimento emergiram da narrativa dedicada aos atletas paralímpicos por meio do Twitter. Para responder a esse questionamento, partimos de dois caminhos principais: o primeiro deles empreendeu uma análise minuciosa do conteúdo de *tweets*: 1) publicados pelo Comitê Paralímpico Brasileiro e 2) publicados com a *hashtag* #JogosParalímpicos – ambos publicados de 07 a 18 de setembro de 2016, período de realização do evento no Rio de Janeiro. Esse duplo ponto de partida se deu por motivos que passo agora a explicar. Nos ocorreu que, se optássemos por não acessar um modelo ideal de reconhecimento normativo que partisse dos próprios atletas paralímpicos – ou de seu representante *advocacy* – não teríamos como presumir qual a demanda pretendida por esses atores na esfera da rede social. Assim, a escolha por analisar, também, os *tweets* do CPB partiu dessa necessidade de entender sob qual aspecto se localizam as lutas por reconhecimento e redistribuição expostas no Twitter pela entidade que representa os atletas paralímpicos e, por consequência, dos próprios atletas paralímpicos. A partir desse ponto fundamental, passaríamos a ter mecanismos para comparar o ideal de reconhecimento pretendido por esses atores com a resposta a esse ideal dada pelos usuários do Twitter que usam a *hashtag* #JogosParalímpicos para se inserir na arena de visibilidade sobre o evento.

Acreditamos que, em seu objetivo principal, esta pesquisa conseguiu trazer luz a um tema ainda pouco explorado nos estudos em Comunicação: a forma como o conteúdo das redes sociais pode repetir padrões de narrativa encontrados tanto na mídia quanto nas próprias relações sociais. Esse entendimento só foi possível porque nos esforçamos em analisar qualitativamente uma quantidade considerável de *tweets* sob as bases de uma teoria de justiça igualmente complexa. Tanto a teoria do reconhecimento de Honneth quanto a teoria bidimensional de justiça de Fraser nos ofereceram ferramentas para elevar a análise das desigualdades vividas pelos atletas paralímpicos a outro nível. Isso porque buscamos nas origens do pensamento honnethiano - que diz respeito à construção da identidade individual - as explicações sobre como a pessoa com deficiência se depara com o preconceito e, na mesma medida, com a falta de oportunidades de se desenvolver materialmente. A partir disso é que começa a luta por reconhecimento da pessoa com deficiência e do atleta paralímpico. A partir desse contexto geral, o atleta paralímpico pode ter um percurso marcado pela superação

atribuída de barreiras e obstáculos sociais. Mas, como vimos, quando decide se transformar em um esportista de alto rendimento, ele não só convive com o estigma de ter seu percurso médico colocado acima de sua própria capacidade atlética, como também empreende uma luta por redistribuição que é diária e que determina quão longa será a carreira que ele constroi no esporte paralímpico.

É inegável que, a partir desta superação atribuída de obstáculos, contrói-se um reconhecimento ideológico que aprisiona esse atleta em uma visão estigmatizada, carregada de estereótipo e, por isso, não-emancipadora. Entendemos que são as próprias barreiras sociais impostas por quem, na maioria das vezes, não tem nenhuma deficiência, que tornam a vida do atleta paralímpico uma eterna busca por superação. Se não houvesse tais barreiras sociais, pois, nossa discussão poderia partir de outro nível, o nível em que já nos teríamos aproximado do ideal de Fraser de paridade de participação.

Como o processo de luta por reconhecimento e redistribuição é complexo, nossa pesquisa também estendeu sua análise ao papel do CPB na busca do ideal de paridade. Vimos que, embora seja alvo indireto do Reconhecimento Institucional oferecido pelas redes, a entidade não expõe a luta por redistribuição do atleta paralímpico. A representação *advocacy* é, entendemos, comprometida pela origem das receitas que alimentam o CPB: grande parte dos recursos que o mantêm são de origem pública, o que, em certa medida, impede a exposição completa da luta por redistribuição dos atletas paralímpicos. Mesmo assim, reconhecemos o papel importante da entidade no sentido de garantir visibilidade para os atletas paralímpicos não só nos limites das redes sociais, como no empreendimento de lutas para garantir a presença paralímpica em competições de alto rendimento ao redor do mundo. Dado que os Jogos Paralímpicos são o símbolo primeiro de um ideal de paridade de participação, entendemos que os atletas paralímpicos ainda estão longe desse ideal. Tanto em sua busca por reconhecimento, quanto por redistribuição, esses atores ainda carecem de recursos oriundos de ambas as esferas. Com o desenvolvimento deste trabalho, pensamos que parte destes recursos poderia vir de uma ação simbólica: a unificação dos Jogos Olímpicos e

Paralímpicos em um mesmo evento, com quadro de medalhas único dos países, compartilhado entre as conquistas olímpicas e paralímpicas⁶⁶.

Entendemos que a predominância do Reconhecimento Institucional nas postagens pode indicar a importância da mídia na luta por reconhecimento dos atletas paralímpicos. Ao expor a demanda por mais espaço midiático para os Jogos Paralímpicos, os usuários do Twitter contribuem para a construção da paridade participativa do esporte paralímpico. Nesse sentido, o CPB atua como esse meio de comunicação e também se coloca como elemento importante nessa luta por reconhecimento, ao dar visibilidade às competições, negada na TV. Assim, acreditamos que, além de *advocacy*, a entidade faz também seu papel fundamental nessa luta por reconhecimento dos atletas paralímpicos. Sua linguagem institucional, sem alusão aos aspectos físicos e emocionais dos atletas, pode ser interpretada como estratégia política de situar os atletas e os Jogos Paralímpicos no mesmo patamar de importância dos Jogos Olímpicos. As demandas por redistribuição não são explícitas, mas estão embutidas na reivindicação por espaço de visibilidade na mídia - via patrocinadores e anunciantes das emissoras de TV, por exemplo.

Todas as limitações e dificuldades de uma luta por reconhecimento são encontradas nas postagens do Twitter. Se a primeira demanda é por visibilidade, a rede social em questão se converte nessa trincheira para alçar paridade na cobertura midiática, o que aponta para a importância dos meios de comunicação na construção da paridade participativa da luta por reconhecimento dos atletas paralímpicos e suas modalidades esportivas.

Entendemos que essa pesquisa abre possibilidades para outros estudos que envolvam os atletas paralímpicos e sua busca por paridade de participação e reconhecimento. Temporalmente, escolhemos um recorte que, por certo, trouxe uma visibilidade maior ao atleta e aos esportes paralímpicos no país. Será que a visão do usuário da *hashtag*, se analisada hoje, ainda é a mesma? Será que o Reconhecimento Institucional continua sendo a principal modalidade de reconhecimento dedicada a esses atores? Outra análise possível está nas imagens que ilustram os posts dos *tweets* que analisamos nesta pesquisa. Grande parte das

⁶⁶ Essa pauta já é discutida pelo Movimento Unifica Jogos Já, que considera a realização separada das edições dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos uma forma de segregação. Para mais informações, ver: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/movimento-defende-a-realizacao-simultanea-de-olimpiada-e-paralimpiada>. Acesso em: 11 de março de 2018.

postagens contava com fotos dos atletas paralímpicos. Alçá-las a objeto de estudo também pode revelar que tipo de abordagem se dá no reconhecimento a esses atores já que a deficiência configura uma marca corporal indissociável do atleta paralímpico e parte primordial de sua condição como ser humano. Outra questão que ainda nos intriga tem relação justamente com a forma como os atletas paralímpicos são reconhecidos: seriam esses atores fadados a ter sempre um reconhecimento calcado no Reconhecimento Ideológico, dado que a deficiência e o estigma a ela associado sempre barram a vivência de sua demanda por reconhecimento e redistribuição em sua plenitude? E em que medida os próprios atletas paralímpicos reconhecem o Twitter como arena de luta por reconhecimento?

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. S. F. A Deficiência através da História. Disponível em: <http://www.adiron.com.br/mznews/data/historia.pdf>.

ARAÚJO, P. F. Desporto adaptado no Brasil: origem, institucionalização e atualidade. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto/INDESP, 1998a.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1979.

BARNES, C.; MERCER, G.; SHAKESPEARE, T. Culture, leisure and the media. Exploring Disability: A Sociological Introduction, C. Barnes, G. Mercer and T. Shakespeare, eds, p. 182-210, 1999.

BARRETO, M. A. et al. Esporte paralímpico brasileiro: vozes, histórias e memórias de atletas medalhistas (1976 a 1992). 2016.

BARROS, J. M. C. Recursos humanos no esporte de alto nível. In: Anais: Simpósio esporte: dimensões sociológicas e políticas. (p. 143-5), E.F.E. USP, Departamento de Esportes, 1993.

BAUER, M. W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático, v. 3, p. 189-217, 2002.

BLAUWET, C.; WILLICK, S. E. The Paralympic Movement: using sports to promote health, disability rights, and social integration for athletes with disabilities. PM&R, v. 4, n. 11, p. 851-856, 2012.

BONILLA, Y.; ROSA, J. # Ferguson: Digital protest, *hashtag* ethnography, and the racial politics of social media in the United States. American Ethnologist, v. 42, n. 1, p. 4-17, 2015.

BOYD, D. Friends, friendsters, and Myspace top 8: Writing community into being on social network sites. First Monday 11(2). 2006b.

BOYD, D. M. e ELISSON, N. B. Social network sites: Definition, history, and scholarship. Journal of Computer-Mediated Communication, v. 13, n. 1, p. 11, 2007.

BRACHT, V. Educação Física e aprendizagem social. Magister, 1997

BRASIL, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.891.htm

_____. Disponível em: <http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/noticias/bolt->

paralimpico-irlandes-jason-smyth-sagra-se-tricampeao-no-rio. Acesso em 12 de janeiro de 2017.

_____. Disponível em: <http://www.cpb.org.br/documents/20181/32403/Lei+Brasileira+de+Inclus%C3%A3o+da+Pessoa+com+Defici%C3%Aancia+%28Estatuto+da+Pessoa+com+Defici%C3%Aancia/543d1be1-5f93-4a1a-a970-06a50530c61e>. Acesso em 15 de junho de 2016.

_____. 2016. Disponível em: <http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/incentivo-ao-esporte/lei-agnelo-piva>. Acesso em 20 de julho de 2017.

BRAZUNA, Melissa Rodrigues; CASTRO, E. M. A trajetória do atleta portador de deficiência física no esporte adaptado de rendimento: uma revisão da literatura. *Motriz*, v. 7, n. 2, p. 115-123, 2001.

BRESSIANI, N. Redistribuição e reconhecimento - Nancy Fraser entre Jürgen Habermas e Axel Honneth. *Cad. CRH*, Salvador, v. 24, n. 62, p. 331-352, Aug. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792011000200007&lng=en&nrm=iso. Acesso em 28 de janeiro de 2017.

BURGESS, J.; BRUNS, A. Easy data, hard data: The politics and pragmatics of Twitter research after the computational turn. *Compromised data: From social media to big data*, p. 93-111, 2015.

BRUNS, A. Gatekeeping, gatewatching, realimentação em tempo real: novos desafios para o jornalismo. *Brazilian Journalism Research*, v. 7, n. 2, p. 119-140, 2011.

CAL, D. G. R. Luta pública contra o trabalho infantil doméstico: implicações democráticas das ações de advocacy. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 18, p. 211-242, 2015.

CALVO, A. P. S. Desporto para Deficientes e Media. 2001. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade do Porto. Porto, 2001.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em Psicologia*, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013.

CAPPELLE, M. C. A.; MELO, M. C. O. L.; GONÇALVES, C. A. Análise de discurso e análise de conteúdo nas ciências sociais. *AntConte Revista*. Lavras: UFLA, v. 5, n. 1, 2003.

CAPONE, L. V.; ITUASSU, A.; PECORARO, Caroline. Twitter e esfera pública: pluralidade e representação na discussão sobre o Marco Civil da internet. *Revista Contracampo*, v. 33, n. 2, p. 86, 2015.

CASTELLS, M. . A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, E. M. Atividade física adaptada. Ribeirão Preto: Tecmedd, 2005.

CERIGNONI, F. N.; RODRIGUES, M. P. Deficiência: uma questão política? São Paulo: Paulus, 2005.

CERVI, E.; MASSUCHIN, M. Novas mídias e eleições 2010: o uso do Twitter nas campanhas dos candidatos ao governo do Paraná. IV Encontro da Associação Brasileira dos Pesquisadores em Comunicação e Política, Rio de Janeiro, 2011.

CHA, Meeyoung et al. Measuring user influence in twitter: The million follower fallacy. *Icwsn*, v. 10, n. 10-17, p. 30, 2010.

CIDADE, Ruth Eugênia; FREITAS, Patrícia Silvestre. Educação física e inclusão: considerações para a prática pedagógica na escola. *Revista Integração*, Brasília, v. 14, p. 26-30, 2002.

CLOGSTON, J. S. Disability coverage in American newspapers. In: NELSON, J. A. (Ed.), *The disabled, the media, and the information age*. Westport, CN: Green-wood Press. pp. 45-53, 1994.

COMITÊ ORGANIZADOR RIO-2016. Disponível em: <http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/noticias/confira-os-numeros-da-delegacao-brasileira-nos-jogos-rio-2016>. Acesso em 12 de janeiro de 2017.

COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO, 2009a. Disponível em: Disponível em: <<http://www.cpb.org.br/>>. Acesso em 12 de janeiro de 2017.

_____, 2016. Disponível em: <http://www.cpb.org.br/>>. Acesso em 12 de janeiro de 2017.

_____, 2017. Disponível em: http://www.cpb.org.br/noticias/-/asset_publisher/IU3LNvrdeyoz/content/mizael-conrado-e-eleito-presidente-do-comite-paralimpico-brasileiro?inheritRedirect=false. Acesso em: 20 de setembro de 2017.

CORRER, R. Deficiência e inclusão social: construindo uma nova comunidade. Bauru: EDUSC, 2003.

COSTA, A. M. da; SOUZA, S. Bi. Educação Física e esporte adaptado: história, avanços e retrocessos em relação aos princípios da integração/inclusão e perspectivas para o século XXI. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v25, n3, p27-42, 2004.

DAER, A. R.; HOFFMAN, R.; GOODMAN, S. Rhetorical functions of hashtag forms across social media applications. Em: *Proceedings of the 32nd ACM International Conference on The Design of Communication CD-ROM*. ACM, p. 16, 2014.

DART, J. New media, professional sport and political economy. *Journal of Sport and Social Issues*, v. 38, n. 6, p. 528-547, 2014.

DAVIS, R. W.; FERRARA, M. S. Sports medicine and athletes with disabilities. Depauw K, Gavron SJ. *Disability and sport*. Champaign: Human Kinetics, p. 133-49, 1995.

DE CASTRO HAIACHI, M. et al. Reflexões sobre a carreira do atleta paraolímpico brasileiro. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 21, n. 10, 2016.

DEPAUW, K.; GAVRON, S. *Sport and disability*. Champaign, IL: Human Kinetics, 1995.

DUARTE, E.; SANTOS, T.P. Adaptação e inclusão. In: DUARTE, E.; LIMA, S.M.T. *Atividade física para pessoas com necessidades especiais: experiências e intervenções pedagógicas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

ELLISON, Nicole; HEINO, Rebecca; GIBBS, Jennifer. Managing impressions online: Self-presentation processes in the online dating environment. *Journal of Computer-Mediated Communication*, v. 11, n. 2, p. 415-441, 2006.

FIGUEIREDO, T. H.; NOVAIS, R. A. A visão bipolar do pódio: olímpicos versus paraolímpicos na mídia on-line do Brasil e de Portugal. *Logos*, v. 17, n. 2, p. 78-89, 2010.

FIGUEIREDO, T. H. Gênero e Deficiência: uma análise da cobertura fotográfica dos Jogos Paralímpicos de 2012. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, v. 11, n. 2, p. 484-497, 2014.

FLORENCE, Rachel Barbosa P. Medalhistas de ouro nas paraolimpíadas de Atenas 2004: reflexões de suas trajetórias no desporto adaptado. (2009). Tese de doutorado. Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

FRASER, N. From Distribution to Recognition? Dilemmas of Justice in a 'Postsocialist' Age. In: _____. *Justice Interruptus – critical reflections on the 'postsocialist' condition*. London: Routledge, p.11-39, 1997.

_____. Da redistribuição ao reconhecimento: dilemas da justiça na era pós-socialista. *Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, p. 245-282, 2001.

_____. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era "pós-socialista". *Cadernos de Campo* (São Paulo, 1991), v. 15, n. 14-15, p. 231-239, 2006.

_____. Reconhecimento sem ética. *Lua Nova* 7, p. 101-138, 2007.

_____. Reenquadrando a justiça em um mundo globalizado. *Lua Nova*, v. 77, n. 77, p. 11-39, 2009.

_____. Repensando o reconhecimento. *Enfoques*, v. 9, n. 1, 2010. Disponível em: <http://www.enfoques.ifcs.ufrj.br/ojs/index.php/enfoques/article/view/102>. Acesso e 14 de dezembro de 2017.

FRASER, N.; HONNETH, A. *Redistribution or recognition?: a political-philosophical exchange*. Verso, 2003.

GANNES, L. The Short and Illustrious History of Twitter# Hashtags. Disponível em: <https://gigaom.com/2010/04/30/the-short-and-illustrious-history-of-twitter-hashtags/>.

GIBBS, G. *Análise de dados qualitativos*. Porto Alegre: Bookman, 2009.

GLOBO ESPORTE, 2016. Disponível em: <http://globoesporte.globo.com/paralimpiadas/noticia/2016/09/argelino-vence-1500m-da-classe-t13-com-tempo-de-ouro-na-olimpiada.html>. Acesso em 20 de janeiro de 2017.

GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 1988.

GOFFREDO, V. L. F. S. *Integração ou segregação? Eis a questão! A integração de pessoas com deficiência: Contribuições para uma reflexão sobre o tema*. São Paulo: Memnon/SENAC, 1997.

GOLD, J. R.; GOLD, Margareth, M. *Acess for all: the rise of the Paralympic Games*. The journal of the Royal Society for the Promotion for Health, v127, n3, p 133-141, 2007.

GORGATTI, M. G.; GORGATTI, T. *O esporte para pessoas com necessidades especiais. Atividade física adaptada: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais*. Barueri: Manole, p. 532-568, 2005.

HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

HARDIN, J., e HARDIN, M. *Conformity and conflict: Wheelchair athletes discuss sport media*. *Adapted Physical Activity Quarterly*, v. 20 n. 3, p. 246-259, 2003.

HAYTHORNTHWAITE, C. *Social networks and Internet connectivity effects*. *Information, Community & Society*, v. 8, n. 2, p. 125-147, 2005.

HELAL, R. *Mídia, Ídolos e Heróis do Futebol*. *Revista Comunicação, Movimento e Mídia na Educação Física*, v. 2, n. 2, 1999.

HONNETH, A. Recognition or redistribution? Changing perspectives on the moral order of society". *Theory, Culture & Society*, Nottingham, vol. 18, nº 2-3, pp. 43-55, 2001.

_____. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. Ed. 34, 2003a.

_____. Recognition as ideology. Recognition and power: Axel Honneth and the tradition of critical social theory, p. 323-347, 2007.

HOWE, P. David. Sport, professionalism and pain: ethnographies os injkury and risk. New York: Routledge, 2004

IBOPE, 2016. Disponível em: <https://www.kantaribopemedia.com/mais-de-63-milhoes-de-pessoas-assistiram-a-olimpiada-2016-pela-tv/>. Acesso em 05 de março de 2017.

JACKSON, N., LILLEKER, D. G. Microblogging, Constituency Service and Impression Management: UK MPs and the Use of Twitter. *The Journal of Legislative Studies*, 17(1), 86–105, 2011.

KAMI, M. T. M. et al. Trabalho no consultório na rua: uso do software IRAMUTEQ no apoio à pesquisa qualitativa. *Escola Anna Nery*, v. 20, n. 3, 2016.

KUCKARTZ, Anne M.; KUCKARTZ, U. Andaluces, FNCDE. Qualitative text analysis with Maxqda, 2002..

KUNZ, E. Transformação didático-pedagógica do esporte. Ed. UNIJUI, 1994.

LÉVY, Pierre. A Sociedade em Rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

LIFSCHITZ, S.; ITUASSU, A.; SAVA, P.; VAZ, MB. PUC-Rio Twitter Crawler: software de mineração de dados no Twitter, 2016 (2015).

MACIEL, M. R. C. Portadores de deficiência: a questão da inclusão social. *São Paulo em perspectiva*, v. 14, n. 2, p. 51-56, 2000.

MAFRA, R. L. M. Comunicação, ocupação, representação: três olhares sobre a noção de advocacy em contextos de deliberação pública. *Revista Compolítica*, v. 4, n. 1, p. 181, 2014. Disponível em: <http://compolitica.org/revista/index.php/revista/article/view/61>. Acesso em 25 de fevereiro de 2017.

MAIA, R. C. M.; CAL, D. Recognition and ideology: assessing justice and injustice in the case of child domestic labor. *Journal of Political Power*, v. 7, n. 1, p. 63-85, 2014.

MAIA, R.; GARCÊZ, R. Recognition, Feelings of Injustice and Claim Justification: Deaf People's Storytelling on the Internet. In: Recognition and the Media. Palgrave Macmillan UK, 2014. p. 123-147.

MARQUES, C. A. Mídia e deficiência: a violência estampada nas páginas dos jornais. *Lumina: revista da Faculdade de Comunicação da UFJF*, Juiz de Fora: Ed. UFJF, v.4, n.2, p. 215-231, jul./dez. 2001b.

MARQUES, F. P. J. A.; MONTALVERNE, C. TWITTER, ELEIÇÕES E PODER LOCAL: Um estudo sobre os vereadores de Fortaleza//TWITTER, ELECTIONS AND LOCAL POWER. *Contemporanea-Revista de Comunicação e Cultura*, v. 11, n. 2, p. 322-347, 2013.

MARQUES, F. P. J. A.; MONT'ALVERNE, C. Mídias sociais e eleições: um estudo sobre as campanhas de reeleição dos vereadores de Fortaleza no Twitter. *Fronteiras-estudos midiáticos*, v. 16, n. 3, p. 228-242, 2014.

MARQUES, R. F. R. et al. O esporte paraolímpico no Brasil: abordagem da sociologia do esporte de Pierre Bourdieu. 2010.

MARTINS, J.; BARSAGLINI, Ri. Aspectos da identidade na experiência da deficiência física: um olhar socioantropológico. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, v. 15, n. 36, 2011. MARTINS E BARSAGLINI, 2011.

MARWICK, A. E.; BOYD, D. I tweet honestly, I tweet passionately: Twitter users, context collapse, and the imagined audience. *New media & society*, v. 13, n. 1, p. 114-133, 2011.
MAVIGNIER, T. C. et al. A DEFICIÊNCIA FÍSICA NAS REVISTAS VEJA, ÉPOCA E ISTOÉ: um estudo de recepção. 2013.

MENDONÇA, R. F. Reconhecimento em debate: os modelos de Honneth e Fraser em sua relação com o legado habermasiano. *Revista de Sociologia e Política*, n. 29, 2007.

MENDONÇA, R. F.; FIGUERÊDO PORTO, N. F. Reconhecimento Ideológico: Uma Reinterpretação do Legado de Gilberto Freyre sob a Ótica da Teoria do Reconhecimento. *Dados-Revista de Ciências Sociais*, v. 60, n. 1, 2017.

MINAYO, M. C. de S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2016. Disponível em: <http://portal.esporte.gov.br/cen/detalhesEntidades.do?idEntidade=27>. Acesso em 01 de agosto de 2016.

_____, 2016. MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2016. Disponível: <http://www2.esporte.gov.br/snear/bolsaAtleta/sobre.jsp>. Acesso em 12 de fevereiro de 2018.

_____, 2017. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/alto-rendimento/rede-nacional-de-treinamento>. Acesso em 05 de agosto de 2017.

MIRANDA, T. J. Comitê Paralímpico Brasileiro: 15 anos de história 2011. 331f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

MORAIS, R. Motricidade humana e déficits existenciais. Atividade motora adaptada: a alegria do corpo. São Paulo: Artes Médicas, 2006.

MORGAN, W. J. Social criticism as moral criticism: a habermasian take on sport. *Journal of sport and social issues*. 26, 281-299, 2002.

MOURA, L. C. M. A deficiência nossa de cada dia: de coitadinho a superherói. São Paulo: Iglu, 1993.

MUNSTER, M. A. V.; SILVA, A. J.; CAETANO, A. S.; FERREIRA, A. C. G.. Goalball: uma proposta inclusiva. In: ALMEIDA, José Júlio Gavião; OLIVEIRA FILHO, Ciro Winckler; MORATO, Márcio Pereira; PATROCÍNIO, Regina Matsui; MUNSTER, Mey de Abreu Van (orgs.) Goalball: invertendo o jogo da inclusão. Campinas: Autores Associados, pp. 9-15, 2008,

NELSON, J. A. Broken images: Portrayals of those with disabilities in American media. *The disabled, the media, and the information age*, p. 1-24, 1994.

NODARI, F. et al. Contribuição do Maxqda e do NVivo para a Realização da Análise de Conteúdo. ENANPAD 2014, 2014, Brasil., 2014.

NOVAIS, R. A.; ARAÚJO, V. Visibilidade em detrimento da interactividade. O Twitter nas recentes eleições presidenciais de Portugal e do Brasil. *Public Sphere Reconsidered Theories and Practices*, 2011.

OLIVEIRA FILHO, C. W. et al.. Análise técnica e contextualização da prática 237 esportiva de atletas participantes dos IV Jogos Pan-americanos IBSA 2005. *Revista Conexões*, v4, n1, p. 99-112, Campinas, 2006.

OLIVEIRA, D. T. R. de. Por uma re-significação crítica do esporte na Educação Física: uma intervenção na escola pública. 2002. Dissertação (Mestrado) –Faculdade de Educação Física, UNICAMP, Campinas, 2002.

ORIHUELA. J. L. Twitter y el boom del microblogging. In: *Perspectivas del mundo de la comunicación*. Facultad de Comunicación, Universidad de Navarra, 2007.

PRONI, M. W. Esporte-espetáculo e futebol-empresa. (1998). Tese de doutorado. Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

PRUDENCIO, K.; SANTOS, J. J.. Mídia e movimentos sociais: um esboço metodológico a partir da frame analysis de Erving Goffman. In: COMPOLÍTICA, 4., 2011, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: Compolítica, pp. 1–18, 2011.

RECUERO, R. Redes Sociais na Internet. Ciberultura: 2009.

_____. Discutindo Análise de Conteúdo como Método: O #DiadaConsciênciaNegra no Twitter. Cadernos de Estudos Linguísticos (UNICAMP), v. 56, p. 281-309, 2015.

RODRIGUES, D. As dimensões da adaptação de atividades motoras. In: RODRIGUES, David (org.). Atividade motora adaptada: a alegria do corpo. São Paulo: Artes médicas, pp. . 39-47, 2006a.

ROGERS, R. Debanalising Twitter. In: A K. Weller, A. Bruns, J. Burguess, M. Mahrt, & C., Twitter and society. 2014.

ROSADAS, S. C. Atividade física adaptada e jogos esportivos para o deficiente: Eu posso. Vocês duvidam?. 1989.

ROSSETTO, G. P. N.; CARREIRO, R.; ALMADA, M. P. Twitter e comunicação política: limites e possibilidades. Revista Compolítica, v. 3, n. 2, p. 189, 2013.

SAINSBURY, T. Paralímpicos: pasado, presente y futuro: lección universitária olímpica. Barcelona: Centre dEstudis Olímpics (UAB), 2004.

SANTANA, C. L.; COUTO, E. S. A publicização da vida privada no Twitter. Fronteiras-estudos midiáticos, v. 14, n. 1, p. 31-39, 2011.

SANTANA, C. L.; SOUZA, E. Estratégias de visibilidade e ações docentes no Twitter. Educação (UFSM), v. 42, n. 2, p. 435-450, 2017. SANTOS, 2008.

SARNO, D. Twitter creator Jack Dorsey illuminates the site's founding document. Part I. Los Angeles Times, v. 18, 2009.

SASSAKI, R. K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 4 ed. Rio de Janeiro: WVA, 2002.

SCHANTZ, O. J.; GILBERT, K. An ideal misconstrued: newspaper coverage of the Atlanta Paralympic games in France and germany. Sociology of sport journal, 18, p.69-94, 2001.

SHELL, L.; DUNCAN, M. A. Content Analysis of CBS's Coverage of the 1996 Paralympic Games, Adapted Physical Activity Quartely, 16, 27-47, 1999.

SHERIL, C. Disability sport and classification theory: a new era. Adapted Physical Activity Quaterly, v16, p. 206-215, 1999.

SILVA, T, 2016. Coleta de Dados em Mídias Sociais para Pesquisa Acadêmica. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/tarushijio/coleta-de-dados-em-midias-sociais-para-pesquisa-academica>. Acesso em: 20 de janeiro de 2017.

SMITH, B.; BUNDON, A.; BEST, M. Disability sport and activist identities: A qualitative study of narratives of activism among elite athletes' with impairment. *Psychology of sport and exercise*, v. 26, p. 139-148, 2016.

SOUZA, J. Uma teoria crítica do reconhecimento. *Lua Nova*, São Paulo, n. 50, p. 133-158, 2000.

STATISTA, 2016. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/303681/twitter-users-worldwide/>. Acesso em 10 de janeiro de 2017.

TAMBUCCI, P. L. O esporte e a comunicação. In: TAMBUCCI, Pascoal Luiz; OLIVEIRA, José Guilmar Mariz de; COELHO SOBRINHO, José (orgs.) *Esporte e jornalismo*. São Paulo: CEPEUSP, pp. 11-18, 1997.

TAYLOR, C. The politics of recognition. Em: GUTMANN, Amy (ed.) *Multiculturalism: examining the politics of recognition*. Princeton/Chichester: Princeton University Press, 1994.

TEIXEIRA A., LABANCA L. E PEÑA, L.. O mito paralímpico: a identidade social do atleta e a importância do esporte. 2016. Disponível em: http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio_resumo2016/relatorios_pdf/ctch/PSI/PSI-Antonia%20Laura%20%20e%20Luiza.pdf. Acesso em 12 de setembro de 2017.

THOMPSON, J. B. A nova visibilidade. *Matrizes*, v. 1, n. 2, 2008.

THOMPSON, S. Is redistribution a form of recognition? Comments on the Fraser–Honneth debate. *Critical Review of international social and political philosophy*, v. 8, n. 1, p. 85-102, 2005.

TWITTER, 2016. Disponível em: <https://blog.twitter.com/pt/2016/rio2016-a-emo-o-dos-jogos-ol-mpicos-no-twitter>. Acesso em 12 de janeiro de 2017.

UOL, 2017 : <https://olharolimpico.blogosfera.uol.com.br/2017/09/19/temer-corta-87-da-verba-do-esporte-para-2018-e-bolsa-atleta-pode-acabar/>. Acesso em: 20 de setembro de 2017.

USA TODAY, 2016. Disponível em: <http://www.usatoday.com/story/sports/olympics/2016/09/09/brazils-daniel-dias-the-michael-phelps-of-the-paralympics/90123356/>. Acesso em 17 de janeiro de 2017.

VAZ, I. B. A dança como modalidade esportiva na ABRADECAR. In: Anais do Simpósio Internacional Dança em Cadeira de Rodas, Campinas, Curitiba: ABRADECAR/UNICAMP, 2001, p.161-172.

VIMIEIRO, A. C.; MAIA, R. C. M. Enquadramentos da mídia e o processo de aprendizado social: transformações na cultura pública sobre o tema da deficiência de 1960 a 2008. E-compós, Brasília, v. 14, n. 1, 2011.

VIVARTA, V. Mídia e deficiência. Brasília: ANDI; Fundação Banco do Brasil, 2003.

WASSERMAN, S.; FAUST, K. Social network analysis: Methods and applications. Cambridge university press, 1994.

WELLER, K. et al. Twitter and society: An introduction. In: Twitter and society. Peter Lang, pp. 29-38, 2014..

WHEELER, G. D; STEADWARD, R., D; LEGG, D.; HUTZLER, Yesahavy; CAMPBELL, E.; JOHNSON, A. Personal investment in disability sport careers: an international study. Adapted Physical Activity Quaterly, v16, p. 219-237, 1999.

WINNICK, J. P. An integrated continuum for sport participation. Adapted Physical Activity Quaterly, v4, p. 157-161, 1987.